

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social**

**Gabriel Rocha Teixeira Mendes**

**Circulação de crianças e adolescentes no centro de São Paulo:  
entre liberdades e controles**

**Mestrado em Psicologia Social**

**São Paulo**  
**2019**

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**  
**Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social**

**Gabriel Rocha Teixeira Mendes**

**Circulação de crianças e adolescentes no centro de São Paulo:  
entre liberdades e controles**

**Mestrado em Psicologia Social**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, sob orientação da Professora Dra. Maria Cristina Gonçalves Vicentin

**São Paulo**

**2019**

Gabriel Rocha Teixeira Mendes

Circulação de crianças e adolescentes no centro de São Paulo: entre liberdades e controles

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social, sob orientação da Professora Dra. Maria Cristina Gonçalves Vicentin

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

---

---

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ – Brasil - Código de Financiamento 152 683/2017-8.

## AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ – Brasil, pelo financiamento desta pesquisa.

À Maria Cristina Vicentin, por todos os ensinamentos que vão muito além da produção deste trabalho. Foi um aprendizado inestimável esses anos de trabalho e parceria.

Aos colegas do NUPLIC pelos apontamentos e comentários engrandecedores.

À Rede de Pesquisa sobre Drogas pelas discussões e pelos ensinamentos críticos.

Às equipes de rua que tanto me ensinaram a como produzir cuidado e crítica; bem como aos profissionais do CAPSij-Sé e SEAS IV- Santa Cecília.

À Marlene por toda ajuda e cuidado nos procedimentos acadêmicos, inclusive nos momentos de maior dificuldade.

Ao Marcos do comitê de ética por toda ajuda e compreensão.

Às professoras, Carla Bertuol e Mary Jane Spink, pelas contribuições norteadores durante a pesquisa.

A Oneyda, José, Katia, Rogério e André, por todo apoio incondicional.

À Tamires por todo companheirismo e pelos apontamentos cuidadosos e críticos ao logo do pesquisar.

Ao Instituto Franco-Germano pela acolhida sempre calorosa, principalmente ao Rudmar, acima de tudo um amigo querido. Também agradeço a ele pelos apontamentos sóbrios e precisos que foram além da revisão do texto.

A Nara, Carol, Fábio, Vanda, Jorge, Luiz Roberto, Nayara e Catarine, pelos ensinamentos de como criar, na prática, comunidade. Agradeço principalmente à Nara por fazer lembrar que bons acontecimentos ainda cortam o mundo.

A Luísa, Guilherme e Rafael, pela amizade sincera.

*“Eu conto história das quebradas do mundaréu, lá de onde o vento encosta o lixo e as pragas botam os ovos. Falo da gente que sempre pega a pior, que come da banda podre, que mora na beira do rio e quase se afoga toda vez que chove e que só berra da geral sem nunca influir no resultado. Falo dessa gente que transa pelos estreitos, escamosos e esquisitos caminhos do roçado do bom Deus. Falo desse povão, que apesar de tudo é generoso, apaixonado, alegre, esperançoso e crente numa existência melhor na paz de Oxalá.”*

*(Plínio Marcos)*

MENDES, Gabriel Rocha Teixeira. Circulação de crianças e adolescentes no centro de São Paulo: entre liberdades e controles. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2019.

**Professora orientadora:** Profa. Dra. Maria Cristina Gonçalves Vicentin.

**Linha de pesquisa 2:** Aportes da psicologia social à compreensão de problemas sociais.

## RESUMO

Crianças e adolescentes em situação de rua circulam pelos equipamentos públicos num movimento que evidencia tensões entre proteção e garantia de direitos por um lado; disciplinamento e tutela de suas liberdades, por outro. O objetivo desta pesquisa consiste em caracterizar e analisar as trajetórias de crianças e adolescentes em situação de rua, no centro de São Paulo, especialmente dos que têm necessidades de atenção decorrentes do uso de álcool e outras drogas, como modo de problematizar os seus encontros com as políticas públicas. Para tanto, cartografou-se a circulação de crianças e adolescentes destacando dois diferentes modos de vida: o de um menino que vive “sozinho” nas imediações da Cracolândia; o de meninos e meninas que vivem em bando ao redor da Praça da Sé. Os itinerários das crianças foram traçados a partir dos seus encontros (e desencontros) com a equipe de serviço de saúde mental, o Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSij), quando em deslocamento para os territórios de maior vulnerabilidade, o que se chama “CAPS na Rua”. Utilizando aportes de Michel Foucault, e de Deleuze e Guattari (destes, principalmente o que tange à micropolítica), analisaram-se as tensões entre os modos de governo realizado pelas diferentes políticas (saúde, assistência social e segurança) e o nomadismo das crianças. Por assim ser, evidenciam-se os modos singulares de vida das crianças nos usos inauditos das políticas sociais que lhes são ofertadas e os desafios que apresentam às políticas públicas.

**Palavras-chave:** Infância, políticas públicas, álcool e outras drogas, população de rua, cartografia.

MENDES, Gabriel Rocha Teixeira. Circulation of children and adolescents in the center of São Paulo: between liberties and controls. Dissertation (Master of Social Psychology), Pontifical Catholic University of Sao Paulo (PUC-SP), 2019.

**Professor advisor:** Maria Cristina Gonçalves Vicentin.

**Research line 2:** Contributions of the social psychology to the understanding of social problems.

### **ABSTRACT**

Children and adolescents living in the street situation circulate through public service in a move that evidence tensions between protection and rights guarantee, for a side; regimentation and guardianship of their liberties, for another. Thus, the objective of this research consists to characterize and analyze the trajectories of children and adolescents, in the streets of center of São Paulo, as a way to problematize their meetings with the public policies, especially those that respond to the use of alcohol and other drugs. For both, cartography the movement of children and adolescents, highlighting the two different modes of life: a boy who lives “alone” in the vicinity of the Cracolândia; that of boys and girls who live in band around the Praça da Sé. The itineraries of the children were drawn from their meetings (and disagreements) with the team of a mental health service, the Center for Psychosocial Care for Children and Adolescents (CAPSij), when traveling to the greatest vulnerability areas, what is called “CAPS on the Street”. Using contributions of Michel Foucault and micropolitical in Deleuze and Guattari, analyzed the tensions between the modes of government realized by the different policies (health, social assistance and security) and the children nomadism, evidencing the singular modes of children's lives in the unprecedented uses of the social policies offered to them and the challenges they present to public policies.

**Keywords:** Childhood, public policies, alcohol and other drugs, street population, cartography.

## **LISTA DE SIGLAS**

CPAS –	Coordenação de Pronto Atendimento Social
CAPS –	Centro de Atenção Psicossocial
CAPSij –	Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil
CRATOD –	Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas
ECA –	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM –	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
RD –	Redução de Danos
SAICA –	Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes
SASF –	Serviço de Assistência Social à Família
SUS –	Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
O percurso da pesquisa .....	15
Da cartografia .....	17
Estrutura da dissertação .....	19
<b>1. A VIDA NAS RUAS .....</b>	<b>19</b>
1.1 Liberdades <i>entre</i> controles .....	21
1.2 “Mocó”, Casa-Rua .....	23
1.3 Uma Malta .....	24
1.4 Sinuosidades dos trajetos .....	26
1.5 O que fazes na rua? .....	30
1.6 Rotinas extraordinárias .....	34
1.7 Trajetórias inevitáveis!.....	39
<b>2. CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE RUA COMO OBJETO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>42</b>
2.1 Criança <i>na, de</i> ou <i>em</i> situação de rua.....	44
2.2 O Sistema Criança-Rua.....	48
2.3. Viração.....	51
2.3 A criança como sujeito de direitos e os circuitos da proteção/negligência.....	55
2.4 Políticas para a infância em situação de rua .....	60
<b>3. UM MAQUINÁRIO CHAMADO CRACOLÂNDIA .....</b>	<b>66</b>
3.1 Máquina policial .....	69
3.2 Máquina SEAS .....	73
3.3 Máquina CAPSij .....	77
3.4 Máquina Criança.....	84
3.5 Cracolândia como um espaço fechado.....	86
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS. PARA ALÉM DAS CIRCULAÇÕES, ENTRE LIBERDADES E CONTROLES .....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>94</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>101</b>

## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo discutir, a partir da circulação de crianças e adolescentes “em situação de rua”<sup>1</sup> no centro de São Paulo, os encontros e desencontros dessas pessoas com as políticas públicas. Procura-se, também, analisar os usos que são feitos dos serviços, os diferentes itinerários pelas crianças, assim como a função das paradas e das velocidades empreendidas.

Longe da ideia frequentemente propagada pelos operadores estatais, especialmente os da Assistência Social e da Saúde, de que esse público “não adere” a tais políticas (Rui e Mallart, 2015), considera-se a perspectiva de que meninos e meninas em situação de rua não apenas forjam usos inauditos das políticas sociais que lhes foram ofertadas, como seus modos singulares de vida imprimem desafios às próprias políticas públicas.

Algumas inquietações advindas de minhas andanças como estagiário e profissional dessas políticas construíram o interesse em discutir essas questões. Trabalhar durante o ano de 2014 no “Programa De Braços Abertos” como estagiário de psicologia foi um dos pontos de partida, pois mesmo em um programa de “baixa exigência” embasado por estratégias de Redução de Danos, as pessoas – sobretudo os adultos, uma vez que a participação da infância no mesmo era principalmente através do papel social de filho (a) – frequentemente escorregavam pelas frestas da organização institucional. Outra experiência fundadora foi trabalhar como técnico social do Serviço Especializado em Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua (SEAS) modalidade IV<sup>2</sup>-Santa Cecília, quando pude entrar em contato com os diferentes modos de vida que são comportados na rua. Como membro da miniequipe de Crianças e Adolescentes, foi possível levantar a hipótese de que havia certos circuitos forjados por meninos e meninas e usos específicos dos diferentes serviços.

Os usos singulares dos programas e serviços, frequentemente resultam na “não aderência” (Rui e Mallart, 2015) às prescrições das políticas sociais; por sua vez esse uso evidencia um circuito forjado entre os equipamentos públicos. Na prática, um exemplo desse

---

<sup>1</sup> O presente trabalho compreende que o leitor assuma esta sentença como conceito, que doravante não estará entre aspas.

<sup>2</sup> O SEAS modalidade IV abarca as modalidades I, II, III. Isto é, atende pessoas em situação de rua de todas as faixas etárias, além de dar suporte à Coordenação de Pronto Atendimento Social (CPAS) nas situações de emergência. Ver, portaria 46 da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social- 46/2010.

tipo de circulação pode ser constituído de: pernoite no SAICA, acolhimento integral no CAPSiJ e movimentos de fuga para a rua. Assim, a combinação de parada e circulação compõem um circuito original.

Paulatinamente, foram sendo evidentes a disposição e a organização dos programas e serviços, que se mostravam em disparidade aos movimentos desses pequenos *infames*<sup>3</sup> (Foucault, 2015), de tal modo que boa parte das ofertas de cuidado privilegiavam o acolhimento institucional<sup>4</sup> (a despeito de um conjunto de experiências anteriores, tais como a educação de rua na década de 1980 – a nomadização da política, na forma das abordagens de rua – como o Consultório na Rua, o SEAS e mesmo o “CAPS na Rua” eram relativamente recente e encontrava, igualmente, impasses e desafios).

Tais questionamentos, iniciados na experiência profissional, ganharam desdobramentos no mestrado com a revisão da literatura, assim se desenharam as seguintes perguntas: a vida nas ruas se constituiria como um modo de existência? Qual seria a composição da população infantil que circula pelas ruas de São Paulo? O que as fazem se dirigir ao centro? Por que se mantêm nessa região? Haveria distinções em relação ao modo de vida nas diferentes regiões do centro da cidade? O que se constituiria como liberdade e controle? Tais perguntas estão acompanhadas, no entanto, desta regra de prudência que é também um crivo analítico utilizado neste trabalho: “o problema não é apenas circular, pois a questão seria avaliar quando a velocidade do circuito coloca armadilhas e quando ela é máquina desejanter e guerreira de combate aos fluxos do capital [...]” (Medeiros e Lemos, 2011, p. 941).

Dessa forma, tendo em vista o crivo analítico e os questionamentos, encontramos em Rui e Mallart (2015) que o circuito se desenha dentro e fora das instituições; como também concorda Gregori (2000): “eles se ‘viram’, circulando.” (p. 19). Dessa forma, os circuitos se forjam enlaçados às trajetórias individuais, considerando que elas também são “[...] construídas por meio dos trânsitos incessantes entre rua, *quebradas*, diversas instituições de assistência e de controle.” (Rui e Mallart, 2015, p.07, grifo dos autores). Portanto, cria-se uma transversalidade entre o ritmo de ordenação dos indesejáveis, constituindo um circuito específico entre as diferentes instituições e as trajetórias individuais (Rui e Mallart, 2015). Em

---

<sup>3</sup> Neste texto, Foucault (2015) se dedica “a vida dos homens infames”, ou seja, existências de pessoas reais, que por algum motivo se chocaram com o poder; “vidas que são como se não tivessem existido, vidas que não sobrevivem senão do choque com um poder que mais não quis que aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que a nós não tornam a não ser pelo efeito de múltiplos acasos, tais são as infâmias de que eu quis juntar aqui alguns restos.” (p.102)

<sup>4</sup> O termo “acolhimento institucional” se refere aos Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA). A articulação entre SEAS, Conselho Tutelar e SAICA constitui um fluxo usual da rede da Assistência Social com vistas à retirada de crianças e adolescentes das ruas.

suma, a noção de circuito diz respeito ao fluxo dessas pessoas, que por sua vez engendram possibilidades de trânsito (Rui e Mallart, 2015); enquanto que o conceito de trajetória diz respeito às narrativas pessoais (Rizzini, 2003; Rui e Mallart, 2015).

Busca-se, ainda, pensar se, para além dos circuitos e dos fluxos controlados pelo Estado, vemos movimentos nômades (Deleuze e Guattari, 2012), entendidos aqui como uma irreduzibilidade ao aparelho de Estado, como uma *máquina de guerra*, que se volta contra o aparelho de Estado. Este, em direção contrária, visa à:

“[...] perpetuação ou conservação de órgãos de poder. O Estado dispõe de uma violência que não passa pela guerra: ele emprega policiais e carcereiros de preferência a guerreiros, não tem armas e delas não necessita, age por captura mágica imediata, ‘agarra’ e ‘liga’, impedindo qualquer combate.” (Deleuze e Guattari, 2012, p.12).

Já o nômade explora as pontas de desterritorialização do desejo, ele investe exatamente onde o campo social escapa.<sup>5</sup> Para Macerata (2016) as pontas de desterritorialização seriam para a sociedade: “[...] algo de si mesma que a escapa.” (p.27)<sup>6</sup>. Posto isso, pode-se dizer que a máquina de guerra trai o pacto social, exatamente por ela visar à destruição, tanto de si quanto do *socius*: “*desata o liame como trai o pacto. Faz valer um furor contra a medida, uma celeridade contra a gravidade, um segredo contra o público, uma potência contra soberania, uma máquina contra o aparelho*” (Deleuze e Guattari, 2012, p.13, grifo dos autores). No entanto, não basta conceber a máquina de guerra apenas como exterior ao aparelho de Estado, “é preciso chegar a pensar a máquina de guerra como sendo ela mesma uma pura forma de exterioridade” (Deleuze e Guattari, 2012, p.15).

“Será que o destino de uma máquina [de guerra], quando o Estado triunfa, é cair na alternativa: ou ser apenas o órgão militar e disciplinado do aparelho de Estado, *ou então voltar-se contra si mesma*, e devir uma máquina de suicídio a dois, para um homem e uma mulher solitários?” (Deleuze e Guattari, 2012, p.18, grifo dos autores).<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> Deleuze aponta que “uma sociedade não se contradiz, ou nem tanto. Sua resposta, porém, é esta: ela se estratifica, ela se estratifica.” (Deleuze, 2016 p.132). Portanto, pode-se dizer que na contramão da estratégia do *socius* de criar mecanismos de ligadura, de regulação do desejo, há linhas de fuga que escapam. Entretanto, “as linhas de fuga não são forçosamente ‘revolucionárias’, pelo contrário, mas são elas que os dispositivos de poder vão vedar, ligadurar” (Deleuze, 2016, p.132).

<sup>6</sup> Escolhemos manter a sintaxe de origem (que se mantém da dissertação ao livro).

<sup>7</sup> Tais escapes do desejo podem convergir em abolição, tanto de si como dos outros. Em outras palavras, a “‘paixão de abolição’ designa o momento em que o desejo enfrenta sua repressão em condições desesperadas e acha na destruição dos outros e de si ‘o único objeto’ que lhe resta quando ‘perdeu sua potência de se mover’” (Zourabichvili, 2009, p.65).

Como observa Zourabichvili (2009), a noção de máquina de guerra em Deleuze e Guattari “confere um verdadeiro teor problemático à crítica do Estado como forma ou como modelo” (Zourabichvili, 2009, p.65). Além disso, “a tese da *exterioridade da máquina de guerra* significa ao mesmo tempo que não se concebe o Estado sem uma relação com um fora de que ele se apropria sem poder reduzi-[la]” (Zourabichvili, 2009, p.65, grifo do autor).

Essa questão abordada por Deleuze e Guattari é de extrema importância, pois o nômade se encontra frequentemente ameaçado pelo aparelho de Estado, precisamente por ser exterior a ele e por produzir um modo de existência apartado dos órgãos de poder. Assim, cabe dizer que há diferentes nuances de nomadismo, uma delas é “*um nomadismo do corpo*” (Deleuze e Guattari, 2012, p. 36, grifo dos autores) e a relação que se cria com o espaço, pois o nômade ocupa seu território de maneira singular, além disso, cria trajetos costumeiros. Ou seja, por mais que haja pontos, paradas, repousos nos trajetos, eles só existem subordinados à determinação nômade. “O ponto de água só existe para ser abandonado, e todo ponto é uma alternância e só existe como alternância.” (Deleuze Guattari, 2012, p. 53). Portanto, o nomadismo atravessa desde o corpo até a relação com o espaço, o modo de habitar a “terra”; isto faz com que se vá de um ponto a outro por consequência (Deleuze e Guattari, 2012). Outra característica nômade de ocupar um território é de se distribuir no espaço liso: “ele ocupa, habita, mantém esse espaço, e aí reside seu princípio territorial” (Deleuze e Guattari, 2012, p. 55). Por fim, “[...] os nômades inventam a máquina de guerra, como aquilo que ocupa ou preenche o espaço nômade e se opõe às cidades e aos Estados que ela tende a abolir.” (Deleuze e Guattari, 2012, p.128-9).

Desse modo, que composições desejanter estão presentes nos *pretos de tão pobres*<sup>8</sup> do centro de São Paulo? Será possível dizer que ainda há espaço para linhas de fuga na Praça da Sé e na Cracolândia? Seria possível testemunhar (Lapoujade, 2017; Pelbart, 2016) a fugacidade do nomadismo no terceiro mundo? Careri (2013) comenta sobre a prática do caminhar, como ela pode ser uma proposta estética em oposição ao deslocamento sedentário; mas também se interroga se isso seria possível num país de periferia do capitalismo, onde as ruas estão policiadas e cobertas de violências. Por outro lado, se não for possível produzir essa prática estética do caminhar, a discussão se deslocaria a outro ponto: será que só as elites estariam no nível de um possível nomadismo? Em última instância: o nomadismo e as linhas de fuga pertenceriam, mais uma vez, a um dos privilégios das elites?

---

<sup>8</sup> Alusão estética e ideológica “Haiti” Caetano Veloso e Gilberto Gil, 1993.

Como situar essa discussão além e aquém de um romantismo preservando uma visão crítica, mas também sem perder a estética de vista; sem achar que tudo está dominado pelas diagramações do poder e que os meninos e meninas de rua de São Paulo estão fadados a essa vida miserável. Ou pior ainda: sem escape.

## **O percurso da pesquisa**

Procurou-se organizar o trabalho a partir da rede socioassistencial do município de São Paulo, especialmente a do centro da cidade. No entanto, houve maior relevo ao CAPSij-Sé. Esta instituição ocupou lugar de ponto de referência, tanto de partida como de chegada; todavia, esse ponto também propiciou ligações imediatas com o fora, com o extramuros, possibilitando transversalidades com outros pontos da rede. Desse modo, acompanhar as intervenções do “CAPS na Rua” possibilitou presenciar a itinerância como um modo de produzir cuidado (Lemke, 2009).

A fim de acentuar a coloração entre os diferentes modos de vida nas ruas, instituíram-se dois campos de pesquisa: um nas imediações da Praça da Sé; e outro na Cracolândia. A escolha desses dois *loci* de pesquisa foi discutida junto à equipe do CAPSij-Sé. Para o serviço, esses são os dois pontos de maior vulnerabilidade e incidência de meninos e meninas em situação de rua, tanto é que as duas intervenções de “CAPS na Rua” são nesses territórios. “CAPS na Rua” consiste no deslocamento de parte da equipe para os pontos de maior vulnerabilidade, lá os profissionais desenvolvem ações de produção de cuidado, de acordo com as demandas do território. Ademais, a intervenção também busca aportes aos demais equipamentos da rede socioassistencial. Em vista disso, o pesquisador acompanhou as intervenções – principalmente as ações de “CAPS na Rua” – em ambos os territórios, o que acabou por instaurar dois platôs distintos, onde se pôde acompanhar dois modos de vida, cada um com a respectiva singularidade.

Antes de tudo, é preciso realçar que o ano de 2018 foi conturbado para grande parte dos equipamentos da região central, pois houve inúmeras mudanças das ONGs que gerem os serviços; alterações administrativas que influenciaram no cotidiano dos trabalhadores. Em função disso as possibilidades de coleta de dados na região da Praça da Sé ficaram um tanto restritas por conta da inconstância das equipes – exceto a do CAPSij-Sé – realizando trabalho

de rua, mesmo assim foi possível participar de reuniões de rede envolvendo tanto Assistência Social quanto Saúde.

Nas imediações da Praça da Sé pôde-se ter acesso a um grupo de crianças e adolescentes que lá passam parte do dia, a despeito de ser uma região conhecida pela presença de meninos e meninas nessa condição, presenciaram-se atualizações e diferenças nas relações constituídas, em contraste ao que fora debatido (Ferreira, 1979; Gregori, 2000; Rosemberg, 1994). Por fim, nesse platô emergiram aspectos da organização grupal e seus desdobramentos.

Já na região da Cracolândia, outra paisagem se compôs. Nesse território a reorganização da rede não afetou o dia a dia das equipes – quanto às da Sé –, isso possibilitou acompanhá-las com maior vagar. Contudo, a circulação perimetral das equipes é menor, se comparado ao campo da Praça da Sé, porém esse outro modo de circular pelas ruas evidencia a importância da Cracolândia aos olhos dos diferentes atores sociais. Basicamente as equipes se concentram em um quadrilátero composto por alguns quarteirões e dentro dele realizam seus atendimentos. Justaposto à dinâmica territorial, o modo de vida na rua se dá de forma absolutamente distinta: crianças e adolescentes não formam grupos, a circulação tem outras intensidades, outras velocidades e repousos. Ao que se pôde perceber, na Cracolândia os pequenos infames procuram estabelecer alianças, mesmo que efêmeras, ao invés de constituir grupos – como no caso da Sé. Em função disso, nesse território acompanhou-se uma criança de dez anos, que está em situação de rua há três anos e nove meses na Cracolândia. A partir das movimentações desse menino foi possível delinear um circuito que perpassou dentro e fora das instituições.

O acompanhamento se deu no período de fevereiro a agosto de 2018, com média de presença do pesquisador de duas vezes por semana. O pacto foi feito junto à secretaria da saúde e o projeto passou pelo Comitê de Ética, tendo sido aprovado com o número 2.461.043.

Para dar sustentação a tal circuito engendrado por essas pessoas, optou-se por trabalhar com a metodologia da cartografia, por entender que forneceria os subsídios necessários capazes de mapear as composições desejantes, tanto das crianças e adolescentes quanto das instituições. Para tanto, o pesquisador se utilizou de um diário de campo com o objetivo de registrar os processos da pesquisa (Passos e Barros, 2015b). Também foram realizadas entrevistas com os profissionais de referência dos casos estudados.

Sendo assim, procurou-se por quem seriam as crianças que migram para o centro da cidade e fazem desse lugar um campo de improvisações, viram-se como podem, organizam-se para cometer pequenas ilegalidades, tais como comprar e vender drogas, por vezes fugir das

polícias e das políticas. Entre um espaço e outro, na esquina, lá, entre uma rua e outra, entre o chão e as vigas de um viaduto. Assim eles escorregam, evadem-se, habitam o “entre”, o limiar; então, se alguém quiser saber onde encontrar um menino ou uma menina de rua é fácil, basta ficar atento aos movimentos imperceptíveis, aos vãos, aos espaços “entre”.

Para evidenciar as diferenças dos dois modos de vida e de circulação em suas radicalidades, analisou-se o “bando da Sé” como um sujeito múltiplo, capaz de produzir aberturas e fechamentos próprios. A análise dessa “sociedade” e de seu modo de vida na rua inspirou-se nos escritos de Meunier sobre os *gaminos* de Bogotá, sua contra-sociedade e a “etnologia do efêmero” (1978;1999). No outro território, o da Cracolândia, terá como representante o menino Moacyr (nome ficcional, escolhido em alusão ao filho de Iracema, de romance homônimo) que será o protagonista desse outro modo de vida. Esses dois modos de vida e de circular estão apresentados ao longo dos capítulos na forma de narrativas de abertura ou de passagem construídas com base nos diários (tais narrativas estão formatadas em itálico para sinalizar ao leitor que se tratam do trecho extraídos do diário de campo).

### **Da cartografia**

A referência metodológica escolhida é a cartografia, o que significa mapear as composições desejanter e seus desdobramentos. Assim, “a cartografia como método de pesquisa-intervenção [que] pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas, nem com objetivos previamente estabelecidos.” (Passos e Barros, 2015, p.17). No entanto, não significa que esse método caminhe sem direção. Para Passos e Barros (2015) toda pesquisa é uma forma de intervenção, que se dá no plano de agenciamento entre sujeito e objeto, como algo que coemerge. Portanto, a cartografia propõe uma inversão de método, se tradicionalmente *metá-hódos* pressupõe caminhar para atingir um destino prefixado; *hódos-metá* consiste em caminhar para se atender aos processos, movimentos e efeitos da pesquisa. Sendo assim, não se estabelecem estatutos prévios a respeito da realidade, do conhecimento, logo, a construção de sujeito e objeto são produtos da pesquisa. Desse modo, não se procura estabelecer pontos externos e fixos, a “experiência direciona o trabalho da pesquisa do saber-fazer ao fazer-saber, do saber na experiência à experiência do saber.” (Passos e Barros, 2015, p.18). No caso desta pesquisa, essa inversão também permite

aproximar-se das insurreições, do traçado de movimentos que se voltam contra a ordem vigente; justamente a partir da possibilidade de se construir um saber a partir experiência.

Portanto, se cartografar significa acompanhar processos, então “o campo de análise se distingue, mas não se separa do campo de intervenção” (Passos e Barros, 2015, p.19). Assim, as ferramentas teóricas devem operar ligadas à situação social concreta. Também é por esse motivo que se opta por usar a noção de plano de intervenção, em vez da de campo, considerando que o cartógrafo enfatiza a experiência e os efeitos do pesquisar. Desse modo, “a intervenção como método indica o trabalho da análise das implicações coletivas, sempre locais e concretas” (Passos e Barros, 2015, p.19).

Passos e Barros (2015) sustentam que toda pesquisa é intervenção, portanto o cartógrafo está lançado ao plano da existência, numa seara em que a inerência entre conhecer e fazer se dão num mesmo nível. Num plano que impeça “qualquer pretensão à neutralidade ou mesmo suposição de um sujeito e de um objeto cognoscentes prévios à relação que os liga” (Passos e Barros, 2015, p.30). Segundo eles, conhecer é “criar uma realidade de si e do mundo, o que tem consequências políticas” (Passos e Barros, 2015, p.30), que se desdobram em pistas metodológicas e noções ético-políticas que avaliam os efeitos das intervenções.

Por fim, quando se discute acompanhar, traçar linhas, imergir no plano existencial, indiretamente se fala em movimento e transformação, portanto, intervenção. Assim, cabe ao cartógrafo o trabalho de “descrever, intervir e criar efeitos-subjetividade” (Passos e Barros, 2015, p.26). Em relação ao trabalho do cartógrafo, Suely Rolnik (2016) aponta que se deve manter o corpo vibrátil sensível a ponto de ser afetado pelas intensidades. Desse modo, uma das tarefas do cartógrafo é “dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo [...]” (Rolnik, 2016, p.23).

Os traços da cartografia compõem um mapa, no entanto, não devem ser confundidos com decalque – que seria fechado, estático. “O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente” (Deleuze e Guattari, 2011b, p.30). Compreendem-se tais composições do mapa justamente por ele traçar velocidades e lentidões, longitudes e latitudes do desejo, que por sua vez está em constante processo de territorialização e desterritorialização (Rolnik, 2016).

Esse acompanhamento, processual e plástico, foi necessário para trazer à tona certos “nomadismos” em meio aos circuitos, certos “entre” criados pelos meninos e meninas em situação de rua. Neste caso, o cartógrafo em questão se aproximou mais da “etnologia do efêmero” (Meunier, 1999, p. 84) do que de pontos fixos e estáticos, aliás, se há algo de externo,

este está localizado nos meninos e meninas, que simplesmente vão a lugar algum (Meunier, 1978).

## **Estrutura da dissertação**

Os capítulos estão organizados da seguinte maneira: no primeiro, discute-se a vida nas ruas como algo próprio, um modo de vida propriamente dito. O que conduz a discussão para além da evasão do lar, por mais que tenha sido uma escolha forçada. A produção desse modo de vida está diretamente ligada à pobreza, à raça e ao gênero. Entretanto, por motivos de recorte de pesquisa, tem-se como foco a especificidade da pobreza, mesmo sabendo da importância dessa intersecção.

No segundo capítulo, o foco recai sobre o debate que se constrói da criança em situação de rua como objeto das políticas públicas. Para tanto, inicia-se a discussão a partir da produção acadêmica brasileira que se propôs a analisar tal questão. Por meio de revisão bibliográfica das principais pesquisas, torna-se evidente como a produção acadêmica também tangencia os modos de vida dessas pessoas. Investiga-se, ainda, as políticas voltadas para o campo da infância no Brasil, com ênfase no período posterior à promulgação do ECA. Ao analisar as principais intervenções do aparelho de Estado voltadas a essas crianças, tornam-se nítidos o sentido e a tonalidade dessas políticas para a manutenção da pobreza, e como “controlam” a circulação dessas crianças e adolescentes.

Por fim, o terceiro capítulo pretende problematizar o funcionamento da Cracolândia como uma máquina em seus diversos agenciamentos, o que possibilita explorar o encontro dos serviços – da Assistência Social e da Saúde – com os meninos e meninas em situação de rua.

### **1. A vida nas ruas**

*“Numa terça-feira à tarde, – como o habitual – a equipe técnica do CAPSij-Sé realizava o trabalho de “CAPS na Rua”. Esse modo de produção de cuidado consiste no deslocamento de parte da equipe para territórios de alta vulnerabilidade. Desta vez ela circulava no bairro da Luz, pelas imediações da Praça Júlio Prestes, região também conhecida por Cracolândia. A equipe também cria seu circuito e produz sua própria trajetória dentro dos territórios, boa parte em função dos meninos e meninas em situação de rua. No dia em questão, a equipe já estava quase por terminar sua tarde no território quando descia à Avenida Duque de Caxias, em direção à Sala São*

*Paulo (sala de concertos, frequentada pela elite paulistana). De repente, os dois técnicos (enfermeira e oficineiro) avistaram um menino sozinho à frente de um bar – na mesma calçada. Pequeno e delgado, ele estava sentado com as pernas cruzadas, sereno, de costas para a porta do tal estabelecimento e de frente para rua – numa determinada posição que não comprometia a circulação dos clientes e também se fazia visto pelos transeuntes. Vestido com uma camisa do Flamengo – um tanto usada e pouco maior do que seu tamanho exigira–, bermuda de Tactel cinza, descalço, com os pés sujos e desgastados, a ponta dos cabelos amarela contrastava com o restante de sua figura, principalmente com a negritude de sua pele. Em sua frente, próximo aos seus pés, havia um copo plástico transparente, de 300 ml, que permitia constatar algumas moedas, não mais do que cinco. A equipe ficou demasiada contente por vê-lo, esse contentamento se devia a possibilidade de colher informações sobre o dia anterior, quando o menino encaminhado a um serviço de abrigo da assistência social – SAICA – evadiu-se prestes a chegar ao seu destino.*

*Na primeira tentativa de diálogo, logo após os cumprimentos iniciais, ele disse que não poderia ser atendido naquele momento, pois estava esmolando, portanto a conversa teria de ficar para um momento posterior. Não satisfeita com a resposta e a impossibilidade de dar continuidade ao atendimento, a equipe do CAPS-ij perguntou se poderia voltar algum tempo depois, e o menino disse que sim. Minutos depois, quando a equipe já estava pronta para se retirar do território, passou no mesmo ponto a fim de encontrá-lo, mas ele não estava mais lá. Este é Moacyr.” (diário campo, 20/03/2018)*

O episódio acima é corriqueiro para as equipes que trabalham com essas pessoas, pois, no dia a dia, a constituição dos atendimentos se faz com dificuldade, considerando que a criança está nas cenas de uso – inclusive muitas delas se recusam a tal tarefa por acharem desrespeitoso para com o profissional; se a criança está pedindo dinheiro, também é custoso porque está em hora de “trabalho”; se ela está acompanhada de adultos, geralmente não deixam a equipe se aproximar, por inúmeras questões, principalmente por medo de que ela produza alguma denúncia que se volte contra eles, ou também por atrapalhar atividades que fomentam e envolvem o comércio varejista de drogas. Então, a equipe do CAPSij pejeja por uma brecha, geralmente estreita e pontual, senão ela também corre o risco – facilmente – de sucumbir ao engodo de uma circulação autocentrada e por sua vez ineficaz.

Além disso, a cena narrada acima também nos faz perceber as dificuldades que emergem das rotinas e dos hábitos que a vida nas ruas implica. Tanto é que o acesso aos meninos e meninas em situação de rua nem sempre é simples; ademais cada território conserva sua singularidade, fazendo com que o modo de vida nas ruas não seja homogêneo – aliás, muito pelo contrário. Porém, sem que isso impeça que se desenhe um denominador comum da população infanto-juvenil “em situação de rua”.

Provocados por esse desconhecimento ou por enigmas que o modo de vida levanta, grande parte dos trabalhos acadêmicos sobre meninos e meninas em situação de rua procura se

debruçar sobre seus costumes: forjar a luta pela sobrevivência; ocupar-se com tarefas no decorrer do dia, entre outros; enfim, as pesquisas ensejam delinear suas rotinas (Fausto e Cervini 1996; Rosemberg, 1994; Rizzini, 2003; Silva e Milito, 1995). Por meio desse viés, procura-se mapear como se fabricam os estilos de vida permeados de misérias, violências, exclusões, ausência de efetividade dos direitos, e principalmente todo pauperismo. Mesmo assim surge uma cultura de rua singular (Mafiltano, 2008), dotada de uma série de hábitos e comportamentos, improvisos, fugacidades. Pois, muitas vezes, “a cidade, para quem não sabe ler, é antes de tudo pista de odores, um ruído de fundo, jatos de luz e cintilações.” (Meunier, 1978, p. 42).

### 1.1 Liberdades *entre* controles

Meunier (1978) escreve um dos primeiros trabalhos sobre crianças em situação de rua; o estudo procura analisar o modo de vida de um grupo crianças de Bogotá. Ele as descreve da seguinte maneira:

[...] “os Gaminos têm de cinco a quinze anos de idade. São sujos e desgrenhados. Perambulam nas ruas. Dormem em qualquer lugar: nas calçadas, sob os pórticos, nos terrenos baldios... Roubam e mendigam. São instáveis, rebeldes, sonhadores, aventureiros, arrojados, insolentes, meigos e reconhecidos para com as pessoas que os ajudam; podem se mostrar grosseiros, obscenos e muito agressivos contra aqueles que os maltratam. O que prezam acima de tudo é a liberdade.” (Meunier, 1978, p.16).

As experiências de vida dos meninos e meninas de rua de Bogotá se dá de tal forma que “as crianças errantes, os ‘chinos de la calle’, organizam-se em bandos. Em *gallada*. Não se vivem mais nas ruas: eles a habitam” (Meunier, 1978, p.18). Isto é, através do grupo, essas crianças fazem determinados usos da rua e da cidade, próprios a esse modo de vida. Portanto, quando o autor diz que os “gaminos” habitam as ruas ele está se referindo aos diferentes tipos de ocupá-la; de fazer dela sua morada, ou até mesmo o ato de forjar um espaço útil à própria sobrevivência. Tanto é que, mais adiante, o autor comenta que eles “formam uma categoria social sem paralelo” (Meunier, 1978, p.19), inclusive no mundo.

No entanto, é possível traçar alguns pontos de intersecção entre os “moleques de Bogotá” e os moleques de São Paulo. Em São Paulo os “chinos de la calle” também saem às ruas “como os piratas vão para o mar...” (Meunier, 1978, p.42); são desgrenhados; perambulam

pelas ruas; dormem em qualquer lugar; também podem se mostrar grosseiros e obscenos sem perder o espírito aventureiro. Entretanto, existem alguns agenciamentos que fazem com que meninos e meninas tenham suas liberdades controladas, são: os “pais de rua”. Eles mantêm meninos e meninas sob tutela, num regime de vida próximo ao de escravidão; operando de forma a explorar as crianças tanto econômica quanto sexualmente. Por conta desses “pais” meninos e meninas vão às ruas angariar dinheiro, esmolando ou vendendo drogas, caso haja, – é notório salientar que os produtos para a venda foram passados pelo próprio “pai de rua”, também deve ser dito que as crianças não podem usar as substâncias que o “pai de rua” lhes deu, eles apenas desempenham papel de ambulantes. Ao final do dia, voltam a casa, onde o “pai de rua” recolhe o ganho de cada um. Durante a noite, há alta probabilidade de que o mesmo alicie sexualmente algum dos meninos e meninas – geralmente os menores. Além disso, o “pai de rua” abriga as crianças em sua própria casa, onde também guarda os documentos delas, tais como o cartão do Sistema Único de Saúde, carteira de vacinação, enfim, tudo que a criança tiver de comprovante, declaração, título. Isto também visa a consolidar esse regime de vida e mais uma forma de manter, assim, crianças sujeitadas. Na região da Praça da Sé, em São Paulo, há um famoso “pai de rua”<sup>9</sup>; ele já saiu em inúmeras notícias nos jornais e já foi encarcerado por diversos delitos. Não se sabe ao certo a casa em que ele alicia as crianças, tampouco quantas são.

*“Com Moacyr não foi diferente, o menino já foi angariado por este “pai de rua” logo quando passou a morar na rua com maior efetividade. O menino começou a frequentar as imediações da Praça da Sé como um primeiro lugar a ser habitado; esse território é conhecido pelos moradores de rua como um local de refúgio, principalmente pelas crianças (Gregori, 2000). Moacyr passou a fazer parte do grupo de crianças exploradas por esse tal “pai de rua”; no entanto, sua mãe – também em situação de rua – estava morando nas proximidades. Assim que ela tomou conhecimento da situação foi reclamar com o explorador, o resultado desse confronto foi a expulsão de Moacyr do grupo. Depois desse acontecido, o menino teve de escolher outro lugar para morar.” (diário de campo, 18/05)*

Se os meninos de Bogotá circulam com certa liberdade e descompromisso, norteados-se mais pela aventura do que pela tutela, os daqui não podem usufruir da mesma possibilidade: depois que se sai de casa e decide-se morar na rua ainda há de enfrentar os domínios dos “pais de rua” caso se almeje liberdades e emancipações.

---

<sup>9</sup> Cf. <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/pai-de-rua-e-investigado-sob-suspeita-de-abuso-sexual-de-adolescentes.shtml>>. Último acesso em 21/01/2019.

## 1.2 “Mocó”, Casa-Rua

Em relação ao abrigo, Meunier (1978) descreve que em Bogotá daquele período (década de 1970) não havia onde aloca-los; assim, “a polícia dá batidas, prende-os mas é obrigada a devolvê-los logo à rua porque não tem onde abrigá-los” (ibidem, p.39). Na maior cidade da América do Sul, a questão do abrigo para crianças que se encontram nessa situação é delicada e pouco diferente do que em Bogotá, pois a história e as iniciativas do aparelho de Estado nos mostram como é difícil distinguir “proteção e negligência” (Nascimento, 2015). Apesar de se contar com serviços de acolhimento para todos, a delicadeza do assunto, na óptica dos próprios atendidos, evidencia que esses nem sempre são uma boa escolha. Assim, quando não se deseja ir ao abrigo ou se consegue escapar do “pai de rua”, eles procuram um lugar minimamente seguro para pernoitar, ou seja, em São Paulo também não se pode dormir em qualquer lugar, assim como em Bogotá.

Há um grupo de meninos e meninas que vive nas imediações da Praça da Sé, especificamente na esquina das Ruas XV de Novembro e Anchieta, porém à noite eles procuram por “mocós”, lugares que funcionam como uma “casa”, um repouso. Esmeralda Ortiz foi uma menina que viveu nas ruas da mesma região durante a década de 1990, descreve em sua autobiografia o que é “mocó”:

“Qualquer pessoa, se reparar bem, pode ver que debaixo das pontes tem às vezes buracos feitos pelos ratos. A gente só ia lá e terminava o trabalho: aumentava o buraco, do tamanho pra gente caber. Era só pegar um papelão e forrar o chão, porque é tudo de areia debaixo da ponte, na parte que ela já está no chão. Assim a gente fazia o nosso mocó. Em lugares que cabiam umas vinte pessoas. Assim, o mocó era gostoso dormir porque era bemquentinho. Dormiam meninos e meninas, às vezes só meninas, às vezes só meninos” (Ortiz, 2010, p. 64).

Portanto, o mesmo lugar pode ter usos múltiplos: então há necessidade de diferenciar a qualidade do espaço; desse modo, tanto a casa quanto a rua podem ser concebidas como duas categorias distintas (DaMatta, 1997a; Frehse, 2011). Isto é, como categorias sociológicas, pois a sociedade pensa e institui seus códigos de valores e ideias, tendo como base o dinamismo social e as relações entre os indivíduos. Sendo assim, por se tratarem de duas categorias sociológicas não se deve sobrepor-las; mas, por sua vez, elas não são estáticas, tampouco rígidas, são dinâmicas e relativas; já que se reproduzem mutuamente. Por exemplo: a população em situação de rua, que usualmente se apropria de determinados espaços públicos e fazem deles

sua morada, transformando-os em “casa”. Em suma, por mais que se estabeleçam em oposição, Casa e Rua são constituídas concomitantemente (DaMatta, 1997a; 1997b).

Assim, quando se aponta que meninos e meninas muitas vezes fazem da rua suas “casas”, não se remete simplesmente a espaços geográficos ou físicos, remete-se à ideia de casa, “mas acima de tudo entidades morais” (DaMatta, 1997a, p.14), ou seja, saberes institucionalizados capazes de despertar afetos, leis, imagens preconcebidas, entre outros (DaMatta, 1997a). Quando se descreve o modo de vida do bando da Sé e se diz que eles circulam por diversas territorialidades e em cada uma delas realizam diferentes tarefas, também há presença de uma “casa”; em relação a esta deve-se considerar: “expressões que denotam um ato relacional, plenamente coerente com o espaço da morada e da residência” (DaMatta, 1997a, p. 50). Pois, há em algumas paradas aspectos que transcendem à sobrevivência, por exemplo, a relação que se tem com o “mocó” ou com o próprio cobertor. Em outras palavras, o que se faz depois que se conseguiu o mínimo para a subsistência? Depois do “ganha-pão” vai-se à casa, mesmo que seja do “pai de rua” ou na calçada do próprio ponto de trabalho, e lá, é mais um espaço “entre”, um vão; porém, nem por isso não deve ser compreendida como casa.

*“No caso do Moacyr, ele mora na mesma calçada em que trabalha: quarteirões próximos à Avenida Rio Branco reside um dos pontos de trabalho – o bar; quarteirões adjacentes à Rua Mauá fica a sua casa – em frente à loja Zapata. Já o bando da Sé se movimenta com maior amplitude do que o menino que vive nas imediações da Cracolândia, mesmo assim em algum momento os dois vão para a casa.” (diário de campo, 23/03)*

### 1.3 Uma Malta

Outro ponto da vida nas ruas diz respeito à organização grupal, “não é somente a pele que distingue o Gamino. Assim como não é apenas o cabelo ou a panóplia. Ou a psicologia. É antes de tudo sua organização: a *gallada*.” (Meunier, 1978, p.41). Os moleques de Bogotá têm uma complexa organização grupal, tanto é que ao se ingressar em uma *gallada* há dois rituais fundamentais: mudança de nome e aprendizado de uma nova língua. O grupo ocupa tal posição que não se encontra acima ou abaixo do *gamino*, mas passa por ele, ao mesmo tempo em que se constitui é também constituinte dela (Meunier, 1978). Nesse sentido, o bando “existe nele e por ele” (Meunier, 1978 p. 112), como se o grupo possibilitasse outra forma de existência dentro do próprio universo da rua, com todas as misérias possíveis.

A depender do território, a criança fora de um grupo corre o risco de ser apenas mais um pobre nas ruas e isso pode fragilizar ainda mais a sua condição; então é preciso buscar alianças. Portanto, cria-se o bando, que se subordina a uma chefia, com certo teor de organização, a fim de se produzir um clã, uma equipe (Meunier, 1978). Esses grupos podem ter sua singularidade em relação à formulação de normas e costumes, a despeito de terem funcionamentos análogos (Meunier, 1978). Ao contrário do que relata Meunier (1978), em relação aos “moleques da Sé” não se presenciou “a arte do chefe” (p.105), aquele que estaria apto a escolher em nome do grupo, ou seja, não havia alguém que exercesse diferentes formas de poder de maneira hierárquica. Dessa maneira, a divisão de tarefas acontece frequentemente de maneira autônoma. Assim, não há aquele que sempre irá buscar comida ou pedintar enquanto os outros irão desempenhar outra atividade; também não se observou divisão de tarefas de acordo com o sexo: todos fazem o que precisam para sobreviver – é importante ressaltar que, até o momento, não existem tarefas próprias ao gênero feminino que as façam sofrer igual ou menos do que os meninos em mesma situação. Na prática, quem consegue um prato de comida divide com o resto do grupo, se não houver necessidade, come-o sozinho.

O cotidiano deles se aproxima da circulação descrita por Gregori (2000). Eles dormem debaixo de um dos viadutos da Avenida 13 de Maio, todos juntos. Depois, cada um sai à procura do que deseja, se for comida será um trajeto; se for dinheiro será outro. Existe a possibilidade de formação de pares a fim de buscar recursos de sobrevivência, o que também é comum. Frequentemente esta última organização é mais presente, eles se dividem em pequenos subgrupos e vão juntos à busca do que necessitam.

Os integrantes do bando da Sé funcionam de maneira independente, mas não desarticulada. Diferente da arte da chefia como experiência que emerge no grupo, como fratria, o “pai de rua” exerce a chefia numa relação de poder heterônoma. Em diversos momentos ele ficou junto ao grupo na rua e quando os técnicos dos serviços – CAPSij e Consultório na Rua – chegavam, era evidente seu incomodo. Inúmeras vezes esse “pai de rua” abordou as equipes perguntando qual a finalidade do trabalho, enquanto ele alegava que apenas fazia companhia aos meninos e as meninas. Pouco se sabe sobre esse “pai de rua”, mas é perceptível que a presença dele muda o dinamismo do bando, deixando-o mais violento e agressivo, tanto entre eles quanto para com os outros – profissionais e transeuntes. Então, a presença do “pai de rua” – deste e de outros do mesmo território – levaria o grupo a funcionar desse modo justamente pela forma de exercício de um tipo de poder. Se assim for, pode-se questionar sua posição em relação a “arte da chefia”, será que essa função está deslocada do grupo e por sua vez

centralizada no “pai de rua”? Não há uma resposta única e rígida para essa pergunta, mas é importante dizer que esse bando da Sé não se recusa a viver com a presença de um “pai de rua”. Aqueles que se recusaram ou criaram algum tipo de conflito com essa figura de explorador – assim como Moacyr – tiveram de procurar outro lugar e outros modos de vida na rua.

#### 1.4 Sinuosidades dos trajetos

O trabalho de Meunier (1978) também discute diferentes itinerários que essas crianças traçam, dentro e fora da cidade, sempre em circulação, o que culmina na questão: “para onde vão essas crianças migradoras? A lugar nenhum. Vão, simplesmente” (Meunier, 1978 p.50). Assim, eles percorrem a cidade e suas redondezas, apinham-se nos para-choques dos caminhões; pegam carona nos ônibus, tanto que essa dinâmica faz o autor se lembrar “do homem sem laços nem responsabilidades, do nômade” (Meunier, 1978, p.50). Daquele que faz uso da cidade de forma empírica, guiando-se por afecções (Deleuze, 2002). É sobre esse ponto que há possibilidade de escape do bando da Sé, no decorrer do dia através do uso que se faz das margens de liberdade. Pois, se o “pai de rua” controla, explora, vigia, isso se dá até certo ponto; tendo em vista que no momento em que se vai procurar comida ou angariar dinheiro, por exemplo, apresenta-se a alternativa de revirar o sentido da tarefa, dando possibilidade de se nomadizar; de fabricar espaço-tempo liso<sup>10</sup>, de caminhar sem saber aonde se está indo, assim, tem-se a chance de criar a espete do deserto<sup>11</sup>, em pleno centro de São Paulo (Deleuze e Guattari, 2012).

Em parte, devido a esse modo de vida, essas crianças representam “um desafio à burguesia” (Meunier, 1978, p.51), considerando que elas não vão à escola, não têm residência fixa, devem grande parte de sua sobrevivência a pequenos furtos, trabalhos informais, enfim, essa vida desmedida, evidentemente, representa um incômodo aos poderes vigentes. Portanto, assim como em São Paulo, em Bogotá “um menino pode ser *Gamino* durante dez dias, dois meses ou dois anos e que ele vai incessantemente da rua para a prisão” (Meunier, 1978, p.47). Por não apresentar uma resolução efetiva, frequentemente as elites brasileiras evidenciaram

<sup>10</sup> Contraposições entre liso e estriado: “[...] uma grande diferença de espaço: o espaço sedentário é estriado, por muros, cercados e caminhos entre os cercados, enquanto o espaço nômade é liso, marcado apenas por ‘traços’ que se apagam e se deslocam com o trajeto” (Deleuze e Guattari, 2012, p.55).

<sup>11</sup> “[...] o nômade é aquele que não parte, não quer partir, que se agarra a esse espaço liso onde a floresta recua, onde a estepe ou o deserto crescem, e inventa o nomadismo como resposta a esse desafio.” (Deleuze e Guattari, 2012, p. 55).

determinada volição à institucionalização da pobreza; entretanto esse incessante trânsito entre encarceramento e rua também acabou por produzir um circuito com velocidades e lentidões próprios (Rui e Mallart, 2015).

Nesse sentido Meunier (1978) expõe como essas crianças tentam de diversas formas, principalmente através das *galladas*, mostrar “sinais de astúcia e violência” (p.65) com e contra a sociedade, assim elas próprias se tornam denúncia da maneira que são tratadas. Parafraseando: “dá a impressão de estar dizendo aos adultos e ao mundo todo, que gostaria bastante de dispensar esse incômodo lembrete: a criança morre *em vós* e por *vossas mãos*. Olhai para vós mesmos.” (Meunier, 1978, p.66). Essa é uma das respostas à cultura da institucionalização da pobreza, na qual elas são protagonistas.

No Brasil, um dos primeiros trabalhos sobre crianças em situação de rua fora de Rosa Fischer Ferreira, “Meninos da rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo” (1979), também foi o primeiro trabalho na literatura nacional que utilizou a noção de “criança de rua” (Gregori, 2000).

O estudo em questão investigou meninos em situação de rua no final da década de 1970, abordando histórias de vida; e a vida nas ruas de quatro meninos. A pesquisa visou a “conhecer a forma de ser e pensar dos sujeitos, o modo como eles compreendem a realidade que os cerca, como fazem suas opções, o que desejam, como agem para obter o desejado, a partir da sua vivência pessoal e visão de mundo” (Ferreira, 1979, p. 18). Para tanto, “a pesquisa necessitou identificar e recuperar principalmente as estratégias de sobrevivência de relacionamento que ocorrem no dia a dia dessas crianças” (ibidem, p.31).

Segundo Ferreira (1979) as estratégias de sobrevivência estão ligadas “ao trabalho, ao consumo, à organização familiar e aos contatos com a ação e o aparato urbano e institucional” (Ferreira, 1979, p.31). As instâncias forjam modos de vida, pois “determinam a interiorização de valores, a escolha de padrões de conduta e a criação de expectativas e projetos frente à vida.” (Ferreira, 1979, p.31). Pode-se compreender que “não há como conhecê-los, sem conhecer as estratégias de sobrevivência que criam e manipulam e sem referi-los à conjuntura social, econômica, política e cultural que obriga o surgimento dessas estratégias” (Ferreira, 1979, p.31). A metodologia utilizada foi capaz de apreender alguns pontos centrais da vida nas ruas do centro de São Paulo daquela época. Uma delas foi o constante aporte ao imediatismo, segundo a autora, a utilização desse recurso “caracteriza suas vivências” (Ferreira, 1979, p.41). Além disso, “leva-os a empregar o mesmo estilo em todas as ações: o raciocínio deve ser curto e rápido, não há tempo para decisões planejadas” (Ferreira, 1979, p. 41). A dinâmica própria da

rua produz tal funcionamento, pois são estratégias de sobrevivência, tanto que não há espaço para hesitações. Aqueles que as têm podem aumentar a possibilidade de ser capturado pela cultura de institucionalização da pobreza.

No entanto, o hábito – por vezes um tanto forçoso – de ações imediatas, raciocínios curtos e rápidos são atributos exigidos desde os primeiros anos de vida, pois as crianças são “levadas a esmolar quando recém-nascidas, treinadas a comover passantes ainda na primeira infância, elas captam a percepção de quem são e de como devem se relacionar com as diferentes frações do mundo” (Ferreira, 1979, p.66). Assim, desde tenra idade há consciência da posição ocupada no tecido social e o que deve ser feito para usufruí-lo, ou driblá-lo. Contudo, ao mesmo tempo em que os meninos de rua produzem diversos modos e estratégias de vida, o aparelho de Estado também cria formas de capturá-los, frequentemente via institucionalização e tutela. Desse modo, as crianças em situação de rua percebem que a “‘liberdade’ é fictícia e insegura” (Ferreira, 1979, p.90); logo recai sobre elas a constatação de suas vulnerabilidades e que são categorizados: “como criminosos pela população em geral e pelos órgãos repressores em particular” (Ferreira, 1979, p.90).

Como parte de seu estudo, Rosa Ferreira narra a trajetória de vida de Álvaro: “16 anos de idade, é preto, corpulento, dentes perfeitos aparecendo um sorriso constante” (Ferreira, 1979, p.95). Na época da pesquisa, o menino vivia no terraço de uma casa abandonada, que pertencia a um grupo de meninos (variava entre sete e dez garotos). O grupo habitava frequentemente um estacionamento do centro da cidade. Lá, o grupo desempenhava pequenos serviços, tais como, lavar e vigiar carros, de manhã. No período da tarde, quando o movimento do estacionamento não rendia o dinheiro esperado, Álvaro realizava outras atividades nas casas da região, por exemplo, lavar o jardim ou as calçadas. “Quando estas oportunidades não aparecem ou Álvaro não quer aproveitá-las porque não está precisando de dinheiro ou ‘está de cabeça cheia’ para trabalhar, passa as tardes nos cinemas do Centro [...]” (Ferreira, 1979, p.96). Portanto, vale ressaltar que por mais que esses meninos e meninas sejam rotulados como marginais, não é a todo o momento que realizam atos ilegais.

Assim como muitos outros garotos na mesma situação, Álvaro foi entregue à FEBEM (atual Fundação CASA) pela sua mãe, por ser “‘rebelde, fujão, briguento’” (Ferreira, 1979, p.97). Depois de sair de tal instituição passou a morar na rua, no entanto, “temia também ser detido pelo Juizado de Menores” (Ferreira, 1979, p.98), tampouco desejava voltar à casa de sua família. Ou seja, mais uma vez presencia-se a produção de um itinerário para ele, pois sem residência fixa ele está à mercê da vida na rua. Elemento tal que não representa novidade,

levando em conta que desde sua primeira infância a rua desempenhou um papel de protagonismo devido à situação socioeconômica de sua família, esta propulsionou “a solução de buscar dinheiro onde ele é mais abundante, implica para o menino em percorrer quase toda a cidade” (Ferreira, 1979, p.102). Isso fez com que Álvaro se distanciasse de sua família progressivamente, e também consolidasse “o compromisso de levar dinheiro” (Ferreira, 1979, p.102) para a casa, assim ele não podia se distanciar mais do que três dias fora dela. “O menino move-se entre a liberdade para decidir os caminhos a serem seguidos e a pressão de ‘compromissos’ a serem cumpridos” (Ferreira, 1979, p.102).

*“Esse regime de produção de itinerário – guardadas as proporções – aproxima Álvaro do bando da Praça Sé, pois estes têm o compromisso de trazer dinheiro ou de produzi-lo, entretanto têm a possibilidade de fabricar seus itinerários. A vida de Moacyr pode ser regida de outra forma, uma vez que não tem “um chefe” a se sujeitar, pelo menos não institucionalizado, estático e rostificado. Assim, mais uma vez se apresenta a fragilidade entre liberdades e controles daqueles que vivem nas ruas e usufruem delas. Cabe ressaltar ainda que no caso do Moacyr, segundo as esquipes – tanto da Saúde quanto da Assistência – o menino não pratica pequenos furtos e não há registros de qualquer ato infracional de sua parte.” (diário de campo, 10/07/2018)*

Para que Álvaro tivesse êxito em sua atividade, fez-se necessária a criação de um espaço de trabalho, considerando que “o menor marginalizado não se oferece como mão-de-obra para as organizações formais de produção” (Ferreira, 1979, p.103). Para tanto, o primeiro passo consiste em ocupar a cidade de forma contrária ao esquadramento proposto pelo poder exercido pelo aparelho de Estado. Se por um lado essas instâncias propõem regular, ordenar, burocratizar; por outro lado, meninos e meninas usufruem de inventividade. Nesse sentido, Ferreira (1979) aponta: “vale a pena chamar a atenção para a extrema originalidade e criatividade a que obedece o desenvolvimento destas atividades” (p.103). Assim, “ele próprio cria seu espaço de trabalho [...]” (Ferreira, 1979, p.103), móbil e criativo, tais como: pontos propícios a esmolar; vigiar e lavar carros; fazer carretos nas feiras, entre outros. Enfim, o que a autora ressalta nesse ponto é a interação das diferentes faculdades a fim de criar um espaço na rua, que sirva tanto de trabalho, quanto de moradia. O menino inventa uma situação que lhe é frutífera, nem que para isso seja preciso circular, criar territórios distintos e interdependentes, que possibilitem lhe render trabalho, lazer e moradia.

A respeito dessa apropriação do espaço, Ferreira conclui que:

“[...] podemos perceber que o mecanismo sempre é o de apropriação de um espaço (‘ponto’), que é público (usufruído pela população em geral), sua transformação num espaço privado (os meninos ‘dominando’ espaços da cidade) e a sua utilização como propriedade privada geradora de renda. Este processo se mostra altamente original, pois elimina, por exemplo, a necessidade primeira do ‘capital necessário ao investimento em qualquer atividade produtiva’. Além disso, elimina formas intermediárias para que o ciclo econômico se dê: o mesmo menino se apropria do espaço enquanto propriedade privada, transforma-o em fonte de renda e apropria-se da renda gerada.” (Ferreira, 1979, 103).

Assim como Meunier (1978), Rosa Ferreira (1979) também encontra aspectos no modo de vida dos meninos de rua que possam resultar em resistências contra o movimento hegemônico do capital, a despeito de toda exclusão social. Para a autora, a forma de apropriação do espaço – enquanto produto de uma criação –, por exemplo, pode ser uma resposta às exclusões produzidas pelas elites paulistanas.

### **1.5 O que fazes na rua?**

Outra pesquisa que discute modos de vida de crianças em situação de rua em São Paulo foi desenvolvida por Fúlvia Rosemberg (1994). Esse trabalho surge a partir da insipiência sobre o número de crianças nessa situação na capital paulistana. À época, os dados sobre elas divergiam demasiadamente, portanto, a pesquisadora decide realizar uma contagem com devida aferição sobre essa população. Segundo a pesquisadora havia equívocos nos dados dos anos de 1980 sobre os números de crianças em situação de rua nas metrópoles da periferia do capitalismo. Assim o resultado final das contagens era inflacionado e partia de estimativas dedutivas que, de forma linear, associavam população de rua e pobreza, o que gerava um número distorcido e oblíquo.

O estudo relata como se realizou a contagem de crianças em situação de rua e problematiza o modo de operar das políticas públicas “destacando o equívoco de associar-se inexoravelmente a pobreza ao abandono de crianças” (Rosemberg, 1994, p.30). Mas, em primeiro lugar, a autora destaca a complexidade do “estar em situação de rua” (Rosemberg, 1994, p.32). Pois, “nem todas as crianças e adolescentes usam o espaço da rua para sobrevivência todos os dias do ano ou todas as horas do dia, e sob a expressão ‘estar em situação de rua’ se esconde uma grande variedade” (Rosemberg, 1994, p.33).

A pesquisa de Rosenberg (1994) também enfatiza a multiplicidade que está presente no viver na rua e os diferentes usos que pode ser feito dela. Constatou-se essa pluralidade durante os períodos entre as atividades, pois observaram-se momentos de brincadeira e descontração, principalmente entre o bando da Sé.

*“O grupo hoje estava eufórico como há muito não o via. Desta vez eles estavam pouco se importando em dividir o Thinner em nossa frente, nós também pouco nos importamos. Eu estava junto com T. (T.O) tentando puxar assunto com Gustavo, mas algo ainda muito superficial, de repente, ele vira as costas e vai embora. Thiago e eu nos olhamos com uma expressão de insucesso, e subitamente ele ressurgiu e fala algo com Thiago que eu não consigo ouvir, quando o menino termina de falar, eles me chamam, – nessa hora não entendi nada, independente disso, resolvi saber do que se tratava. Eles estavam do outro lado da rua – que não é grande, nem larga, é mais uma ruela –, nesse espaço curto de tempo, vi que eles tinham algo nas mãos, mas não dava para saber o que era, quando cheguei junto a eles vi que era um baralho de Uno. Nessa hora o menino vira para mim e fala “vamos jogar?” – eu fiquei completamente sem reação, nunca pude imaginar que ele teria um baralho de Uno e ainda mais que gostaria de jogar conosco, fiquei entusiasmado – respondi “claro que sim!”. Antes de dar início a partida, perguntei a eles se seria bom ver se mais alguém queria jogar e Gustavo respondeu que não, preferiria que ficássemos só nós. Começou o jogo, o menino embaralhava as cartas, com as bordas raladas, porém não escondiam o bom estado de uso. Enquanto isso, ele segurava uma garrafa de H<sub>2</sub>OH na boca, com um dedo de thinner, entre uma embaralhada e outra, uma “baforada”. T. e eu também nos sentamos no chão, encostados na parede de um dos prédios, assim, formou-se um círculo. Com o passar do tempo o jogo foi ganhando corpo, ainda mais com risadas e conversas. Aos poucos, outros meninos vieram ver o que estávamos fazendo, e acredito que até eles acharam divertido nos ver no chão. De repente chegou Daniel, com seu cachorro, Camaro. Eu sempre tive medo dos cachorros deles, eles são grandes e sempre brigam de repente e “sem motivo”, tanto é que os meninos vivem cheios de marcas de mordidas de seus próprios cachorros. Quando Daniel e Camaro chegaram, o cachorro já veio se encostando em mim e quase lambeu meu rosto, eu não sabia o que fazer e muito menos como reagir, mas Daniel logo o tirou de perto de mim. Não adiantou, o cachorro veio de um jeito meigo e se encostou nas minhas costas e lá ficou, ele fazia força para encostar, não era um mero acaso, parecia que éramos melhores amigos há anos, e no fim foi gostoso, vi que ele não queria me morder e sim, carinho. Depois chegaram Camila e Pedro, eles me cumprimentaram e vieram conversar comigo e, de novo, foi a primeira vez que houve outra inversão, eles de pé e nós sentados. Eles também estavam bastante amigáveis e falantes. Quando vi Camila e Pedro, uma das sensações que eu tive foi de estar na casa deles (não só deles, mas do grupo todo), sentado no sofá jogando na mesa da sala, como um conhecido dos moradores. No fim das contas, jogamos umas quatro ou cinco partidas de Uno, todas muito divertidas e alegres. Neste dia presenciamos uma nova perspectiva.” (diário de Campo 15/06/2018).*

Rosenberg (1994) relata que os procedimentos de contagem de crianças e adolescentes foram os seguintes: primeiro levantou-se os pontos de maior circulação dessas

pessoas; em segundo lugar dividiu-se a cidade em setores com ponto de concentração delas; o terceiro procedimento foi descrever o percurso de crianças em cada setor e estipular trajetos curtos a fim de não recontar a mesma pessoa; o quarto procedimento requereu uma equipe especializada indo a campo simultaneamente de carro e a pé, percorrendo o trajeto anteriormente desenhado; o quinto e último procedimento consistiu em inscrever os dados colhidos em planilhas que previam algumas variáveis, entre elas: sexo; atividade; idade e etnia. “A aparente simplicidade dos passos envolve um intenso planejamento relativo a: decisões quanto ao tempo e ao espaço; controle de consistência dos procedimentos; treinamento das equipes; projeto de segurança para a contagem noturna” (Rosemberg, 1994, p.35).

Cabe salientar que “a dimensão temporal e a diversidade de condições familiar e domiciliar de crianças e adolescentes que usam o espaço da rua para além da circulação” (Rosemberg, 1994, p.34). Então que uso seria esse que estaria para além da circulação? Principalmente o uso laboral: “durante o dia o que caracteriza seu cotidiano é o trabalho. Trabalham mais do que esmolam” (Rosemberg, 1994, p.43).

Sendo assim, é preciso considerar a variedade dos diferentes modos de vida nas ruas: pois existem os que vivem com suas famílias; os que acompanham seus pais em que nelas trabalham; outros que as usam como próprio local de trabalho e mantêm seus vínculos familiares (Rosemberg, 1994). Há também aqueles como Moacyr, por exemplo, que passam boa parte do dia sozinhos, fora de um bando, longe de sua família e mesmo assim têm de trabalhar para conseguir o mínimo para sua sobrevivência, chegando ao ponto de prescindir de atendimentos sociais e de saúde em favor de seu “trabalho”, mesmo quando este significa esmolar em frente a um bar. Bem como o bando da Sé, que demonstrou maior inclinação à esmola em relação a outras atividades. No segundo caso cabe levantar a hipótese de que: por haver garantia dos itens básicos na casa do “pai de rua” faz-se com que eles passem menos tempo esmolando, além disso em algumas circunstâncias – não raras – o próprio “pai de rua” lhes fornece insumos para serem vendidos no decorrer do dia – como já foi dito anteriormente –, ou também o mesmo delega pequenas tarefas, tais como dar recados a terceiros, fazer pequenas compras no mercado, entre outros. Essas atividades são tidas como trabalhos, portanto o dia está “ganho”.

Tendo em vista essa diversidade, Rosemberg (1994) conceitua o estar na rua “não como um atributo da pessoa, mas uma resposta circunstancial de certas crianças e adolescentes pobres a pressões da vida familiar” (Rosemberg, 1994, p.34). Sendo assim, não se pode prescindir das “condições do domicílio, [das] dinâmicas da instituição escolar, do mercado de

trabalho e da própria rua” (Rosemberg, 1994, p.34). Justamente por esses motivos há de se levar em conta que “essa população usa a rua para além da circulação” (ibidem, p. 34), pois ela usa esse espaço “executando atividades que ‘não se desejariam que aí fossem realizadas’” (Rosemberg, 1994, p.34). Enfim, a dinâmica social espera exatamente o contrário dessas pessoas, almeja-se que elas estejam na escola, em casa ou trabalhando formalmente, e não circulando “livremente” e criando um espaço de trabalho contra o afluxo do capital.

A pesquisa também constatou que “o número de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo é significativamente inferior às estimativas dos [estudos] que circularam durante os anos 80” (Rosemberg, 1994, p.37). Em grande parte, a inflação desses números ocorreu por conta de algumas imprecisões procedimentais e metodológicas, isto fez com que a contagem de crianças fosse realizada a partir de deduções e linearidades entre pobreza e modos de sobrevivência na rua, o que resultou em números flutuantes que distorceram a realidade. A pesquisa de Rosemberg (1994) constatou que o perfil dessa população é composto majoritariamente por meninos: “1 pessoa de sexo feminino para 4,6 do sexo masculino em período diurno” (p.38). E “1 para 3,8 em período noturno” (Rosemberg, 1994, p.38-9). Outro dado que a pesquisa revela é a predominância de negros em relação aos brancos, a “presença predominante de crianças/adolescentes negros em situação de rua se articula à situação econômica e educacional desse segmento racial no país” (Rosemberg, 1994, p.41).

*“Do que se pôde verificar em relação aos movimentos de circulação dessas pessoas, a maioria é negra e masculina. O bando da Sé tinha um número oscilante de 3 a 16 pessoas, entre elas crianças e adolescentes, em sua maioria meninos negros; dentre eles, Moacyr.”* (diário de campo, 31/08/2018)

Segundo Rosemberg (1994) grande parte das atividades desenvolvidas por essa população se dirige ao trabalho, tanto de dia quanto a noite. No entanto, no período noturno meninos e meninas têm possibilidade de dedicar maior tempo à perambulação, ou seja: “[...] circular pelas ruas, como qualquer transeunte o faz em momentos intermediários na sucessão de atividades. Também perambular pode significar explorar a rua ou prostituir-se” (Rosemberg, 1994, p.42).

*“Tanto Moacyr quanto o bando da Sé fazem importantes usos da dinâmica social, não foi em vão que Moacyr dispensou um atendimento do CAPSij em plena terça-feira à tarde, afinal de contas era um dia útil em horário comercial; também não foi em vão que o bando da Sé escolheu ficar numa*

*esquina em que não passam carros e cujas ruas ao redor são compostas por comércio, logo pode-se esmolam com maior facilidade, além disso, também podem ofertar e receber pequenos trabalhos, tais como vigiar motos, ajudar a descarregar pequenos caminhões que circulam na região abastecendo as lojas, ou até mesmo sentar à frente do McDonalds e pedir algo.”* (diário de campo, 20/04/2018)

Outro apontamento da pesquisa de Rosemberg diz sobre a divisão sexual do trabalho, pois “meninos e rapazes tendem a trabalhar e brincar mais do que meninas e moças que, por sua vez, esmolam mais e, à noite, perambulam mais” (Rosemberg, 1994, p.42). Esse aspecto pode ser atrelado aos ritmos díspares da cidade, que variam de acordo com o período do dia e com o bairro, de modo que “enquanto a Sé é um grande dormitório, nos Jardins e no CEAGESP crianças e adolescentes trabalham [até] alta madrugada” (Rosemberg, 1994, p.44). Ou seja, através dos dados que a pesquisa colhe, fica evidente que se a vida nas ruas tem obstáculos suficientes para os meninos, há obstáculos que culminam numa espoliação ainda maior para as meninas – muitas vezes na mesma condição.

Enfim, a pesquisa de Fúlvia Rosemberg (1994) se mostra relevante e atual até os dias de hoje, pois faz um diagnóstico para além da circulação de crianças e adolescentes em situação de rua. O estudo se concentra nos momentos de intervalo da circulação – por mais que essas paradas sejam moveis, muitas vezes –, o que a criança faz quando para de perambular? O que delinea esse vaguear? O trabalho. É isto que essa pesquisa revela acima de tudo, que, a despeito dos diferentes usos que são feitos da rua evidencia-se que ela acaba sendo usada principalmente como local de trabalho. Fato tal que lança luz à desigualdade social e à ausência de serviços e programas voltados a essa população; que como a própria pesquisa aponta: é composta por meninos negros em hora de trabalho.

## **1.6 Rotinas extraordinárias**

O estudo de Tânia Ferreira “Os meninos e a rua: uma interpelação à psicanálise” (2001) amplia as questões histórico-sociais, passando a dar ênfase à saúde mental das crianças e adolescentes em situação de rua. Essa pesquisa trabalha com esse contingente nas ruas da cidade de Belo Horizonte, sob a óptica do viés laciano. Nessa direção, a autora aponta que “retirar a questão ‘meninos de rua’ de sua inscrição histórica no rol dos problemas policiais, jurídicos ou de desenvolvimento social, para colocá-los no âmbito da saúde, perguntar sobre

ele [a partir] do campo da saúde mental. O que significou um ato político” (Ferreira, 2001, p.16) – um risco que se corre nesse ato é de alcunhar essas pessoas em possíveis doentes.

O trabalho procura interligar a psicanálise à trajetória singular de cada criança, a partir disso verificar: os significados da rua; os modos de produção e circulação da língua; a forma dos laços sociais; a posição subjetiva da criança; as respostas do sujeito frente à vida na rua, entre outros. “O livro convida ao resgate da subjetividade que a psicanálise vem possibilitar, subjetividade perdida nos escombros da violência da rua” (Ferreira, 2001, p.19). De acordo com esse estudo “a ida para a rua, quase sempre provocada pela miséria material ou pelo fracasso da provisão libidinal, será sempre uma *resposta do sujeito*” (Ferreira, 2011, p.19, grifo da autora). Além disso, a autora ancorada nos constructos de DaMatta (1997a) propõe compreender a rua “enquanto *palco* e não *ator*. Palco que dá consistência à trajetória diferenciada desses meninos [...] um lugar que acolhe os efeitos de sujeito, que neste palco faz suas atuações” (Ferreira, 2001, p.29, grifo da autora). A proposta de conceber a rua como palco nos permite desdobrar as diversas atuações de meninos e meninas, além disso, também nos possibilita seguir os rastros dessas pessoas e mapear as circulações.

Num primeiro momento a autora faz distinção entre a casa e a rua. Desse modo, “a oposição existente entre Casa e Rua não denota um contraste rígido e simples, na medida em que são termos que se apresentam como um par que é constituinte e constituído na própria dinâmica de sua relação” (Ferreira, 2001, p.30). Nesse sentido, para Ferreira, humanizar a rua seria um equívoco, assim como “torná-la aconchegante para o sujeito” (Ferreira, 2001, p.30). Pois, “a casa concentra o valor singular de todas as nossas imagens de ‘intimidade protegida’, dos valores de intimidade” (Ferreira, 2001, p.31). Portanto, a casa seria reduto de questões que são “tratadas sob um prisma familiar, doméstico, íntimo, pessoal” (Ferreira, 2001, p.30) exatamente contrária à rua. Por sua vez, “marcada pelo barulho, dispersão, imprevisibilidade, ganha uma lógica e um conjunto de leis enlouquecidas” (Ferreira, 2001, p.34). Em última instância, a rua seria “o coração da pulsão de morte” (Ferreira, 2001, p.34); além disso, esse lugar seria “[...] essencialmente, o lugar de perdas” (Ferreira, 2001, p.35). Portanto, se há antagonismo entre a rua e a casa, cabe interrogar “a relação que essas crianças estabelecem com a rua” (p.43). Pois, “quando a rua é a ‘casa’, é preciso produzir daí um saber e um conhecimento que só se constrói com muita astúcia e inteligência” (Ferreira, 2001, p.45). A partir das categorizações sobre a “casa” e a “rua” apresentadas por DaMatta (1997a;1997b), Tânia Ferreira (2001) comenta que frequentemente o que leva a criança para a rua é o desejo de procurar por aquilo que não se tem; como espécie de deslocamento de um evento traumático

vivido – em casa. Ora, o que levaria uma criança a deixar sua casa, um ambiente próprio da intimidade, da estabilidade, rodeado de pessoas desempenhando função de cuidado, para viver nas ruas, onde socialmente é conhecido como um lugar atroz (Ferreira, 2001).

*“Segundo a própria autora, a ida para a rua – quase sempre – seria uma escolha forçada, como foi no caso do Moacyr. O menino, na maior parte do tempo, foi criado pela avó, Cláudia, e pela mãe, Iracema. Sua mãe desde cedo ensinou-o a esmolar, os dois saíam pela cidade pedindo dinheiro, com o passar do tempo ela começou explorá-lo e exigia alguma quantia de dinheiro ao final de cada volta da rua – assim como a família de Álvaro, no relato de Rosa Ferreira (1978). Nesse período, Iracema intensificou o uso de drogas – principalmente de crack – e passou a se relacionar com um rapaz que também faz usos intensos de diversas drogas, essa dinâmica fez com que o casal fosse morar na Cracolândia. Quando Moacyr recebeu essa notícia ficou revoltado e foi procurar sua mãe, seu objetivo era claro: encontrá-la e pedir para ela voltar para casa, pois ele não queria uma mãe “nóia”. De fato, esse encontro aconteceu, mas o resultado não foi o esperado, Iracema disse ao filho que não mudaria de vida, em contrapartida Moacyr retrucou alegando que se ela não voltasse para a casa deles ele fugiria de casa. E foi o que aconteceu, ele sustentou a sua fala, assim como sua mãe que permaneceu na Cracolândia, e ele, doravante na rua, aos sete anos.” (diário de campo, 18/05/2018)*

As relações se estabelecem a partir da rua e de seus entornos, é justamente sobre esses aspectos que se erige o saber da rua, que se constrói com astúcia e inteligência (Ferreira, 2001). Esse saber incorpora uma cultura, que na maioria das vezes está ligada diretamente às leis da sobrevivência (Malfitano, 2008). No entanto, isso não quer dizer que meninos e meninas estejam aptos e dispostos a aceitar de forma harmônica e passiva o que o aparelho de Estado propõe. Por exemplo, “a relação que esses meninos estabelecem com as Unidades de Atendimento dos diversos Programas é, não raro, utilitária” (Ferreira, 2001, p.46). Muitas vezes, trata-se de um uso que não foi aquele prescrito pelas políticas que engendram os equipamentos, tanto é que “os espaços são quebrados, arrombados, apedrejados, destruídos. O que leva a perguntar: por que esses meninos destroem o que foi construído para acolhê-los?” (Ferreira, 2001, p.46). Questionar-se sobre os usos que essas pessoas fazem dos serviços que lhes foram oferecidos é extremamente importante, afinal de contas, os serviços foram produzidos com qual intuito? Visam a amenizar as vulnerabilidades que a vida na rua impõe ou mudar seus modos de vida? Será que o fato de essas pessoas quebrarem os equipamentos destinados a elas tem algo a ser revelado? Será que eles querem dizer algo a partir dessa rebelião? Será que esse aspecto tem algo a dizer além de uma pura e simples destruição encabeçada pelas pulsões de morte?

Outro ponto que Tânia Ferreira (2001) aborda é sobre a forma do tempo vivido por essas pessoas, considerando que “o imediatismo marca as ações” (Ferreira, 2001 p.47), além disso, “o tempo é vivido numa lógica que pode parecer estranha” (Ferreira, 2001, p.47). Segundo a autora isso se deve ao modo de vida nas ruas que inscreve o sujeito em outra lógica, “a ausência de uma rotina, de uma cotidianidade previsível, faz com que funcionem com um relógio completamente diferente” (Ferreira, 2001, p.50). Em relação a esses aspectos algumas questões se precipitam: se essas pessoas passam boa parte de seus dias e certo fragmento das noites trabalhando (Rosemberg (1994); Ferreira (1979); Gregori (2000); Rizzini (2003); Fausto e Cervini (1996)), onde repousa a ausência de rotina? Antes disso, há necessidade de especificar a “estranheza”, pois aos olhos de quem a rotina dessas pessoas pode parecer estranha, sob qual perspectiva? Evidentemente que para a doxa soa estranho, afinal onde estão seus filhos? Na escola ou em casa, eles estão fixos na ordenação sedentária e capitalística, todavia, isso não nos leva a crer que há hierarquizações valorativas de tempo, mas será que conseguimos manter a radicalidade das distinções dos diferentes tempos vividos? Pois, com ou sem rotina eles destroem os serviços.

Ainda a respeito da lógica temporal, Ferreira (2001) aponta que meninos e meninas vivem em outro tempo, no “aqui e agora” (p.51). Um tempo carregado de imediatismo que impossibilita conclusões sobre a própria vida. Segundo ela “nada aponta para o tempo de compreender. As razões que os fazem permanecer na rua, parece que não lhes dizem respeito. E, dessa forma, o momento de concluir é sempre adiado” (Ferreira, 2001, p.51). Porém essa dinâmica produz um desnível de temporalidade. Pois, se os serviços se organizam de modo sistematizado, em uma lógica alhures a do imediatismo, “o planejamento da rotina das unidades de atendimento é comumente fadado ao fracasso” (Ferreira, 2001, p.51), justamente por funcionar de outro modo. Então, que cadência mantêm esses equipamentos, pois certamente não se deve “sucumbir” ao tempo deles.

Outro efeito que essa diferença temporal produz se dá no momento em que os meninos e meninas tentam fazer dos equipamentos um prolongamento da rua, o que muitas vezes pode resultar em um desânimo por parte da equipe para com os atendidos. “Essa *rotina extraordinária* é repetida nos espaços de atendimento, o que leva, não raro, a uma certa ‘descrença’ no planejamento e organização das atividades por parte dos educadores” (Ferreira, 2001, p.51, grifo da autora). No entanto, pode-se indagar a maneira e a rigidez com que as equipes lidam com essa excepcionalidade, ora o serviço está disposto para quem? Parafraseemos o enunciado deleuziano, a instituição é útil para quem? (Deleuze, 2016) Pois, os

serviços deveriam repensar seus modos de atuação, se eles estão sendo destruídos pelos próprios usuários, algo está em descompasso, e com isso, quem perde mais uma vez são meninos e meninas.

Tânia Ferreira (2001) aponta para a necessidade de os serviços se habilitarem a “manejar o tempo”. Para ela esse movimento consiste em:

“Possibilitar a criação de uma estrutura de continuidade, no cotidiano do espaço de atendimento. Manobrar o tempo a partir mesmo desse defeito do relógio, sustentando uma rotina de funcionamento, oportunizando o seu tempo de compreender onde o sujeito possa se implicar nas raízes de sua escolha, até o momento de concluir” (Ferreira, 2001, p.51).

A partir do modo de exposição das ideias da autora, entende-se que: se os equipamentos conseguirem se resguardar desse modo de funcionamento da “rotina extraordinária” meninos e meninas teriam outros usufrutos dos serviços, mas qual seriam eles? Também quando a autora diz sobre “defeito do relógio”, se há defeito é porque algo está fora da norma, então qual seria a norma que está subjacente? Ainda mais, se levarmos em conta que uma das empreitadas capitalistas se apoia no imediatismo, no consumismo, em que ponto o imediatismo dos meninos e meninas estaria fora de qualquer investimento capitalista? O que se produziria no movimento contrário, se os equipamentos tentassem se adequar a “rotina extraordinária” conservando a radicalidade da diferença?

*“Quanto ao bando da Sé pode-se dizer que eles não têm uma rotina fixa, mas todos os dias têm de procurar por comida, água, algum logradouro para se limparem, isso não comporia uma rotina? Eles têm um traçado claro: dormem entremeados as colunas do viaduto 23 de maio, lá é seguro, coberto e se mantêm clandestinos – inclusive dos “pais de rua”. Quando saem desse mocóvão as redondezas da Praça da Sé, lá a comida e o dinheiro são mais abundantes. Enfim, essa é a rotina deles, o que lhes falta? Já em relação ao Moacyr pouco se sabe do menino, têm-se apenas rastros. Quando ele está nos entornos da Cracolândia sabe-se que ele dorme no mesmo ponto e esmola também no mesmo ponto – em frente aquele bar–, entretanto quando ele não está nesse território pouco se sabe de seu paradeiro, por onde ele anda e o que faz para sobreviver. Acompanhou-se através dos serviços – da Saúde e da Assistência – a ineficácia de marcar horário para os atendimentos in loco, em poucas oportunidades eles estavam na hora e no local combinados. Talvez não tenha sido um bom manejo do tempo.” (diário de campo, 20/03/2018)*

## 1.7 Trajetórias inevitáveis!

Outra pesquisa sobre esse tema se tornou referência nacional e foi coordenada por Irene Rizzini (2003), “Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?”. A pesquisa se norteou pelas seguintes questões: “Quem são e o que pensam as crianças e adolescentes que vivem em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro? Quais são seus anseios, suas dúvidas, suas estratégias de sobrevivência? O que os leva para a rua e o que os faz sair dela?” (Rizzini, 2003, p.07). O trabalho toca tanto em pontos macrosociais quanto em pontos da trajetória individual da vida dos meninos e meninas entrevistados. “São eles exemplos vivos das contradições de nossos tempos, entre o discurso emergente de direitos e a real situação de agravamento das desigualdades socioeconômicas” (Rizzini, 2003, p.12). Quando se refere aos caminhos e descaminhos dessas crianças, a autora aponta que “embora ocupem as ruas com sede de viver, suas histórias são pautadas por episódios de fome, brigas, desastres, mortes, perdas, falta de opção, de apoio, de tudo” (Rizzini, 2003, p.12).

Os casos estudados apontam que “os chamados ‘meninos de rua’ parecem indicar a tentativa de escapar de algo ou mesmo de se protegerem contra ameaças” (Rizzini, 2003, p.157). Para os pesquisadores, “suas histórias refletem uma multiplicidade de vínculos e trajetórias, normalmente entremeadas de episódios violentos que aparecem em uma sucessão de perdas e rompimentos de laços afetivos” (Rizzini, 2003, p.157).

*“No caso do bando da Sé, uma das poucas meninas integrantes dessa sociedade relatou como foi sua ida para a rua. Joana narra que é filha adotiva, não conheceu sua mãe biológica e isso a aflige, depois de inúmeras sujeições – incluindo abuso sexual, violência física e verbal– com seu padrasto, ela decidiu abandonar o lar e viver nas ruas. Assim como tantos outros, a menina foi progressivamente estabelecendo outras relações na rua até se sentir menos desconfortável a viver nela em relação ao seu local anterior. Atualmente ela vai raramente a sua casa, é a sua mãe quem vai visitá-la, elas marcam encontro e passam um período do dia – geralmente à tarde – juntas. O endereço de sua casa é na zona leste da cidade, mas desde que foi para a rua vive nas imediações do centro de São Paulo. A menina diz de maneira enfática que não pretende voltar a viver com sua família, justamente por não desejar as sujeições que sofrera quando morava lá. No caso de Moacyr, foi nítido como a preferência de sua mãe por morar na Cracolândia com seu atual companheiro foi um divisor e águas em sua vida, depois desse episódio ele passou a morar nas ruas do centro, momento em que foi morar com o “pai de rua” da Praça da Sé e que sua mãe interveio impedindo a exploração de seu filho. Após ele ser desligado desse recrutamento, sua circulação mudou de desenho, a casa de sua avó materna – que se localiza na região da bela vista– passou a ser um ponto de parada. Então, por mais que os vínculos dessas pessoas sejam quase esfacelados por*

*completo, essas histórias dizem que eles mantêm o que é possível, quando é possível.”* (diário de campo, 13/04/2018)

Voltando ao estudo de Rizzini (2003), outro ponto comum foi a descontinuidade de construção da narrativa das próprias histórias de vida. Esse aspecto evidenciou que:

“[...] a constante circulação de pessoas estranhas na família e a passagem por diferentes instituições de assistência e proteção em um mesmo ano foram fatores que impediram que estas crianças e adolescentes tivessem clareza sobre suas histórias, gerando uma certa confusão na construção de suas identidades.” (Rizzini, 2003, p.158).

Mais uma vez o estranho se faz presente, agora ele se dirige as pessoas que circulam pela família, mas nesse caso não há medição, o que foi mais influente na lacuna de suas histórias? O ponto cego reside no fato de meninos e meninas não saberem narrar a própria história, mas a que fato se deve essa impossibilidade? Joana contou – não sem dor – dos abusos que sofreu, e segundo ela esses episódios ajudaram a compor sua escolha por mudar de vida. Moacyr falou sobre o carinho que tem por seus familiares, mesmo assim não foi o bastante para fazer com que ele ficasse próximo de sua família. Então, o que cria o esquecimento? O que há de estranho nesse movimento? Deleuze e Guattari (2012) comentam que “a máquina de guerra inventa a velocidade e o segredo” (p.16), além disso, também é importante considerar que “[...] os nômades não têm história, só tem uma geografia.” (Deleuze e Guattari, 2012, p.75). Ou seja, será que por viver outro tempo, narrar outra história, essas pessoas não estão nos convocando a olhar outros pontos de suas próprias vidas? Quiçá no caso dessas pessoas a geografia nos diga mais sobre elas do que a própria história.

A despeito de todas essas dificuldades, a pesquisa de Rizzini (2003) revela que crianças e adolescentes apresentam “habilidades que desenvolvem para se relacionarem com os diversos personagens que compõem seu dia a dia” (Rizzini, 2003, p.158). Esse ponto pode ser um indício de uma tentativa de superação das rupturas causadas pelas instituições e pela circulação de pessoas estranhas durante a vida. Além disso, “essas habilidades são claramente expressas na vivacidade com que relatam seu aprendizado para a sobrevivência no universo da rua” (Rizzini, 2003, p.158). Esse aspecto pode ser observado no bando da Sé, meninos e meninas contavam histórias se vangloriando das alianças que fizeram, dos privilégios que conquistaram, por exemplo, no comércio ao redor de onde vivem. Já na região da Cracolândia as relações têm forte caráter de efemeridade, tanto que Moacyr conta pouco sobre as que conseguiu estabelecer, boa parte do tempo ele passa sozinho, entretanto, isso não quer dizer que

ele não tenha desenvolvido habilidades suficientes para se relacionar com pessoas estranhas e que não se lembre com vivacidade de suas experiências.

A questão central da pesquisa tange a “inevitabilidade das trajetórias de vida” (Rizzini, 2003, p. 273) dessas pessoas, de modo que os pesquisadores afirmam “acreditamos que suas vidas poderiam ter seguido outros cursos” (Rizzini, 2003, p. 273). Segundo os mesmos, a resposta para essa colocação depende de “múltiplas dimensões de análise e diversas escolhas no âmbito das políticas e das ações” (Rizzini, 2003, p. 273). Segundo Rizzini (2003) as trajetórias de crianças e adolescentes em situação de rua seriam evitáveis, pois para ela alguns pontos essenciais poderiam corroborar à inevitabilidade dessa questão, tais como: o tema se tornar pauta de prioridades da agenda política nacional a fim de se criar “medidas claras que visem ampliar as oportunidades para crianças e jovens em comunidades de baixa renda” (Rizzini, 2003, p.274); participação efetiva da sociedade e de seus diferentes atores na formulação de políticas públicas, “isso implica em levar a sério o que dizem indivíduos que historicamente jamais foram ouvidos, como os pais e as próprias crianças e adolescentes” (Rizzini, 2003, p.275); reorganizar o uso de pesquisas e informações sobre o tema, segundo a autora deveria considerar todo o acúmulo de conhecimento da área com intuito de delinear “que crianças têm maior probabilidade de migrar para as ruas? Que famílias encontram mais dificuldade em manter os filhos? Quais causas? Como apoiá-las?” (Rizzini, 2003, p.275); por fim, a implementação de políticas e práticas, “não há como fugir da necessidade de estabelecer as diretrizes de uma política ampla que promova o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes” (Rizzini, 2003, p.275).

Decerto ainda há muito a ser desenvolvido nesse campo tanto em relação aos modos de organizar e propor as políticas quanto em relação à perspectiva moralista que orienta muitas das intervenções. Frequentemente pouco se olha para o que se produz na rua, muitas crianças – como é o caso de Moacyr – que vão as ruas para trabalhar desde tenra idade; quando encontramos um adulto com um bebê nos braços pedindo dinheiro, assim como adulto, o bebê também está em plena jornada de trabalho. Quando os “pais de rua” angariam crianças a fim de explorá-las, elas têm horário de trabalho, também se trata de emprego, e para trabalhar precisam circular. No entanto, os deslocamentos estão ligados diretamente aos arranjos territoriais, Moacyr anda pouco para conseguir cavar um espaço na calçada à frente do bar, lá ele se senta e espera o dinheiro cair no copo – evidentemente que suas estratégias para conseguir dinheiro não se restringem a apenas essa. Já o bando da Sé se vê obrigado a percorrer maiores distâncias para conseguir os itens necessários à sua sobrevivência. Portanto, há dois modos de circular:

um lento e curto – como Moacyr – e outro veloz e longo – como o bando da Sé. Nesse sentido caberia afirmar que há dois modos de vida distintos: de tempo vivido e de habitar a cidade; mas nos dois casos forjam-se territórios, que são abandonados pela força da circulação.

Desse modo, o conjunto de costumes que a vida nas ruas propicia, a forma como se fabrica o dia a dia culminam em um *modus vivendi*. Por um lado, isso não impede que se produzam controles e sujeições promovidos tanto pelo aparelho de Estado quanto pelos “pais de rua”. Por outro lado, essas delimitações não são o suficiente para impedir que meninos e meninas revirem as tarefas que lhe são impostas, por exemplo, se algum “pai de rua” ou a polícia os mandarem circular ou mudar de ponto – o que não é raro – eles migram, mas ao seu gosto e do seu modo. Meninos e meninas em situação de rua procuram cavar brechas entre uma atividade e outra, entre instituições, entre atendimentos, entre um mando e outro, produzindo aberturas.

## **2. Criança em situação de rua como objeto das políticas públicas**

A constituição da criança em situação de rua como problema social ensejou diferentes pesquisas e perspectivas de análise, ora interessadas nos modos de vida dessas crianças, ora em diálogo com as suas necessidades para a constituição/planejamento de políticas públicas.

Foi visto anteriormente que as pesquisas sobre os modos de vida possibilitaram uma contraposição às mitificações da criança como “delinquente”, “vagabundo”, evidenciando a experiência da rua em suas múltiplas faces: lugar de circulação, de sobrevivência, fonte complementar de recursos financeiros. Assim, “a despeito das variações sobre o tema, há um consenso de que a crianças e adolescentes que sobrevivem nas ruas constituem uma das expressões mais injustas e cruéis da pobreza e desigualdade.” (Rizzini e Butler, 2003, p. 18).

A criança em situação de rua teve em diferentes tempos e diferentes perspectivas, vários rostos: o “menor”; o “filho da classe trabalhadora”; o “outro da burguesia” (Passetti 1987; Rago, 2014). Mas também o rosto da criança que, por diferentes motivos – tanto individuais quanto coletivos – concebeu a rua como uma possibilidade, mesmo que efêmera, de evasão, de porvires, como escape. A criança que, no calor da *viração*<sup>12</sup>, escorrega entre as brechas das políticas.

---

<sup>12</sup> Este conceito será abordado à frente.

De fato, em relação à constituição de políticas públicas, “um dos principais problemas das intervenções institucionais que se voltam para os meninos [em situação de rua] passa por uma questão de definição do objeto a ser atendido” (Gregori, 2000, p.160). Segundo a autora, os serviços e as políticas tratam essa questão de maneira genérica, sem levar em conta toda heterogeneidade que implica o viver nas ruas. Além disso, “as intervenções ou práticas institucionais encontram dificuldade de reconhecer aspectos como a viração e a circulação” (Gregori, 2000, p.160). Assim, esse modo de funcionamento acaba por “alimentar o circuito da viração e circulação” (Gregori, 2000, p.160). Ou seja, no instante em que o aparelho de Estado não reconhece aspectos do modo de vida nas ruas, tais como viração e circulação, acaba produzindo uma rachadura entre usuário e serviço, além disso, esse desencontro acaba intensificando a distância entre as partes.

Outro ponto diz respeito à desarticulação entre os próprios serviços da rede socioassistencial. Isso faz com que o sujeito não seja pensado integralmente, logo corre-se o risco de promover cuidados paliativos, o que não resultaria em numa eventual saída da rua – o que é frequentemente desejado pelos sedentários –, tampouco amenizaria suas vulnerabilidades. Afinal de contas, o serviço está voltado para quem? Pois, “a pulverização das ações corresponde a uma situação e que as instituições governamentais, judiciárias e não governamentais não dialogam ou não se comunicam” (Gregori, 2000, p.162); tal pulverização se transforma em uma fragilidade de garantia de direitos.

Para Melo (2011), o cerne da garantia de direitos a essas pessoas tem dois pontos centrais: “de um lado, o reconhecimento da possibilidade de fala e de construção de sentidos pelas próprias criança e adolescente em situação de rua e, de outro, o aumento de sua capacidade de ação social” (p.39). Para Melo (2011), a constituição do ECA foi apenas uma parte de um processo maior que deveria ter como foco o “resgate de cidadania” (Melo, 2011, p.54). Nesse sentido “nenhuma ação social deve, portanto, forçar a criança a se adaptar [...]” (Melo, 2011, p.55) aos serviços e políticas públicas, ao contrário, elas devem ter “capacidade de construção de sentido” (Melo, 2011, p.54), devem visar à emancipação do sujeito.

Assim, o não reconhecimento e o modo como meninos e meninas em situação de rua são tratados pelo aparelho de Estado faz deles “meros objetos das intervenções públicas, vulneráveis a toda sorte de mudanças políticas e institucionais” (Gregori, 2000, p.213). Quando na verdade se trata de “garantir-lhes as liberdades necessárias para este processo de afirmação de suas posições jurídicas, pelo reconhecimento de competências para que possam postular seus direitos” (Melo, 2011, p.50).

Na esteira da longa história de institucionalizações e segregações correcionais (Rizzini e Pilotti, 2011), atualmente crianças e adolescentes em situação de rua circulam pelos equipamentos públicos, principalmente os da assistência e da saúde, num movimento que evidencia importantes tensões entre proteção e garantia de direitos por um lado, e disciplinamento e tutela de suas liberdades, por outro. No primeiro caso, a rua pode ser *locus* de refúgio e sociabilidade, realizando, inclusive, o direito de refúgio estabelecido no art. 16, VII do ECA (Vicentin, Assis e Joia, 2015). No segundo caso, a rua é *locus* de intervenção de caráter normativo e higienista, como o recente recolhimento compulsório de crianças e adolescentes, proposto em 2011 no Rio de Janeiro<sup>13</sup>, sob a justificativa de proteção estatal frente ao uso de substâncias psicoativas ilícitas, conformando um modelo *penal-sanitarista* de reação às liberdades incontinentes nas ruas (Vicentin, Assis e Joia, 2015, grifo dos autores).

Neste capítulo, busca-se delinear alguns desafios conceituais decorrentes dos estudos relativos aos modos de vida (que começamos a ver no capítulo 1) e os modos como as políticas públicas a eles responderam, suscitando tensões, distanciamentos, quando não desconhecimento desses modos de vida. Para acompanhar os impasses, dificuldades e caminhos das políticas públicas, adentram-se alguns debates e contribuições conceituais que subsidiaram a formulação de políticas para com as crianças em situação de rua, assim como examinar em meio as direções mais recentes da política – com o Estatuto – a vigência de lógicas menoristas.

## 2.1 Criança na, de ou em situação de rua

*“Depois de ser expulso pelo “pai de rua” que angaria crianças nos entornos da Praça da Sé, Iracema, mãe de Moacyr, – tomada pelo calor da situação – decide ouvir o que seu filho tem a dizer: ele fala sobre a sua vontade de voltar a morar com ela – pois, nesse período Iracema já estava morando na Cracolândia. Diante desse pedido, Iracema, seu segundo marido e Moacyr vão ocupar um bordel desativado, também na região central, com a promessa de transformar o lugar em lar. No entanto, esse projeto se desfez em pouco tempo. Depois de alguns conflitos entre Moacyr e o companheiro de sua Mãe, o convívio entre os dois se torna insustentável chegando a tal ponto que o homem dirige a seguinte fala à Iracema: “Não consigo mais conviver com*

<sup>13</sup> Na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com sua Resolução SMAS n. 20, de 30.05.2011, todos os adolescentes encontrados nas ruas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social devem ser encaminhados às Delegacias de Polícia de Proteção à Criança e ao Adolescente (Art. 5º, XV). Em recorte, esse mesmo público, se encontrado “nitidamente sob a influência do uso de drogas” deve ser, no ato, avaliado e, se “diagnosticada a necessidade de tratamento para recuperação”, “mantido abrigado em serviço especializado de forma compulsória” (Art. 5º §3º). Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1919827>>. acesso em 14/07/2017).

*seu filho, você tem de escolher, ele ou eu!”*, e assim Moacyr fica entregue à rua. Seria redundância dizer que a notícia da escolha de Iracema o interpelou. Portanto, diante dessa adversidade, Moacyr procura sua avó materna e na casa dela – que fica na região do Bom Retiro – ele encontra mais do que um ponto de parada, lá ele pousa. Embora saiba que sua avó não conseguirá dar atenção devida a ele.” (diário de campo, 18/05/2018)

Voltemos à questão: quem é a criança em situação de rua em São Paulo? Moacyr é uma criança de rua? E quanto aos do “bando” da Sé Moacyr tem o hábito de passar tempos na casa de sua avó, assim como alguns da Sé vão visitar suas famílias, enfim, em que aspectos essas dinâmicas corroborariam à delimitação do conceito de “criança de rua”? Diante desse intuito de precisar quem é a criança que vive nas ruas de São Paulo, depara-se com a discussão conceitual sobre criança *de* rua ou *em situação* de rua. Sabe-se que grande parte delas a têm como local de trabalho, usando-a como fonte de renda complementar ao orçamento familiar, utilizando-se de pequenos trabalhos como: ajudar a carregar caminhões nos grandes mercados; guardar carros; vender pequenas coisas nos semáforos; distribuir panfletos (Rosemberg, 1994). No entanto, algumas têm a possibilidade de voltar para casa e outras não, assim, a definição de “criança de rua” como uma categoria social torna-se turva e complexa (Rizzini, 2003; Gregori, 2000; Lucchini, 2003; Rosemberg, 1994; Stoecklin, 2003).

Para Rosemberg (1994) o conceito de “criança de rua” passou por algumas modificações, a partir dos anos de 1980, com o reconhecimento da heterogeneidade desse fenômeno. Até então, conceituavam-se essas crianças sob a óptica da ruptura do vínculo familiar, como abandonados (menor abandonado). Clivou-se esse conceito em duas instâncias: uma se dirige a crianças *de* rua, àquelas que fazem usos da rua como domicílio; a outra, as crianças *na* rua, como aquelas que concebem esse espaço como fonte de renda, mas regressam às suas casas cotidianamente, ou frequentemente. Essa conceituação na discussão sobre o tema, todavia, segundo a autora, ainda se mostra insuficiente, pois associa estar na rua com o rompimento da casa e da família, simultaneamente. Também, porque ser criança *na* ou *de* rua assume uma perspectiva atemporal, sendo que os estudos mostram que “a dimensão temporal e a diversidade de condições familiar e domiciliar de crianças e adolescentes que usam o espaço da rua para além da circulação” (ibidem, p. 34). Além disso é preciso levar em conta a fluidez da vida na rua, tanto em relação às crianças que regressam as suas casas ao final de uma jornada de trabalho, quanto às que retornam com maior espaço de tempo. No entanto, e as que têm suas famílias morando na rua? Estas seriam eternas crianças de rua, justamente por sua casa ser na rua?

Portanto, o conceito de “em situação de rua” esclarece as particularidades dos movimentos e das trajetórias que a vida na rua conserva. Além de enfatizar a transitoriedade dessa situação, Rosemberg (1994), afirma que “o ‘estar em situação de rua’ é uma condição temporária, e não definitiva, para muitas crianças e adolescentes, resultando de uma interação entre suas necessidades e o que o espaço público oferece para satisfazê-las” (Rosemberg, 1994, p.32). Nesse sentido Rizzini e Butler (2003) apontam que o termo “menino de rua” abarca indiscriminadamente as crianças que se encontram nessa situação, sendo assim surge “uma nova série de termos denotando o caráter particular e efêmero da ‘situação’ em que se encontraram estas crianças” (ibidem, p.36). Ainda sobre esse aspecto, vale ressaltar que os diferentes usos que são feitos a partir da rua também contribuem para essa nova denominação, pois a efemeridade das situações – inclusive as institucionais – estão cada vez mais presentes na vida dessas pessoas. Habita-se mais a “situação” do que a “rua”, desse modo, essas pessoas estão sempre “em situação de...”, ou à procura de uma.

Diante da dificuldade de criar alguma tipologia que tangencie “crianças de rua”, Ricardo Lucchini (2003) fez importantes constructos sobre o tema. O autor comenta que uma das tentativas de definir essa categoria dentro de uma classificação foi o do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Neste protocolo “criança de rua” está dentro da categoria de situação de risco, a diferenciação entre os vários níveis diz respeito ao contato entre a criança e a família e “o grau [de variação] não depende tanto do número de encontros da criança com seus pais, mas de sua qualidade” (Lucchini, 2003, p.45). Porém, como definir a qualidade da relação com a família, ou qualidade dos encontros?

Segundo a mesma avaliação, a qualidade desse laço está intimamente ligada às expectativas e às devolutivas que a criança obtém dessa relação. Pois, as expectativas afetivas, materiais e identitárias formam uma intersecção e a resposta que a criança recebe de sua família diz da qualidade desses encontros. Portanto, cada criança será afetada de uma maneira em relação às suas carências. Contudo, essa tentativa de teorização ainda não responde à questão do desenho da tipologia, pois, “as crianças que sofrem das mesmas carências não vão todas para a rua, e nenhuma explicação ainda foi dada para esse fenômeno. Podemos até dizer que a grande maioria não vai para a rua [...]” (Lucchini, 2003, p.45).

*“Os encontros entre Moacyr e sua mãe são de difícil mensuração, primeiro porque poucos técnicos – tanto da Saúde como da Assistência – tiveram a possibilidade de testemunhar esses encontros no próprio desenrolar da vida na rua. Nos atendimentos no CAPSij, Iracema muitas vezes se mostrou preocupada com seu filho, sua avó materna, Cláudia, também demonstrou*

*grande afeição para com o menino, mas tudo isso ainda foi pouco para fazer com que o menino voltasse para casa. No caso do bando da Sé ocorreu o contrário, em uma tarde pôde-se presenciar o encontro de algumas mães com seus filhos. Elas marcaram de visitá-los na tal esquina, neste dia eles demonstram que queriam ficar a sós, então as equipes os deixaram com a privacidade pedida. Neste encontro avistaram-se várias mães, não se sabe se eles marcaram no mesmo dia propositalmente ou se foi ao acaso, mas o fato foi é elas vão visitar seus filhos aonde eles estiverem.” (diário de campo, 18/05/2018)*

Essa tentativa do UNICEF se mostra superficial, justamente por levar em conta poucos fatores envolvidos nessa complexa dinâmica da vida na rua. Além disso, na prática é pouco eficaz, uma vez que raramente haveria a possibilidade de trabalhar as não-correspondências identitárias com as famílias. Outra fragilidade dessa teorização é de pouco levar em conta a história individual, ou os motivos que os levaram a essa circunstância. Por fim, culpabiliza-se a família, pois a pedra angular da ida ou não para a rua são as respostas da família sobre as expectativas da criança (Lucchini, 2003).

Outra tentativa de dar rostidade a esse fenômeno foi a definição bidimensional, que procura atender à heterogeneidade que a categoria social carrega consigo. Essa definição procura estabelecer dois eixos fundamentais: físico e social, dispostos no plano cartesiano. Nele, o eixo das coordenadas X pretende mensurar o tempo que a criança passa na rua; já o eixo das abcissas Y mede a qualidade das relações com pais e/ou outros adultos (Lucchini, 2003). O primeiro eixo, dimensão social, define-se “pela existência de contatos muito frequentes com adultos responsáveis, assim como por uma presença de curta duração na rua, pois a criança volta regularmente para a sua casa” (Lucchini, 2003, p.47). O segundo é definido pela utilização que a criança faz da rua, o ponto máximo se dá a partir do momento em que ela faz desse espaço seu local principal de moradia. Assim, o modo como a criança conduz sua relação com o morar na rua traça no plano cartesiano seus movimentos, e assim tiram-se as conclusões, se ela está ou não em situação de rua, ou em que grau se encontra essa vinculação.

No entanto, esse esquema também conserva algumas ineficácias, uma vez que sua mensuração concerne no deslocamento do primeiro ao segundo eixo do plano, assim, quanto mais ela não constituir relações com algum adulto responsável, mais estará se adentrando na carreira de uma “criança de rua”. A partir desse funcionamento, Lucchini (2003) comenta que “*existe um lugar para toda uma série de situações intermediárias que levantam problemas importantes de classificação*” (Lucchini, 2003, p.47, grifo do autor). Também, não se considera a trajetória da criança e o fato de que a responsabilidade sobre ela possa ser diluída entre vários cuidadores. Por exemplo, “[...] quando a criança circula de uma unidade doméstica para outra

voltando cotidianamente para casa, sem contudo manter um relacionamento com um adulto responsável. O esquema bidimensional não se adequa nesses casos” (Lucchini, 2003, p.47).

## **2.2 O Sistema Criança-Rua**

Diante de tal complexidade, Ricardo Lucchini (2003) desenvolve o Sistema Criança-Rua com o intuito de conceituar e criar uma tipologia desse fenômeno que abarque ao máximo possível as complexidades que o tema conserva.

O ponto de partida do Sistema Criança-Rua é compreender a trajetória da criança, levando em conta que “uma criança não se torna uma ‘criança de rua’ de um dia para o outro, mesmo quando ela é expulsa de casa ou quando ela abandona bruscamente a moradia familiar.” (Lucchini, 2003, p.46). Portanto, considerar sua carreira consiste em trazer à baila um “[...] elemento constituinte da heterogeneidade psicossociológica que caracteriza as ‘crianças de rua’.” (Lucchini, 2003, p.46). Esse sistema é composto por nove dimensões evolutivas dispostas de forma interligada: espaço; tempo; oposição rua/família; sociabilidade; atividades na rua; socialização subcultura; identidade; motivações; gênero.

A dimensão espacial e a dimensão temporal dizem respeito ao modo de existência de territórios da rua, a processual saída de casa e os deslocamentos entre a rua e outros espaços, tais como: casa de parentes, vizinhos, instituições. Faz-se necessário lembrar que “essa mobilidade não é somente fruto do acaso ou dos caprichos da criança, mas decorre também de escolhas e pressões da própria vida na rua.” (Lucchini, 2003, p.50). Esses distanciamentos progressivos do lar e de suas referências anteriores também estão ligados às identificações que a criança irá estabelecer a partir das vivências na rua. Desse modo, há outros aspectos que incluem esse processo de tornar-se “criança de rua” além de os que a levaram à partida (Lucchini, 2003).

Outro processo que inclui essas duas dimensões é a apropriação simbólica do espaço-rua. À medida que a criança vai se apropriando da rua e se distanciando do lugar de origem há “implementação das representações que a criança tem do mundo da rua.” (Lucchini, 2003, p.50). Assim, a combinação de diversos fatores e a intensificação das idas para a rua propiciam “a consequência de uma mistura sutil entre os efeitos limitadores do meio social e espacial, a vivência da criança e seus próprios recursos (afetivos, identitários, sociais e físicos)” (Lucchini,

2003, p.51). Para o autor, esses fatores ajudam a explicar como conflitos semelhantes não levam à mesma reação.

A terceira consiste na ambivalência de amor e ódio entre rua e família. Segundo Lucchini (2003), há três grandes padrões de comportamento nessa dimensão. O primeiro ocorre quando a criança concebe a própria família como família ideal e tem a rua como uma solução emergente. O segundo se dá inversamente, a criança tem a família como um aprisionamento, e a rua como um espaço libertário. O terceiro une os anteriores, pois a criança adota uma postura de desqualificar a família e valorizar a rua, que é mais frequente, segundo ele. Apesar desses três padrões de comportamento, a história de vida, os recursos que a criança dispõe e as circunstâncias que a levaram para rua se sobrepõem (Lucchini, 2003).

A seguinte dimensão diz respeito às formas de sociabilidade, a organização que a criança produz a partir da vida na rua. O autor se refere às formas comuns de organização que se restringem aos pares e/ou pequenos grupos. A ideia de grandes grupos organizados e hierarquizados, tais como os Moleques de Bogotá<sup>14</sup>, são uma exceção. Assim, as crianças buscam através de uma rede combinar presenças específicas com os grupos maiores a fim de cooperação. Além disso, a coexistência de grupos e pares tem outro fator de influência nesse processo, a mobilidade espacial. Pois, a circulação produz rotatividade nos grupos e nas redes, sendo assim, “as crianças devem adaptar, às condições de vida na rua, suas formas de organização serão ligeiras, abertas e pouco visíveis.” (Lucchini, 2003, p.52). A estratégia de circular ou não é imanente ao território. De modo que “as características sociais, econômicas e espaciais das ruas dos centros das cidades frequentadas pelas crianças são muito diferentes das que caracterizam as ruas das favelas latino-americanas ou os *slums* norte-americanos” (Lucchini, 2003, p.53). Portanto, circular ou não é, antes de tudo, uma estratégia.

A quinta dimensão trata das atividades desempenhadas pelas crianças nas ruas. O sistema prevê que elas não têm a mesma diversidade e intensidade, também variam de acordo com as individualidades do grupo e do território. “Um espaço muito diversificado funcionalmente (transporte, comércio, serviços e lazeres) estimula as crianças que vivem nele” (Lucchini, 2003, p.53). Além disso, elas têm a possibilidade de alternar períodos de ócio e de atividade. Essa oscilação, por sua vez, oferece ritmo às vivências, elemento tal que apenas um espaço multifuncional pode proporcionar às crianças. Contudo, o autor salienta que se faz necessário distinguir as atividades rotineiras das esporádicas. Essas categorias devem ser

---

<sup>14</sup> Cf. Meunier, Moleques de Bogotá (1978).

contextualizadas, de modo que furtar pode ser algo rotineiro para uma criança e/ou grupo, e usar drogas esporádico e vice-versa (Lucchini, 2003).

A dimensão sucessora abarca os temas da socialização e subcultura<sup>15</sup> na interação do próprio grupo, tais como: aceitação de novatos; regras de cooperação; sanções e recompensas ligadas às próprias regras; mediação de conflitos; relações com pessoas não pertencentes ao bando; e a representação de justiça para a criança. O autor reconhece a fragilidade que a amplitude dos pontos citados traz consigo, mas se fazem presentes em algum grau.

A sétima dimensão aborda um dos aspectos centrais do Sistema, os elementos identitários. Essa dimensão é composta pelas referências da criança em relação ao lugar, ao grupo, às pessoas, e à imagem de si. Não há um padrão de identificação, no entanto, geralmente estão associadas às imagens que elas têm da rua. “As crianças têm vários discursos sobre a rua. Existem diferentes maneiras de estar na rua, portanto, várias modalidades ou tipos de rua” (Lucchini, 2003, p.56). Assim, o sistema identitário também se transforma de acordo com as atualizações que ela mesma tem da rua e as mudanças de suas relações.

A oitava dimensão tangencia a percepção que a criança tem da rua atrelada à dinâmica motivacional. Para o autor há uma diversidade de motivos que levam a criança para a rua, que vão desde a possibilidade de resolução de problemas com família, escola, violências. Como também pode estar associada a motivações lúdicas e utilitárias. Para ele, à medida que a criança racionaliza seu comportamento, ela constrói uma motivação; assim, ela cria uma dinâmica motivacional que pode estar ligada tanto ao prazer pela aventura de estar na rua, como ao registro de imitação. Esses dois elementos podem ser importantes para motivar sua permanência nessa condição. O mesmo aspecto é apenas um dos que compõe o sistema identitário, pois forma um “conjunto de predisposições e de potencialidades relativas a comportamentos possíveis.” (Lucchini, 2003, p.57).

A última dimensão concerne ao gênero. Lucchini (2003) comenta que o acesso à rua é diferente entre os gêneros, inclusive quando as condições familiares são parecidas. O menino tende a ir para a rua em espaço de tempo menor. Em relação a esse ponto ele diz que “conhecemos muito pouco sobre as modalidades que presidem a saída da menina de sua casa, e a relação com o mundo da rua, assim como sua trajetória enquanto ‘criança de rua’ ou sobre

---

<sup>15</sup> Em relação à subcultura o tradutor adverte que: “De acordo com Ricardo Lucchini, no contexto sociológico, o termo subcultura não comporta nenhum juízo de valor. Assim, uma subcultura se define por modelos de comportamento (normas, valores) que se diferem dos comentados admitidos pela maioria. O fato subcultural diz respeito, portanto, à partilha – por certo número de indivíduos– de modos de vida, crenças e traços identitários. O grau de consistência de uma subcultura pode variar de um caso para outro. Para alguns autores, só podemos falar de subcultura quando há uma pluralidade de indivíduos submetidos à obrigações institucionais que provém de uma cultura dominante. Nesse caso, o fato central da subcultura é a dominação.”

sua saída da rua” (Lucchini, 2003, p.57). Talvez seja porque, historicamente, as meninas estiveram envolvidas e subjugadas ao lar, além disso, “as famílias procuram, sempre que possível, manter as meninas em casa, seja para ajudar nas tarefas domésticas, seja para evitar que caiam nas redes de prostituição” (Rizzini e Rizzini, 1996, p. 77).

O Sistema Criança-Rua tem por objetivo explicitar quão complexa e múltipla é a realidade da criança em situação de rua. Além disso, as nove dimensões têm a importância de interligar os diferentes âmbitos da vida, de modo que uma influencie na outra, a fim de apreender a diversidade das individualidades. Daniel Stoecklin (2003) afirma que o Sistema Criança-Rua tem sido usado em inúmeros países como Bangladesh, Brasil<sup>16</sup> e Senegal, por ser um modelo sistêmico e fenomenológico, além de ter se mostrado transcultural. O autor adscrive que:

“Este modelo sistêmico ajuda a compreender a vida na rua a partir da perspectiva daqueles que a vivenciam de uma variedade de maneiras. Ele possibilita a adaptação da intervenção a uma diversidade de situações vividas por crianças. É por essa razão que falamos de ‘crianças em situação de rua’” (Stoecklin, 2003, p.91).

Além disso, o Sistema Criança-Rua tem provado ser uma “[...] valiosa metodologia para estudos de caso individuais e muito útil na identificação de perfis, aconselhamento psicossocial e acompanhamento.” (Stoecklin, 2003, p.90). Assim, pode-se dizer que este sistema se mostra eficiente, sobretudo, aos profissionais, ao traçar a trajetória da criança e ao interligar aspectos que corroboram à criação de seus perfis dos mesmos. Por fim, vale destacar que o Sistema foi criado no Brasil, no Rio de Janeiro (1987-1992), na primeira pesquisa de Lucchini (2003).

### 2.3. Viração

Outro conceito que nos ajuda a compreender o modo de vida daqueles que vivem na rua é a *viração*, que sinaliza modos de vida pelos quais meninos e meninas se esforçam para sobreviver da forma que é possível. *Pretos de tão pobres*, driblam as políticas, as polícias, e entre um atendimento social e outro, tentam fazer suas vidas.

---

<sup>16</sup> Segundo o autor, pesquisas realizadas no Rio de Janeiro, São Luiz, Fortaleza, estão utilizando este sistema. (ibidem)

A labuta pela sobrevivência é um dos pontos centrais da vida na rua, é preciso virar-se a maior parte do tempo, aproveitar e quando não, criar oportunidades. A partir desse movimento, Maria Filomena Gregori (2000) engendra o conceito de viração, “termo empregado coloquialmente para designar o ato de conquistar recursos para a sobrevivência. Mais usualmente é referido às atividades informais de trabalhar, dar um jeito, driblar o desemprego etc.” (Gregori, 2000, p.31).

Outra face da viração consiste na manipulação de papéis sociais. Pois, à medida que as crianças viram trombadinhas, ladrões, pedintes, prostitutas, ou passam a “[...] se comportarem como menores carentes nos escritórios de assistência social.” (Gregori, 2000, p.31), encarnam personas. Assim, a viração transborda a sobrevivência, “há uma tentativa de manipular recursos simbólicos e ‘identificatórios’ para dialogar, comunicar e se posicionar, o que implica na adoção de várias posições de forma não excludente [...]” (Gregori, 2000, p.31). Como também, está além da pura e simples mobilidade, pois há comunicação com o território, a cidade e seus atores. Portanto, relações se fabricam para com a viração.

Essa estratégia apresenta-se como um duplo, de um lado, a conquista material; de outro lado, o manuseio dos diversos papéis sociais. Esse movimento exige da criança discernimento de qual simulacro será eficiente em cada situação, “independentemente de ser um processo não sistemático ou consciente, é preciso que ele [menino/a] seja hábil na composição, senão o objetivo não será alcançado.” (Gregori, 2000, p.32). Portanto, a viração também exige ginga, desejo, e também gosto por essa movimentação.

O virador age não só por interesse de aquisição de capital, por meio de trabalhos informais, também está presente uma dinâmica que escapa ao consciente (Gregori, 2000). A operação demanda espontaneidade sobre a situação, além disso, viração e circulação estão intimamente ligadas à dinâmica da cidade. Então, pode-se dizer que o conceito de viração está centrado no virador e nos usos que ele o faz.

*“O cotidiano do bando da Sé se aproxima da circulação descrita por Gregori (2000). No entanto, uma das meninas, mostrou preferir se virar sozinha, Joana tinha uma organização do cotidiano clara. Ela completara a maioridade no mês de abril, negra, oriunda da zona leste da cidade, em situação de rua há cinco anos. De manhã, ela sai da “mocó” e vai direto às mediações da Praça da Sé, lá ela pede frutas nas barracas ambulantes, na hora do almoço pede marmitta – no restaurante em que ela já é conhecida –, o almoço por ser muito grande ela o divide com os demais, ou guarda para terminar de comer no jantar. No período da tarde ela esmola dinheiro, pois gosta de comer bolacha integral com requeijão, no entanto ninguém as dá, por achar que é luxo ou coisa sofisticada para essa gente. De noite, ela termina de comer o restante do almoço ou pede mais comida, se tiver preguiça*

*não janta, assim não engorda. A menina constituiu essa rotina alimentar por alguns motivos, o principal deles: medo de engordar. Ela conta que sua comida preferida é Mcdonalds, mas comer todos os dias a engorda, e de acordo com seu padrão de beleza, ela precisa estar magra para estar bonita. Outra atividade cotidiana do grupo que requer organização são as compras de drogas. Todos usam solvente, especialmente, Thinner. Em todas as ações presenciou-se pelo menos uma garrafinha, com um pouco de Thinner “circulando” entre eles. Na maioria das vezes cada um tem a sua garrafa e se divide pouco, pois a divisão é feita anteriormente, quando se consegue a lata do produto.*

*Apenas uma vez pôde-se presenciar do início ao fim o processo de compra de Thinner. Neste dia, Pedro, – um dos mais velhos do grupo – pediu contribuição de cada um para comprar a droga, não se sabe se foi acordado antes, mas no ato da contribuição todos deram vinte reais. Pedro e outro menino foram à loja de materiais de construção, lá eles pediram para algum adulto comprar o solvente, como se sabe para comprar este tipo de substância precisa ser maior de idade. Foi assim que eles conseguiriam a droga e segundo eles esse é o modo costumeiro (Deligny, 2015; Pelbart, 2016). Vale mencionar que toda essa operação não demorou mais do que vinte minutos. Quando chegaram de volta à esquina, eles dividiram a droga nas respectivas garrafinhas. Nelas, uns optam por acrescentar algum tipo de complemento que amenize o cheiro e que não chame a atenção de policiais. Geralmente, coloca-se chiclete, recheio de bala, suco de caixinha; logo o produto fica colorido e os transeuntes não compreendem imediatamente do que se trata, ao menos que os vejam inalando e não bebendo o conteúdo da garrafa.*

*Esse grupo, mesmo utilizando solvente de forma compulsiva, mostrou-se aberto às instituições que os abordaram, nesse caso a droga não foi um empecilho à troca com o outro. Os técnicos do CAPSij os atendem há certo tempo, os mais antigos há anos, então com eles há uma relação sólida e íntima. Os profissionais sentem-se permitidos a perguntar o que for necessário, já para os recém-chegados – como o pesquisador –, o primeiro contato é dificultoso.*

*Em relação ao Moacyr, foi difícil obter detalhes de sua viração, de modo que o menino quando não está esmolando em frente àquele bar, presta pequenos serviços aos traficantes da cena de uso da Cracolândia. Junto as equipes do SEAS e do CAPSij foi possível observar – apenas de longe – que ele ajuda a organizar as barracas onde se vendem drogas, além disso ele também comercializa objetos na própria cena de uso. Tanto é que as equipes temem que ele esteja cada vez mais consolidando sua carreira no crime organizado a partir desses pequenos trabalhos e forjando modos de sobrevivência dentro daquele espaço.” (diário de campo, 11/05/2018)*

O Sistema Criança-Rua e o conceito de viração têm sido duas produções recentes que se tornaram referência na área. O primeiro tem se mostrado transcultural e aplicado, inclusive, em várias regiões do país, além do mais, seu caráter universal não se sobrepõe à trajetória

individual. Já o segundo procura centrar-se na circulação da pessoa inerente aos usos que ela faz da cidade, seja da rede formal (serviços, programas, instituições), seja da rede informal (trabalhos informais, mendicância, furtos e roubos, prostituição). Então, enquanto o primeiro se dá a partir da óptica do serviço, o segundo procura a perspectiva da pessoa. Sendo assim, há dois usos diferentes de trajetória, um centrado no serviço e outro no usuário.

Outra conceituação que pretende considerar a movimentação e a circularidade das crianças e adolescentes em situação de rua é a produzida na tese de Ana Paula Malfitano (2008). Para a autora, “[...] esses trânsitos representam também a constituição de redes no tecido social, que deflagram a multiplicidade de espaços e pontos que os sujeitos podem percorrer e enlaçar, de maneira mais ou menos sólida.” (Malfitano, 2008, p.47). Assim, a vida na rua possibilita diversos tipos de relações, “redes pessoais, de proteção e de suporte” (Malfitano, 2008, p.47), portanto, se compreendermos a vida nas ruas como um viver em rede, então, pode-se dizer que “a rede é um modo de ser” (Deligny, 2015, p.15). Nessa esteira, Malfitano (2008) aponta que “[...] os serviços compõem um ponto, podendo atuar para interações e sociabilidades dessa dinâmica.” (p.47).

Segundo Malfitano (2008) existe um modo de produção cultural que é próprio do viver na rua: “a cultura de rua é entendida como desenvolvimento de hábitos e habilidades que inserem o adolescente na rua, para um pertencimento a ela e ao grupo que nela está.” (Malfitano, 2008, p.85-6). Essa não se aplica apenas àqueles que fazem da rua seu local de habitar, mas abrange também grupos e pessoas que nela transitam e a usam como espaço de pertencimento (Malfitano, 2008). Portanto, Malfitano, assim como outros autores, apontam que há um modo de vida próprio da rua, um *modus vivendi*. Trajetos desejanter que estão entre eles.

A respeito disso, Larissa Medeiros e Flávia Lemos (2011) propõem um importante questionamento: “o problema não é apenas circular, pois, a questão seria avaliar quando a velocidade do circuito coloca armadilhas e quando ela é máquina desejanter e guerreira de combate aos fluxos do capital” (Medeiros e Lemos, 2011, p. 941). Ou seja, é preciso avaliar a serviço do quê está a circulação. Quais ritmos e sentidos se fazem presentes nessa cartografia?

Nesse sentido, pode-se afirmar que o conceito de “criança em situação de rua” tem mais pertinência do que “criança de rua”, considerando que o primeiro procura enfatizar uma situação, uma efemeridade, enquanto o segundo apenas diz de uma condição, geralmente insuficiente frente à tamanha complexidade do viver nas ruas. Portanto, além do sentido da circulação, dos ritmos, há um traçado, um circuito, muitas vezes não delimitado por aqueles que se encontram nessa situação. Frequentemente estão trabalhando, sem qualquer garantia de

direitos, fazem inúmeros usos da rua, eles têm de se virar. Desse modo a rua aparece, mais uma vez, como um agenciamento que gere diferentes relações e tensionamentos.

### 2.3 A criança como sujeito de direitos e os circuitos da proteção/negligência

A Assistência à infância até a pactuação do Estatuto da Criança e do Adolescente, nos anos 1990, pode-se resumir a sua institucionalização (Rizzini e Rizzini, 2004; Rizzini, 1996). Com o fim da ditadura civil-militar e a promulgação da constituição de 1988, foi possível a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que tem como principal aspecto a mudança de concepção de proteção e direitos: “as crianças e adolescentes apareceram como *sujeitos de direitos*, como cidadãos” (Faleiros, 2011, p.80, grifo do autor).

A partir do ECA estabeleceram-se mudanças na lei em relação à internação. Doravante, há dois tipos de institucionalização: abrigo, “como uma medida de caráter provisório e excepcional de proteção para crianças em situações consideradas de risco pessoal e social”; e a internação “de adolescentes em instituições, como uma medida socioeducativa de privação de liberdade” (Rizzini e Rizzini, 2004, p.48). É importante considerar que “em ambos os casos, a lei buscará prever mecanismos de garantia dos direitos da criança e do adolescente.” (Rizzini e Rizzini, 2004, p.48).

No entanto, mesmo com a aprovação do ECA, a cultura de institucionalização a crianças e adolescentes ainda resiste ao desuso. Segundo Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004) não foram criadas alternativas que, de fato, não visassem à separação entre criança e família. Então, apesar do avanço das políticas, no final dos anos de 1980, ainda encontram-se traços de intervenções com base no modelo assistencial autoritário, que concerne à captura institucional. Ou seja, “não se fala mais de *internação de menores abandonados e delinquentes*, mas sim do *abrigo de crianças e adolescentes em situação de risco*, também em último caso, respeitando seu *direito à convivência familiar e comunitária*.”<sup>17</sup> (Rizzini e Rizzini, 2004, p.14, grifo das autoras). Enfim, resíduos de outros tempos ainda se fazem presentes, por mais sofisticada que seja a indumentária atual.

Para Maria Lívia do Nascimento (2015), as mudanças na lei não garantem por si só sua aplicação: “tendo em vista que a lei afirma que já não é mais possível abrigar por pobreza, a família pobre ganha o novo estatuto de família negligente, categorização que justifica a

---

<sup>17</sup> Nesta nota as autoras fazem luz aos artigos 19 e 92 do ECA.

intervenção estatal de abrigamento” (Nascimento, 2015, p.55). Essa modificação se justapõe à outra face da caça à pobreza, essa fixação por internamento de crianças pobres também resvala sobre a governança das próprias instituições, uma vez que a grande maioria delas é dirigida por ONGs. Dessa maneira, é importante salientar que não é apenas interessante ao aparelho de Estado que os abrigos estejam funcionando em plena produtividade, também é vantajoso às ONGs – toda essa organização só não é benéfica aos próprios atendidos e às suas famílias, mas quem se importa com eles?

Ao associar risco e proteção estabelece-se uma lógica que num primeiro momento parece estar apartada da captura, no entanto, reprime-se, tutela-se em nome da “proteção”. Por meio desta torna-se factível normalizar e docilizar, portanto, doravante um dos sustentáculos da tutela, da judicialização, da “liberdade assistida”, será em nome da “proteção”. Agora o Estado captura em nome da proteção – mesmo que para isso ele tenha que caçar aqueles a serem protegidos. Assim, a criança em situação de rua não é alvo de uma situação irregular mas “objeto de proteção”. Na forma de abrigamento ela estará em condições de amenizar os “riscos” e também estarão mais “protegidas” do que se estivessem nas ruas. Evidentemente que a vida nas ruas é repleta de misérias e vulnerabilidades – como já foi discutido –, todavia, o modo e o discurso com que o tecido social encontra para sanar essas adversidades é a centralidade da questão em voga. Os meios utilizados para tirar as crianças das ruas são tanto aprisionadores quanto a vida que as levaram a tal situação.

Assim, a despeito da entrada em cena de um sistema de garantia de direitos nos anos 1990, as violações em relação à garantia de direitos e promoção de cidadania são reproduzidas cotidianamente (Del Priore, 2015; Lobo, 2008; Rizzini e Pilotti, 2011; Rizzini e Rizzini, 2004; Nascimento, 2015).

Este deslocamento da pobreza à negligência reedita a formulação da família “desestruturada” que foi historicamente o modo como se produziu a intervenção sobre as famílias.

No final do século XIX, as elites brasileiras demonstravam preocupação com as camadas populares da sociedade, pois poderiam contribuir para a degenerescência da sociedade e da raça humana (Costa, 1983; Rizzini, 2011; Rago, 2014; Lobo, 2008). Assim, configurou-se um modo de governo com o intuito de hierarquizar e classificar os diversos segmentos da sociedade, afinal, era preciso mapear onde residia o mal – dentro dela mesma. Assim, “desde o final do século XIX, a preocupação com este esquadramento da população distingue ricos e pobres, e focaliza nestes a origem dos problemas físicos e morais” (Rago, p.227, 2014).

Nas primeiras décadas do século XX, houve mudanças significativas no papel social da criança no Brasil: foi por meio dela que especialistas, como os médicos, descobriram uma via de acesso para intervir sobre a família proletária. A “criança foi percebida pelo olhar disciplinar, atento e perspicaz, como elemento de integração, de socialização e de fixação indireta das famílias pobres” (Rago, p. 157, 2014). Conceber a criança como um dos pilares do edifício familiar permite atingir as diversas dimensões deste, tais como, o trabalhador, a mãe, e o menor (Rago, 2014; Passetti, 1998) “legitimando as práticas de regulamentação e controle da vida cotidiana” (Rago, p.157, 2014). Por meio de suas crianças, a família, como um dos protagonistas no processo de normalização da infância (Deleuze e Guattari, 2011a; Guattari e Rolnik, 2013; Costa, 1983), é vigiada e responsabilizada por seus modos de vida, hábitos e condutas (Rago, 2014; Rizzini e Pilotti, 2011; Rizzini e Rizzini, 2004; Nascimento, 2015). Donzelot (1986) já apontara que uma das funções normalizadoras que recai sobre a mulher pobre na modernidade é impedir a indisciplina do lar, desde impossibilitar o marido-operário ao acesso aos vícios e ao cabaré, até colonizar seus próprios filhos, para que um dia sejam trabalhadores dóceis.

Nesse bojo surge a noção de família “estruturada” e “desestruturada”, sendo a primeira delas caracterizada por:

[...] “pai e mãe, casados, habitam a mesma residência, contribuem com o pagamento de seus impostos ao bem-estar, obtêm o sustento para os filhos e fornecem a eles educação pelo trabalho. Tudo arrumado e certinho. Crianças limpas e estudiosas, marido e mulher cumprindo seus deveres um para com o outro, para com os filhos, em família” (Passetti, 1987, p.11).

A segunda consiste em:

[...] “toda criança filha de mãe solteira, fruto de relações extraconjugais ou cujos pais não têm condições de obter seus meios de subsistência pelo trabalho e, por conseguinte, habitam a chamada ‘periferia’ das grandes cidades, frequentando esporadicamente a escola, convivendo com garotos e garotas nas ruas, toda criança assim é filha de uma família desestruturada” (Passetti, 1987, p.13-4).

A prescrição de como se deve enquadrar o modo de vida dentro da norma é clara, minuciosa, direta. O mal passa a ter rosto, formas e comportamentos, nascer em determinados lugares, com certos costumes. Nesse horizonte a família pobre se torna o nascedouro dos indesejáveis (Passetti, 1998; Lobo, 2008).

Porém, e quando a mãe e a família não desempenham essa função de acordo com a prescrição normativa? Um exemplo pode ser a composição familiar de Moacyr:

*“Iracema, sua mãe, tem seis filhos, relata-se que ela é agitada e agressiva, tanto com ela mesma quanto com os filhos. José, o pai, é africano, de Camarões, vive períodos no Brasil e períodos em Camarões. Segundo as equipes, o pai também é agressivo e faz uso compulsivo de álcool – o que acaba por vezes gerando conflitos entre ele e Iracema ou também com Moacyr. As mesmas também se interrogam sobre a atividade de José, mas ele não comenta sobre o assunto, entretanto, é por motivos de trabalho que ele passa tempos no Brasil e tempos em Camarões. A relação entre mãe e pai sempre foi conflitiva, as equipes relatam que os dois são explosivos e se agrediam, além disso o fato do pai passar períodos fora do Brasil dificultou a relação dos dois. Por conta disso Moacyr sempre morou com a mãe e com Cláudia, a avó materna. Com o passar do tempo sua mãe se separa de seu pai e se casa com outro rapaz, o que culminou na ida do casal à Cracolândia. Apesar de não manter contato diário com sua mãe, Moacyr a encontra nas mediações da Cracolândia. Fora isso, ele vai à casa de Cláudia com certa frequência, e encontra o pai quando é possível. Então, pode-se afirmar que ele não rompeu totalmente os laços com sua família – aliás, se há um movimento de ruptura, ele emerge mais a partir de seus pais do que do próprio menino. Portanto, é essa composição familiar aparentemente fragmentada que se deve levar em conta.”* (diário de campo, 18/05/2018)

Apoiada na fotografia de famílias como a de Moacyr é que se constrói a ideia de família desestruturada, que possibilitou, por sua vez, estabelecer o elo entre pobreza e institucionalização como modo central de governo da pobreza.

Diante dessa “ameaça”, justifica-se a dureza das intervenções do aparelho de Estado orientadas pelo “imaginário social da pobreza: a família pobre não é continente para seus filhos, produzindo meninos de rua hoje, criminosos amanhã; meninas de rua, prostitutas hoje, e mães dos meninos de rua de amanhã” (Rosemberg, 1994, p. 31). No entanto, são eles mesmos que compõem a população de rua, “o drogado, a putinha, o vagabundo de cada família acaba indo para o mundo afora buscando algo, o elo perdido, o sentido da vida” (Passetti, 1987, p.12). Pois são as crianças pobres que deixam suas casas, “os filhos da classe abastada ou mesmo classe média não encontram na rua seu destino, por mais conflitos familiares que possam vivenciar” (Ferreira, 2001, p.58).

De fato, segundo Irene Rizzini e Irma Rizzini (1996), “os estudos realizados nos primeiros anos da década de 80 apresentam a família do ‘menor institucionalizado’ como invariavelmente ‘desorganizada’ ou ‘desestruturada’.” (p.72). Portanto, também por essa perspectiva a família pobre se torna passível de intervenções estatais, ou seja, certos constructos também legitimaram a institucionalização da pobreza.

Essa nova categoria social, o menor, será um retrato dos modos de governo da pobreza, com base no paradoxo de exclusão e integração, pois de um lado se insere a criança pobre nas instituições de Assistência Social, que teoricamente, estão a serviço da emancipação e do cuidado do sujeito, em forma de garantia de direitos; de outro lado há exclusão, pois se ingressará em instituições totais (Goffman, 2010). Então, se num primeiro momento o sujeito faz uso de serviços e políticas que estão posicionados a serviço da redução de sua condição de vulnerabilidade, num segundo momento essas mesmas iniciativas o excluem, pois visam à normalização da infância e da família pobre, logo, delas mesmas (Melo, 2011). Tanto que, Rizzini e Rizzini (1996), conta-nos sobre a dificuldade de reinserção social dessas pessoas, o quanto a institucionalização produz preconceitos e como se torna dificultoso voltar ao convívio na sociedade; doravante, com mais esse estigma, além dos já prescritos que os levaram ao internamento. Ademais, há de se levar em conta que muitas dessas crianças “[...] reproduzem o modelo opressor [...]” (Rizzini e Rizzini, 1996, p.75) da instituição, que, paulatinamente, foi interiorizado pelo interno. Então, ao sair o sujeito está composto por subjetividades normalizadas que atendem as necessidades do poder vigente. Mais uma vez, apresenta-se um dos aspectos da estratégia de manutenção da pobreza.

Uma ilustração dos efeitos dessa lógica de manutenção da pobreza emerge quando se pergunta a um institucionalizado sobre projetos de vida. As mesmas autoras afirmam que algumas crianças não sabem sequer dizer uma palavra sobre algo do futuro ou planos de vida. Os que conseguem imaginar algo afirmam: “desejar trabalhar, sair da instituição, ter uma casa, família e proteção.” (Rizzini e Rizzini, 1996, p.75). No entanto, como o regresso à sociedade se apresenta como um desafio, essas crianças também mencionam prostituição e subempregos, como alternativos.

*“Moacyr não é diferente, o menino sonha em ter um tênis Nike – de preferência com amortecedores–, roupas de marca, e quando chegar à fase adulta aspira ter uma casa, com esposa e filhos. Quanto ao trabalho, ele diz não saber ao certo ainda, mas a carreira no crime organizado faz brilhar os olhos, mesmo com todo perigo que envolve esse ramo. No Bando da Sé os sonhos também são um tanto semelhantes, lá, os meninos, principalmente, têm sonhos que tocam à ostentação. Ficar rico espontaneamente é o sonho de muitos.”* (diário de campo, 10/06/2018)

Não estaria aqui um esboço de um tipo de inclusão e exclusão, que insere o pobre, o recém-saído da internação, e agora os lança aos subempregos, à ralé brasileira (Souza, 2018). Ou estaria aqui presente aquele que, por anos a fio, durante o seu internamento, recusou-se a se docilizar. Aquele que se recusou a voltar para casa, que decidiu manter desatados os laços com

a família, que pouco se importa em ter um emprego formal. Esse estará lançado às intempéries da vida nas ruas, portanto, terá de viver entre as liberdades e os controles que essa deriva comporta.

#### **2.4 Políticas para a infância em situação de rua**

Como podemos depreender do capítulo anterior, assim como dos desafios de conceituação e de conhecimento das necessidades de crianças e adolescentes em situação de rua que acompanhamos acima, a formulação de políticas públicas para esse grupo coloca desafios e dimensões singulares relativas à sua proteção integral e à defesa de direitos. Cabe, assim, indagar criticamente sob qual óptica essas políticas são formuladas, quais escopos permitem atingir. Neste item, abordam-se algumas dessas dimensões críticas e apresentar o modo como hoje e especialmente em São Paulo se formula a atenção a essas crianças.

Melo (2011) produziu um dos mais originais trabalhos sobre direitos de crianças e adolescentes em situação de rua, no qual discute “como se procurou traduzir juridicamente a garantia de direitos de crianças e adolescentes em situação de rua?” (Melo, 2011, p.25)

O autor questiona o percurso trilhado pelo sistema jurídico brasileiro. Ele aponta que este privilegiou o sentido da normatização em detrimento do libertário assim como não assegurou direitos. Pode-se até dizer que além do hiato na promoção de direitos, esse sistema fez com que essas crianças fossem violadas, inclusive por aqueles que deveriam as assegurar (Melo, 2011).

No que diz respeito à infância e adolescência, o autor considera que as políticas públicas ainda se conduzem de forma tanto adultocêntrica como universalizante; não considerando a diversidade de arranjos familiares; as alternativas de estilos e os modos de vida; tampouco, o contexto sociocultural em que se vive (Melo, 2011). Para ele não se buscaram “mecanismos jurídicos de defesa de direitos, as situações de violação de liberdades cívicas e de direitos sociais perduraram após a edição da Convenção [de direitos da criança] e do Estatuto da Criança e do Adolescente” (Melo, 2011, p.25). Além disso, considera-se providencial pensar numa viabilidade tal, que crianças e adolescentes tenham reconhecimento nos meandros dos processos jurídico: “o direito à participação significa, fundamentalmente, tratarmos da segunda dimensão de direitos humanos de crianças e adolescentes, que é o respeito às suas liberdades” (Melo, 2011, p.50).

“Nosso desafio, portanto, é avançar na garantia de direitos dessas crianças e adolescentes em situação de rua, rompendo com o silêncio jurídico; e, ao estabelecer os campos de interesse jurídico da trajetória de vida dessas crianças e adolescentes, tentar definir mecanismos de garantia de direitos mais claros para a promoção de sua emancipação” (Melo, 2011, p. 26).

Rizzini (2003) considera que, frequentemente, políticas dirigidas à infância procuram atender mais as demandas “adultas” do que as “infantis”. Para a autora, é preciso que “crianças e adolescentes tenham voz ativa na construção de programas e políticas públicas que dizem respeito ao seu futuro” (Rizzini, 2003, p. 09). Afinal, será que essas crianças desejariam a própria institucionalização? Moacyr não quis, mas também não se apresentou uma gama de opções. No entanto, essa é a oferta em forma de garantia de direitos.

Nesse sentido Melo (2011) sugere que, para se romper com o processo normalizador, que sujeita tais crianças e adolescentes, deve-se superar a institucionalização que opera “‘sequestrando’ seus corpos em nome de sua ‘proteção’” (Melo, 2011, p.35). Para tanto, seria necessário inverter o sentido das ações, se até então os governos buscaram controlar e disciplinar a população por meio da tônica biopolítica, então é preciso resistir a essas incidências, assim, uma das soluções é “[...] sermos capazes de criar condições de afirmação crítica pelos próprios sujeitos interessados [...]” (Melo, 2011, p. 35). Isto é, devem-se produzir emancipações através dos próprios sujeitos, para que assim crianças e adolescentes possam “resistir a regimes de verdade que lhes são impostos” (Melo, 2011, p.35). A partir disso se poderia criar espaço para construção de uma “ética da responsabilidade que, ao procurar evitar a redução da multiplicidade, dos diferentes, a formas normalizadoras, abstratas e normalizantes, nos abre à pretensão a novos direitos.” (Melo, 2011, p.35). Em suma, seria a partir da experiência de si, do próprio modo de vida, que essas crianças e adolescentes teriam possibilidade de encontrar ressonância no Direito, “[...] permitindo a emergência dos próprios sujeitos, com a complexidade de suas trajetórias de vida.” (Melo, 2011, p.37). Este seria um desenlace a fim de promovê-los à condição de cidadãos de direito, assim como assegura o ECA.

No âmbito nacional, foi apenas em 2008 que se instituiu a “Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua”. Essa política preconiza “orientar a construção e execução de políticas públicas voltadas a este segmento da sociedade, historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos” (Brasil, 2008, p.02). Dessa forma, buscaram-se meios que possibilitem a “(re)integração destas pessoas às suas redes familiares e comunitárias, o acesso pleno aos direitos garantidos aos cidadãos brasileiros, o acesso a oportunidades de desenvolvimento social pleno” (Brasil, 2008, p.04).

A política em questão discute o tema das crianças e adolescentes quando se trata da família como “lugar essencial e privilegiado para o desenvolvimento integral dos indivíduos.” (Brasil, 2008, p.04). Sobre este ponto, nota-se que a despeito da mudança do discurso e da flexibilização do conceito de instituição familiar, que doravante passa a reconhecer novos arranjos, ainda que cotidianamente não se retire da família pobre o estigma de negligente e tampouco a arbitrariedade interventiva do Estado para com ela. Em outro momento em que se aborda a questão da infância, menciona-se a tentativa de erradicar as formas de trabalho infantil. Porém, cita-se uma pesquisa nacional realizada no ano de 2007 sobre o perfil da população de rua, e nela não se entrevistaram crianças e adolescentes. Mais uma vez fica evidente a tonalidade adultocêntrica das políticas, que os autores discutem acima.

Em 2012, o Ministério da Saúde, publica o “manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua”. O material representa um marco na Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS), pois “se pretende ampliar o acesso e a qualidade da atenção integral à saúde dessa população” (Brasil, 2012, p.11). Ainda nesse material, o Ministério da Saúde propõe a criação de uma “política pública de saúde para a população em situação de rua em convergência com as diretrizes da atenção básica e a lógica da atenção psicossocial” (Brasil, 2012, p.11). Além disso, preconiza-se trabalhar sob a perspectiva da Redução de Danos (RD), procurando garantir o acesso e o cuidado integral dessa população aos serviços de saúde. Sendo assim, o principal elo entre serviço de saúde e população de rua deve ser o Consultório na Rua, justamente por ser composto de uma equipe itinerante “com foco no atendimento à saúde mental” (Brasil, 2012, p.12).

O manual categoriza a população de rua como:

[...] “grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, a inexistência de moradia convencional regular e que utiliza logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento” (Brasil, 2012, p.13).

Apesar de afirmar que se trata de um grupo heterogêneo, o manual se refere apenas em um ponto a crianças e adolescentes, no momento em que se aborda gravidez de alto risco. Nesse item, relata-se o caso de uma menina de 17 anos, identificada como grávida e sem acompanhamento de pré-natal. A equipe da UBS realiza os procedimentos que se julgaram necessários, um deles, foi contatar o Conselho Tutelar e a Assistência Social a fim de “compartilhar a situação de vulnerabilidade social da gestante” (Brasil, 2012, p.65). No entanto, o manual não aborda em outro momento a problemática de crianças e adolescentes em situação

de rua e suas situações de risco ou peculiaridades, pois, fica claro que, neste item preocupa-se mais com a gestão de risco do que com a própria adolescente.

Outro material publicado pelo Ministério da Saúde a respeito desse tema foi em 2014, intitula-se: “saúde da população em situação de rua: um direito”. A cartilha tem como objetivo “expor diretrizes, estratégias e ações destinadas à melhoria das ações de saúde para a População de rua; combater o preconceito em relação a essa população no SUS; e garantir acesso aos serviços de saúde, com atendimento integral e humanizado” (Brasil, 2014, p.05).

Um dos pontos salientados por esse material é que “existem poucos dados sobre a quantidade de crianças e adolescentes em situação de rua” (Brasil, 2014, p.13), por isso discute-se a questão de crianças e adolescentes a partir do censo levantado pela Secretaria de Direitos Humanos e pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável, ambos de 2010. A pesquisa revela que foram identificados 23.973 crianças e adolescentes em situação de rua no país, a maioria é composta por meninos adolescentes 71,8% e apenas 28,2% de meninas adolescentes. Os dados também revelam que: “72,8% das crianças e adolescentes são negros (49,2% pardos e 23,6% pretos) enquanto 23,8% são brancos” (Brasil, 2014, p.14). A partir dessas informações, os resultados da pesquisa evidenciam que “o percentual de crianças e adolescentes negros em situação de rua é consideravelmente maior que o percentual de negros na população brasileira” (Brasil, 2014, p.14). Ou seja, esse último dado evidencia – mais uma vez – que essas crianças são oriundas das camadas mais pobres da sociedade, por isso, quando se fala da população de rua está se referindo à escória da sociedade brasileira.

Outro problema que a cartilha aborda são os motivos que levaram a crianças e adolescentes a ir para a rua, que por sua vez, “diferem pouco dos motivos que levaram adultos a viverem nas ruas” (Brasil, 2014, p.14). De acordo com os mesmos dados da pesquisa anteriormente citada, “os principais motivos são: brigas verbais com pai/mãe/irmãos, violência doméstica, alcoolismo/drogas e a busca por liberdade” (Brasil, 2014, p.14). Porém, não se discute o tema de crianças e adolescentes no restante do manual, desse modo a questão ainda permanece turva e pouco debatida, como se o motivo latente de ida para a rua fosse exatamente esse. Se assim fosse, a população infanto-juvenil em situação de rua estaria repleta de representantes das diversas camadas sociais e de diferentes composições raciais – mas sabemos que não é bem assim.

Passado esse breve histórico das políticas de atenção à infância, é interessante notar o movimento da história, pois um duplo se apresenta. O movimento das políticas que se instituíram ao longo do século XX caminhou em direção à proteção e garantia de direitos, por

exemplo, com o ECA. No entanto, a desarticulação e a parcialidade da implementação das políticas e a persistência da desigualdade social fez com que repetições ainda se façam presentes. Por alguns ângulos parece que o tempo passou, apenas cronologicamente. Quando ainda se tem uma população *preta de tão pobre* institucionalizada, vê-se que ainda se presenciam ranços dos tempos de Colônia. Impressiona como a lateralidade do tempo brilha e se amplia, trazendo à tona passados tão presentes, por exemplo, quando se sabe que a maior parte das crianças e adolescentes em situação de rua é negra e proveniente dos setores mais pobres do país. Ao analisar longitudinalmente as políticas percebe-se que essas pessoas não têm seus direitos integralmente garantidos, e os que têm são convites à institucionalização. Não só, mas também por esse motivo permanecem na condição de subcidadania (Souza, 2018). Nesse sentido, é evidente que a atuação dos poderes que resultam no governo da pobreza tem objetivo claro: manutenção de tal dinamismo. Em suma, implementação parcial do ECA é útil a quais olhos?

O governo da pobreza conhece quem são os “menores em situação de rua”, sabe que os mantém na mesma condição, e que têm escassas possibilidades de recorrer aos equipamentos que os cuidem, sem aparatos jurídicos. Além disso, essas pessoas têm seus percursos explorados, avaliados, pesquisados, sempre com o objetivo de fixá-los, pois uma das faces do perigo que essas pessoas impõem é o poder de criar a própria circulação de acordo com o “imediatismo” tocante ao modo de vida na rua. Tanto é que com qual finalidade se procurou, durante décadas, institucionalizar as crianças pobres? Com qual medida de aferição se atesta que as famílias pobres serão mais negligentes do que o Estado?

Todavia, será que essas trajetórias seriam, de fato, inevitáveis, como aponta Rizzini (2003). Que possibilidades Moacyr teria para evitar a rua? Ao adentrar nas trajetórias singulares das crianças, nota-se que existe certo circuito percorrido e diferentes usos das políticas – nem sempre de acordo com os protocolos. “Na linguagem dos operadores estatais da assistência e saúde, [essas pessoas] *não aderem às políticas*, escorregam pelas frestas das ações governamentais” (Mallart e Rui, grifo dos autores, p.03). Esse “não aderir” apresenta pelo menos duas faces, a primeira delas diz respeito à fuga, a não aderência propriamente dita, a pura e simples recusa às propostas feitas pelos serviços. Em segundo lugar, essa “não aderência” emerge como um analisador da efetividade das políticas e ações ofertadas a esse público. Assim, cabe a pergunta: não adere segundo qual perspectiva? Aliás, o que seria aderir às políticas prescritas?

As políticas produzidas para lidar com o problema social de crianças e adolescentes em situação de rua é discrepante quando comparado ao modo de vida produzido nas ruas. Não é metáfora dizer que a viração é um modo de sobrevivência, que a cultura de rua está além e aquém dos modos de funcionamento dos serviços. Pois não estão voltados para acolher aqueles que já nascem em condições desiguais por conta do próprio movimento de exploração do capital. Muitas vezes os programas e serviços não representam uma estepe nesse deserto urbano, na prática não se têm os serviços como garantia de direito humano. No fundo, há um manejo dos pequenos infames.

Pois bem, foi visto como o aparelho de Estado procura capturar essas crianças – majoritariamente – negras e pobres, a fim de institucionalizá-las. No entanto, elas continuam circulando pela cidade e frequentemente não aderindo ao que foi prescrito a elas. Sendo assim, que traçado que se desenha nesse movimento de fuga e captura? Toda essa relação de forças faz com que a circulação também se duplique produzindo uma cartografia própria.

Nesse caso, a circulação pode representar tanto a atualidade daquilo que é imediato, quanto os movimentos da viração; também há um traçado consolidado, constituindo um circuito. No entanto, esses traçados se desenharam a partir da dinâmica social, sendo assim as políticas também influem no engendramento desse circuito. O que as políticas dizem sobre a circulação da pobreza? Se num primeiro momento ela se viu lançada a migrar para as cidades, hoje ela se vê limitada a certas circularidades dentro da própria urbe (Augusto, 2013). Justaposto a isso, políticas corroboram indiretamente com essa dinâmica, por exemplo, até então a “solução” proposta pelo aparelho de Estado é de apartar a criança pobre de sua família e interná-la num equipamento público, esse movimento de captura se dá em dois momentos: um de apartação, e outro de internação; no primeiro momento busca-se fixar, e no segundo colonizar.

Enfim, a pergunta que permanece é: por que as crianças em situação de rua não ingressam nas políticas protetivas? Será que integrar-se ao mundo do bem-estar social significa “estar trabalhando, estudando, vivendo em família, vivendo a vida social num constante ato de produzir e consumir” (Passetti, 1998, p.10).

### 3. UM MAQUINÁRIO CHAMADO CRACOLÂNDIA

*“Convoque seu buda!*

*O clima tá tenso*

*Mandaram avisar que vão torrar o centro ...”*

*Criolo*

Tanto nas redondezas da Praça da Sé quanto nas fronteiras da Cracolândia, há um enorme esforço por parte do tecido social para que se regulem os fluxos dos transeuntes, principalmente daqueles que se encontram em situação de rua – sobretudo crianças e adolescentes. Isso fez com que a segregação espacial ganhasse proporções substanciais, operando de forma austera com o objetivo de tornar o espaço hermético, higiênico e livre dos indesejáveis. Um exemplo de espaço que se encerrou e a partir disso passou a ter forças gravitacionais próprias em decorrência de diversas intervenções da urbe: a Cracolândia (Nasser, 2017; Rui, 2014; Raupp e Adorno, 2011).

Fala-se do centro de São Paulo, de um conjunto específico de quarteirões. A cena se passa entre Alameda Cleveland, Avenida Duque de Caxias, Avenida Rio Branco e Rua Helvétia. O arranjo territorial dessas vias forma um quadrilátero – não equilátero. Entre essas ruas que compõem as fronteiras, há duas paralelas horizontais que as cortam, Alameda Dino Bueno e Rua Barão de Piracicaba. Aos poucos, ver-se-á que essa geometria passou a ter funcionamento e ritmo próprios, alinhados às exigências de segregação espacial e circuitos institucionais da cidade, principalmente devido ao uso de crack (Nasser, 2017; Rui e Malart, 2015; Joanides, 2003, Adorno e Raupp, 2011; Rui, 2014, Frúgoli Jr e Sklair, 2009; Frúgoli Jr, 2000).

Essa região do bairro da Luz, a partir dos anos 1950, foi se tornando um grande depositário de corpos indesejáveis. Sob o rótulo de vagabundos, bandidos, drogados, mendigos, prostitutas, malandros, compõem-se os indesejados. Tanto que esse território passou a ser apelidado de a “Boca do lixo” (Rolnik, 2002; Joanides, 2003; Joia, 2014). Joanides (2003) narra o funcionamento da Boca do Lixo, no início de 1958:

“A Boca se tornara, senão uma cidade dentro da cidade, uma colônia numerosa e próspera, com vida própria, suas lojas, bares, restaurantes, cinemas, dentistas, farmácias, barbearias e salões de beleza que atendiam e serviam quase que exclusivamente a classe dos desajustados sociais, existindo nada mais que em função destes; com seus usos, costumes, modas e valores subjetivos peculiares, endêmicos. Locais se faziam famosos como pontos de diversão, de encontro ou frequência de prostitutas, marginais e boêmios. Na Av. Duque de Caixas, zona fronteira, o Salão Marajó alegrava as noites de quintas-feiras e sábados, e ainda as tardes de domingo, com reuniões dançantes, nas quais meretrizes e empregadas domésticas ou de baixa categoria profissional se consagravam com rufões, bandidos, boêmios e escriturários, bailando alegremente.” (Joanides, 2003, p.102)

Desde então as pessoas que por lá permaneceram, mantiveram-se nesse “submundo” em função do gerenciamento territorial da cidade. Entretanto, nos anos de 1970, a estratégia adotada pelas autoridades foi dissolver a “Boca do Lixo” no tecido social, acreditando assim pôr fim à marginalidade (Joanides, 2003, p.250). Até então, a região central da cidade “[...] compartilhava um espaço que abrigava simultaneamente a boca do lixo e a do luxo.” (Rolnik, 2002, p.45). Mesmo com todos os esforços para expulsar os indesejáveis de volta às periferias, a região ainda continuou abrigando camadas populares, vagabundos e alguns ranços da “Boca do lixo” (Adorno, 2011; Frúgoli Jr, 2009, Joanides, 2003).

As estratégias do Estado para dissipar a Boca foram paliativas e ineficazes, pois basicamente utilizavam a força policial. Concomitante a isso, outro movimento se fez presente, o deslocamento da elite paulistana a outras áreas da cidade, por exemplo: Avenida Paulista e Jardins (Rolnik, 2002; Adorno 2011, Frúgoli Jr e Skalir, 2009). Esse duplo movimento provocou transformações radicais, de modo que “a área central iniciou um processo de desvalorização e popularização que acarretou mudanças e diversificação nos atores e atividades locais, com o surgimento de formas de ocupação estratégicas ligadas à busca pela sobrevivência” (Adorno e Raupp, 2011, p. 2615). A saída encontrada pelas autoridades foi de transformar o bairro da Luz em uma área cultural destinada às elites. Esse processo teve início nos anos 80 e perdura até os dias atuais, porém ainda não se deu por completo (Adorno e Raupp, 2011; Frúgoli Jr e Sklair, 2009).

Nos anos de 1990, a região mais uma vez, passou a concentrar usuários de drogas, com maiores intensidade e frequência. Nessa época, presenciavam-se pessoas sozinhas ou em grupos fazendo uso de drogas, a despeito do policiamento local permitia-se circular em um espaço que abrangia a Praça Júlio Prestes, as Ruas Aurora e Vitória (do outro lado da Avenida Rio Branco) (Adorno e Raupp, 2011). No entanto, será visto que, paulatinamente, a elasticidade do espaço e a circulação de pessoas e drogas foram sofrendo modificações ao longo dos anos.

Além disso, na mesma década, presenciou-se a vinda do crack à capital paulista, principalmente a essa região (Adorno e Raupp, 2011). Aos poucos, a antiga “Boca do lixo” ressurge com uma nova roupagem, doravante, sob o batismo de Cracolândia.

Antes de ser transformado em um quadrilátero existencial, possuidor de normatividades e fechamentos específicos. Esse recorte do bairro da Luz sofreu tal processo “que fez que com um pedaço da região central da maior metrópole brasileira se tornasse nacionalmente conhecido como a ‘terra do crack’, a ‘cracolândia’. Deslocando-se da periferia para o centro e ali se territorializando” (Rui, 2014, p.222).

A Cracolândia está longe de constituir-se fisicamente, ela se produz a partir de uma territorialidade itinerante. Composta por indesejáveis dispostos à linha da miséria, ela se dá entre os espaços, utiliza-se deles. Por exemplo, é comum fazer diferentes usos dos hotéis da região tanto para o consumo de drogas, como para espaço de descanso, prostituição, distribuição de drogas; o comércio de objetos se dá de maneira informal; o uso que se faz dos equipamentos públicos pode ser outro do que aquele previsto pelo Estado (Rui e Mallart, 2015). Portanto, “como uma ‘territorialidade itinerante’, está situada em uma certa área urbana, mas é sujeita a deslocamentos que variam de acordo com a repressão e intervenção exercidas, além da dinâmica das relações internas”. Assim, “*a cracolândia é onde eles estão.*” (Rui, 2014, p.224, grifo da autora).

Os efeitos dessa dinâmica criaram territorialidades com espaço-tempo singulares, com ritmos diferentes do que aqueles impostos pela sujeição maquínica<sup>18</sup>. Essa disparidade fez com que se produzissem tensionamentos nas relações de poder. As vidas se esforçam para escapar às capturas utilizando-se das brechas, procuram ocupar espaços entre, no vazio das ações do Estado. Tanto que “o perambular desses usuários desafia tudo, e por conseguinte, cria uma série de aparatos públicos e privados de gestão, intervenção, auxílio, incriminação e repressão” (Rui, 2014, p. 223).

Após a consolidação dessa nova terra, o maquinário governamental passará a tê-la como um inimigo a ser enfrentado por vias de captura, principalmente, com intuito de fixá-los. “A ‘cracolândia’ tem a característica de ser itinerante, mas as ações do poder público estão voltadas para um território fixado” (Rui, 2014, p.225).

---

<sup>18</sup> “Distinguimos como dois conceitos *a servidão maquínica e a sujeição social*. Há servidão quando os próprios homens são peças constituintes de uma máquina, que eles compõem entre si e com outras coisas (animais, ferramentas), sob controle e a direção de uma unidade superior. Mas há sujeição quando a unidade superior constitui o homem como um sujeito que se reporta a um objeto que deveio exterior, seja esse objeto um animal, uma ferramenta ou mesmo uma máquina: o homem, então, não é mais componente da máquina, mas trabalhador, usuário..., ele é sujeitoado à máquina, e não mais submetido *pela* máquina.” (7.000 a.C – aparelho de captura. In: mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 5. Deleuze e Guattari, 2012, p.168).

Esta é a cena atual: de um lado o Estado, atento, caçando as fugas desejanter através de micro-fascismos, de linhas duras, de composições molares; tentando a todo custo interpelar por enrijecimento sedentário. De outro lado, vidas que lutam – sempre que podem – contra diferentes modos de captura, que esgarçam os equipamentos coletivos por perambular, por andar a esmo, por não aderirem aos serviços. Na labuta pela sobrevivência para não se fixarem, mesmo quando estão imóveis. Pronto, a guerra está declarada.

### **3.1 Máquina policial**

Uma das tentativas mais escancaradas da servidão maquina de repatriar a Cracolândia foi requerer a polícia. Isso fez com que o quadrilátero se tornasse policiado vinte e quatro horas por dia, todos os dias. A polícia que marca maior presença na área é a Guarda Civil Metropolitana (GCM), que tem como programas prioritários: proteção ao patrimônio público, proteção às pessoas em situação de rua, entre outros. Portanto, ela ajuda a delinear essa geometria e faz com que ela se mantenha quadrilátera. Para isso, a GCM se distribui de modo tático. No vértice composto pela Rua Cleveland e Avenida Duque de Caxias há a principal base policial móvel, geralmente composta por um micro-ônibus, minivan, ou os dois.

O veículo tem funcionamentos múltiplos, desde delegacia de polícia, até sentinela e base policial – na maior parte do tempo essas funções ocorrem simultaneamente, o que em outros tempos fora “apenas” uma viatura, hoje é um complexo tático. Erguem-se câmeras de alta definição capazes de filmar a quilômetros de distância, tanto de dia quanto de noite. Nessa base móvel, localiza-se o comandante da equipe de rua, é desse ponto que os comandos ao território se originam, também quando os soldados precisam reportar algum ocorrido nas ruas, ou realizarem a troca de turno, é à base móvel aonde eles vão. Objetos apreendidos nas ruas também são levados a essa instância do poder. A comunicação entre as Polícias (GCM, PM e IOPE) é realizada nessa base, enfim, essa delegacia móvel é o centro, o olho, a inteligência, o cérebro da polícia no quadrilátero.

Essa base móvel da polícia estabelece uma via de mão dupla com o território, de modo que ela emite informações ou ordens, também recebe dados oriundos dos soldados de rua, e de suas câmeras de vigilância. A razão da polícia se encontra nesse ponto.

A disposição dos soldados de rua ocorre da seguinte maneira: na parte de fora do quadrilátero, a Polícia Militar faz ronda com maior precisão e conta com algumas delegacias

móveis (parecidas com as da GCM), em pontos próximos às bordas. Do lado de dentro, a GCM cerca todos os lados – esforçando-se para manter a forma –, além disso, na frente da calçada da Rua Cleveland há duas viaturas alocadas, uma em cada extremidade da praça (que é retangular). Mais adiante, nas paralelas do meio, as polícias fecham as saídas de modo que a Rua Helvetia fica sem saída, transformando-se em um corredor, ou melhor, em uma rua sem saída.

Diante dessa disposição policial, cabem às pessoas moverem-se da Rua Cleveland à direita, na Helvetia, até a Rua Barão de Piracicaba. Àquele que fugir a esse esquadrinhamento estará sujeito a sofrer intervenções policiais, que podem ir desde revista corporal, até prisão – por alguns dias.

A dinâmica local atua incidindo tão diretamente sobre a docilidade dos corpos que essa barreira é feita por pura austeridade. Não há portas, muros, informes, ou qualquer coisa do tipo, nem mesmo os policiais impedem as pessoas de entrarem ou saírem do quadrilátero. Mas, sabe-se que aquele que sair dessa demarcação e permanecer próximo a ela, poderá sofrer coações, piores do que se tivesse ficado lá dentro. Então, por motivos de viração (Gregori, 2001) prefere-se ficar para dentro e sofrer menos. Há uma mistura de disciplina com controle, que produz um cenário fechado. Quanto aos indivíduos, eles têm de lutar para escapar das variadas formas de captura.

O funcionamento da Cracolândia tem mudado com o passar do tempo. Ao passo que a polícia opera visando a sufocar essa terra itinerante (Rui, 2013), as insurreições também se metamorfoseiam. Funcionar – não só, mas também – como fluxo, parece ter sido uma estratégia vigorosa (Comitê Invisível, 2016). Já que o poder público delimitou a itinerância a cada vez, então que se constitua um espaço com fluidez, que se funde um território e fixe-o (Comitê Invisível, 2016). Assim, outras formas de organizar o fluxo têm se mostrado presentes. Assistem-se marcações de diferentes maneiras: alimentação, álcool, cigarros, crack, vestimentas e acessórios. A parte comercial do fluxo se produz geometricamente em colunas e as pessoas se estabelecem envolta das mesmas – simbolicamente seria como uma elipse, com um ou dois traços ao meio. Em uma parte das colunas dispõem-se os “pratos”, as barracas que vendem drogas. Chama-se de “prato” em função das pedras de crack que ficam em cima de um prato, ao lado da peça, ou da “paranga”, ambas de crack. No “prato” também há maconha em pequenas quantidades e, às vezes, é possível encontrar também pinos de cocaína – essas barracas dos pratos, geralmente, são as mais divertidas, pois os comerciantes colocam música alta para atrair os fregueses. Na outra parte, dispõem-se comércios de tipos variados, alguns caixotes em que se vendem sanduíches, linguiças, bebidas (geralmente não alcólicas). Após

os caixotes de comida que se dispõem em duas colunas, um em frente ao outro, há lonas no chão vendendo roupas e objetos variados, na maioria femininos, que vão desde sapatos até roupas íntimas. Transitando entre as pessoas, o cigareiro, como o próprio nome já evidencia é aquele que vende cigarros – geralmente, do Paraguai–, a compra pode ser feita de modo unitário, ou em maço. No mesmo trânsito do cigareiro, os vendedores de cachaça, – no caso, Corote (a marca mais barata encontrada nos mercados). O resto dos itens comercializados veio de fora do fluxo, e é vendido de forma autônoma.

Por volta do ano de 2014, em torno do fluxo, havia bares, lanchonetes, enfim, uma gama de oferta de serviços, hoje em dia eles são escassos. Paulatinamente a servidão maquinica foi fechando os estabelecimentos, na maioria das vezes por algum tipo de irregularidade. A cada dia, tem-se a impressão de que o Estado se interessa por deixar esse território árido o máximo possível. Talvez por isso, limpe-o, todos os dias, aliás, várias vezes por dia.

*No mesmo dia de sempre, na mesma hora marcada*<sup>19</sup>, faça chuva, faça sol, o mesmo caminhão-pipa, de todos os dias, entra pela Alameda Dino Bueno em direção à Rua Helvetia, vira à direita e segue até a Rua Cleveland. Esse caminhão carrega um produto de limpeza composto por uma mistura de água com removedores e perfumes. No para-choque dianteiro sai um esguicho de alta potência, que é controlado por um agente de limpeza que regula a direção e orienta a força do jato d'água. Através de sinais, o agente de limpeza se comunica com o caminhoneiro, e o comanda referente às paradas e às velocidades. O circuito de limpeza é relativamente pequeno, começa percorrendo a Rua Helvétia e segue em direção à calçada direita da Alameda Cleveland, sentido à estação Júlio Prestes. Nessa calçada, larga, com poucas árvores – nada verdejantes –, há alguns bancos de cimento, de diversas formas, no entanto, todos sem encosto. O ritual de limpeza ocorre de duas a três vezes ao dia, todos os dias. No mínimo uma vez pela manhã, cerca de 7:30, 8:00 horas; outra à tarde, por volta de 14:30, 15:00 horas. Quando o local está demasiado imundo (Santos e Machado, 2014), a terceira limpeza do dia ocorre por volta das 17:30, 18:00 horas, por fim a última limpeza ocorre a noite, por volta das 23 horas. Essas ações de limpeza estão completamente dentro das estratégias governamentais, que, unidas, tentam impor determinado ritmo às vidas que lá teimam em habitar.

A partir da perspectiva do vértice formado pela Alameda Cleveland e Rua Helvetia, vê-se que há um deslocamento específico, de um bloco de pessoas, que sai da calçada da Cleveland e vai à Helvetia, entre as duas paralelas. Esse deslocamento ocorre nos momentos

---

<sup>19</sup> Alusão estética e ideológica “choro de nada”, Toquinho e Vinícius de Moraes, 1975.

em que a “limpeza” é realizada, entretanto, quem dita a velocidade e o tempo do deslocamento é a GCM, isto é: mais uma forma de intervenção estatal sobre o tempo-espaço.

Esse quadrilátero, muito bem “limpo”, conta com a ajuda de outro tipo de limpeza: a remoção de objetos das pessoas e revista corporal. Enquanto o caminhão passa pelas ruas até chegar à calçada da Alameda Cleveland, a GCM já cercou os usuários na Rua Helvetia, entre a Alameda Dino Bueno e Rua Barão de Piracicaba. No Período da tarde isso ocorre por volta das 15:00 horas. Então, ficam as pessoas encurraladas entre as barreiras policiais, que cercam todas as saídas, menos a do fim da Rua Helvetia – mas, do outro lado da rua, na Avenida Rio Branco tem uma base móvel da Polícia Militar. Lá as pessoas ficam até o momento de voltar à calçada que estavam momentos antes da “limpeza”. Quando a polícia autoriza o retorno para o ponto anterior ocorre uma revista, que incide tanto sobre os objetos que as pessoas portam, quanto sobre seus corpos.

Agora, o fluxo caminha no sentido contrário, exatamente para ser revistado. A barreira policial se instala fechando a rua, um deles, o que for revistar os objetos e corpos, utiliza máscara cirúrgica e luvas plásticas. É importante relatar que, nesse momento é proibido sair por qualquer extremidade, todos têm que passar pela revista. No entanto, o corpo policial é quem decide quem será revistado ou não. Geralmente, aqueles que portam objetos grandes como malas, mochilas, cadeiras; ou aqueles que juntam seus pertences, em cobertor ou lona, sempre são revistados.

Esse policial que revista os objetos das pessoas decide – aleatoriamente – o que poderá permanecer com a pessoa e o que deverá ser descartado. Ao mesmo tempo, os outros policiais – todos fardados portando indumentária da tropa de choque – realizam as outras revistas individuais. Esse “criterioso” procedimento pode durar horas.

Nesse momento de “limpeza”, o corpo policial se configura de tal maneira que forma uma espécie de panóptico invertido (Foucault, 2014). Pois, a arquitetura é a seguinte: as pessoas ficam no centro, vigiadas por todos os lados, e por diversas tecnologias que vão desde soldados até câmeras de alta definição, logo, impossibilitadas de sair daquele espaço – pelo menos no momento de limpeza.

Depois, começa o processo de revista, que apresenta traços pastorais; pois, ao mesmo tempo em que o contingente é controlado e vigiado, os indivíduos devem se manter junto aos demais. De modo que compete a cada um a incerteza de ser revistado, ou não. Além disso, o nível de detalhamento da revista varia de acordo com a vontade do policial. Se ele imaginar que a pessoa esteja escondendo algo, será revistado de maneira minuciosa, diferente daquele que se

supõe apresentar menos “perigo”, ou possibilidade de portar algo ilícito. Lá, a revista se dá a céu aberto, arbitrariamente, de acordo com o bel-prazer do soldado. Se alguém, qualquer pessoa – menos policial – quiser subir a rua (inclusive no sentido oficial), tanto de carro como a pé, é terminantemente proibido. No momento dessa operação, a rua é fechada, segundo os próprios policiais. Ou seja, todos os dias, interditam-se uma Rua e dois de seus cruzamentos para revista de determinados cidadãos.

No entanto, outras forças marcam presença no território e se fazem presentes, inclusive frente à austeridade policial, tais como SEAS e CAPSij. As equipes de rua consideram fundamental acompanhar esse procedimento, do início ao fim. Um dos argumentos é que quando as equipes de rua estão presentes, de alguma forma, os policiais sentem-se olhados por outros olhos – no mínimo, menos austeros que os deles. Sabe-se que, por algum motivo, se existir abuso de poder, eles poderão ser denunciados por elas. Então, de certa forma, as equipes de rua também marcam o território, inclusive por oposição à força policial. Isso faz com que se tenha outra aproximação com as pessoas. Algumas delas, tanto crianças como adultas, sentem-se mais seguras quando equipes de rua estão presentes – até porque, sabem que elas não toleram qualquer tipo de abordagem.

### **3.2 Máquina SEAS**

A servidão maquínica opera por meio de várias frentes, não é apenas por disciplina e controle que ela incide sobre os sujeitos. Outras tentativas mais doces e convidativas se fazem presentes. Algumas delas se dão via equipamentos coletivos, que intervêm alicerçado por meio de políticas de bem-estar social, por exemplo, o Serviço Especializado de Abordagem Social às Pessoas em Situação de Rua (SEAS).

Em 2010 criou-se o SEAS, esse serviço municipal é referenciado ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e tem como finalidade assegurar por meio do trabalho social busca ativa e abordagem nas ruas, “identificando nos territórios a incidência de trabalho infantil, violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua e outras” (São Paulo, 2010, s/n). O SEAS, assim como os CAPS, funciona em diferentes modalidades: 1- Crianças e adolescentes em situação de rua; 2- adultos em situação de rua; 3- Serviço de Apoio à Solicitação de Atendimento à Pessoa em Situação de Rua e Apoio à Emergência; 4- Serviço especializado de abordagem social às pessoas na rua e

em situação de rua que fazem uso das ruas para o consumo abusivo de substâncias psicoativas em cenas de uso – SEAS modalidade 4. É importante mencionar que esta última modalidade também comporta intervenções com crianças e adolescentes em cenas de uso. Pois bem, o objetivo central que atravessa as modalidades é: “desencadear o processo de saída das ruas e promover o retorno familiar e comunitário, além do acesso à rede de serviços socioassistenciais e às demais políticas públicas” (São Paulo, 2010, s/n;).

A equipe desse serviço é composta por: orientador socioeducativo; técnico social; assistente social. No caso do perímetro da Cracolândia, o SEAS que atende essa região pertence à modalidade IV, portanto há miniequipes que trabalham com temáticas específicas, por exemplo: miniequipe de criança e adolescente; gestantes; idosos, entre outros. No caso da miniequipe de crianças e adolescentes, os orientadores vão para a rua passando por pontos estratégicos onde eles circulam com maior frequência. Outro ponto específico deste SEAS é a abrangência territorial, enquanto os outros atendem um perímetro de quilômetros quadrados, este percorre apenas o quadrilátero que compõe a Cracolândia.

Na prática esse serviço é um articulador entre Assistência e Saúde. Combinam-se intervenções e idas a campo com o CAPSij da região – no caso o Sé; atendimentos compartilhados com o Consultório na Rua; articulam-se vagas de acolhimento com SAICA, via conselho tutelar. No caso de crianças e adolescentes há: oferta de almoço; centro de acolhida transitório; e passagens de ônibus, quanto às passagens de metrô, não atingem esse público por serem menores de idade. Portanto, a equipe que trabalha com esse público tem suas possibilidades de oferta um tanto restritas em relação às equipes que trabalham com outros enfoques e também pela maioria dos serviços da rede socioassistencial não permitir a entrada deles nos equipamentos.

A equipe do SEAS IV está presente no território todos os dias. Tanto os orientadores socioeducativos quanto os técnicos sociais, trabalham em uma escalada de 6x1. Ou seja, trabalham seis horas por dia, com 15 minutos de intervalo, seis vezes na semana, com um dia de descanso, além da folga de cada domingo trabalhado (geralmente, um ou dois ao longo mês). Além disso, o serviço conta com três turnos: manhã, tarde e noite. Assim opera o equipamento que está mais presente no território.

Desde sua inauguração, final de 2015, esse equipamento funciona por eixos temáticos, desse modo, crianças e adolescentes é um deles. Além da abordagem na rua, o equipamento conta com uma série de articulações, que na verdade, acaba sendo o pilar desse serviço. Porém, no caso das crianças, as articulações de rede são frágeis e esburacadas. Pois, no centro da cidade,

há poucos serviços que atendem esse público, então, no dia a dia as ações ficam restritas às articulações de vagas em SAICA e acolhimento no CAPSij-Sé.

Desse modo, o momento em que as equipes de rua (SEAS e CAPSij) se encontram para realizar as abordagens é fundamental para a articulação da rede. Os encontros ocorrem uma vez por semana, às terças-feiras, no período da tarde. Um ponto delicado que acaba dificultando o trabalho em conjunto repousa sobre o horário do encontro, pois o CAPSij se organiza para chegar ao território por volta das 14:30 horas, início do período da “limpeza-revista”, fato tal que dificulta os atendimentos. Geralmente, as equipes conseguem dar uma volta no território antes do ritual policiaisco impor seu ritmo e dominar a cena. Num primeiro momento elas trocam informações sobre os casos atendidos, notícias sobre a rede, enfim, há uma primeira rodada de atualizações. Num segundo momento, tenta-se abordar as crianças, e é exatamente aí que uma série de perspectivas desabrocha.

Os orientadores do SEAS expõem seus desejos de abordar as crianças e elas pedirem para sair de lá, de preferência de volta à família de origem, senão, ao SAICA. Melhor ainda, se elas disserem que se cansaram dessa vida indigna entregue aos malefícios do “em situação de rua” e às drogas, decerto os técnicos sentiram que o grande objetivo foi cumprido. Assim trabalha a equipe do SEAS, visando à institucionalização, seja em SAICA ou na família. Para eles, muitas vezes proteção se confunde com tutela, cuidado com institucionalização. Na verdade, não estamos tão longe do século XIX quanto se acha, a polícia das famílias bate à porta dessas pessoas perguntando se querem algum tipo de ajuda.

“[...] Assistência Social à Infância, a antiga Assistência Pública. Enorme administração em princípio com autonomia de gestão, mas ligada ao juiz de menores [conselho tutelar] através de uma multiplicidade de vínculos práticos e jurídicos. Ela desempenha o mesmo tipo de atividade que os serviços do juiz de menores: recrutamento por assinalamento ou abandono, colocação em estabelecimentos ou assistência educativa em meio aberto.” (Donzelot, 1978, p. 103).

O menino Moacyr é conhecido da miniequipe de crianças e adolescentes desse SEAS, desde que ele chegou à Cracolândia é atendido por esse serviço. Em função do mister do SEAS essa equipe já articulou inúmeras intervenções para com Moacyr, inclusive uma internação sem o consentimento dele. Em entrevista com a técnica responsável pelo caso, ela relata o que esse serviço sabe a respeito do menino.

*“Além do que já é sabido, E. contou que, Moacyr, está na Cracolândia há nove meses e chegou até lá por causa de sua mãe. Interessante notar que os equipamentos têm pouco acesso à mãe, exceto o CAPSij, E. também não a*

*conhece. Sabe-se que ela ainda está lá através do relato do próprio Moacyr e apesar de eles estarem no mesmo lugar, as equipes falam que eles interagem pouco um com o outro.*

*Iracema deixava-o em casa sozinho o dia todo, sem ter o que comer e sem saber quando ela voltaria. Até que um dia o menino decidiu ir atrás de sua mãe e chegou até a Cracolândia. E. não mencionou, mas pelo relato da equipe do CAPSij, ele já estava em situação de rua há três anos, essa ida à Cracolândia foi mais uma de suas idas para a rua, além disso, foi nessa ida a Cracolândia que ele teve seu primeiro contato com crack. No entanto, o CAPSij narra é que nesse período ele já fazia uso de drogas, contudo não se sabe se de crack, especificamente.*

*Essa ida de Moacyr à Cracolândia foi o que resultou nos últimos nove meses de rua e Cracolândia. E. relata que ele fica em frente a uma loja de sapatos na Avenida Duque de Caxias com a Rua Mauá, – lado de fora do quadrilátero. Ele criou o hábito de comprar droga no fluxo e voltar para esse ponto, segundo E., dificilmente ele fica no fluxo, para ela, é esse o seu diferencial. Ela complementa relatando que por ele ficar fora do fluxo foi possível tirá-lo de lá – essa última fala remete a internação feita.*

*A equipe do SEAS já fez algumas visitas domiciliares na casa da avó materna de Moacyr. Na primeira vez, a avó não atendeu a porta, mas a equipe continuou ligando e persistindo à VD. Quando se conseguiu a visita, Cláudia contou a história de vida do neto e os problemas que a família tem passado, entre eles, a dificuldade de manter Iracema em casa cuidando dos filhos. A avó também contou que Iracema obtém dinheiro para fazer uso de drogas por meio do Bolsa Família, ela matricula os filhos em duas escolas e não os leva, e assim obtém dinheiro. Não se sabe como ela consegue burlar o Cadastro Único dessa forma, considerando que o Bolsa Família é atrelado à frequência do aluno.*

*E. conta que Moacyr tem uma relação sólida com seu pai, até mesmo quando José se casou com Mariana, no começo a madrasta também tinha uma boa relação com o menino, chegou até esboçar desejo de pedir a guarda dele. Nos primeiros anos, todos eles viviam em harmonia, até que Mariana engravidou e partir daí tudo mudou. Quando a irmã de Moacyr nasceu, Mariana passou a “depositar todo o amor que antes era colocado em Moacyr, em sua filha”, isso fez com que Moacyr se sentisse excluído, doravante começaram as brigas entre Moacyr e a madrasta, tanto que na última o menino chegou a ameaçá-la com uma faca. Essas brigas com a Mariana diminuíram as visitas à casa de seu pai e as idas para a rua se intensificaram.*

*Na segunda visita domiciliar, além do SEAS, estava presente o SASF (Serviço de Assistência Social à Família). Nesta visita os equipamentos da Assistência focaram na situação de negligência em que se encontrava o menino. Seu pai, que também estava presente, alegou a dificuldade de acolhê-lo por conta de seu uso de drogas e concluiu dizendo que se o menino recebesse os devidos tratamentos, ele o acolheria em sua casa. Nesse momento a equipe do SEAS enfatizou a necessidade de dialogar com Mariana sobre essa possibilidade, para tanto ela teria que entender que ele faz parte da vida da família e que não poderia ser tratado como havia sendo. Para E. o fato do menino ser colocado em segundo plano pela própria família fez com que ele produzisse certo desejo de chamar a atenção, para ilustrar essa fala a mesma narra a última passagem dele pelo CAPSij: “lá ele ficou uma semana e evadiu pulando os portões”, para ela, o fato de ele ter pulado os muros de uma instituição “porta aberta” é para chamar a atenção.*

*A técnica também comentou o dia da internação do menino, intervenção que o SEAS foi um dos articuladores, se não o principal. Segundo ela foi um dia*

*depois de uma ação truculenta da polícia. Encontraram o menino deitado no mesmo ponto em que sempre fica – na frente da loja de sapatos –, imediatamente ligou-se para o pai vir pegá-lo, a partir disso deu-se início ao processo da internação compulsória. É importante salientar que a equipe do SEAS já tinha o intuito de interná-lo, pois para eles, essa seria a única medida efetiva ser tomada.*

*Sobre a internação, primeiro levou-se o menino ao CRATOD (que não atende crianças), e devido à composição de: avó, pai e SEAS, internou-se compulsoriamente. Depois de quatro dias ele foi levado ao PINEL. A equipe e a família do menino imaginam que se ele não melhorar, ou não aderir ao tratamento de CAPS e se voltar à Cracolândia, ele será internado novamente. Até ele aderir a algum tratamento. Ou seja, tratamento compulsório. De certa forma está montado o circuito, da internação compulsória à sua casa com tratamento em CAPSij e caso tenha alguma recaída ou volte para a rua, ele será internado novamente.*

*Quanto ao pai, E. disse que perguntou a ele mais de cinco vezes qual era seu trabalho e ele não respondeu. Ela acha que ele é envolvido em algum tipo de trabalho ilegal, pois muda de número de celular a cada três meses, recusa-se a falar de sua atividade. Além disso, ela conta que foi um acordo dos pais de Moacyr tê-lo, pois ter um filho facilitaria a aquisição da cidadania brasileira. Quanto à Mariana, E., disse que falou com ela sobre a importância de trabalhar essa possível ida do menino à sua casa, que a relação dos dois não pode continuar com essa troca de agressões. E segundo José, foi conversado com o casal sobre iniciativas a serem tomadas a fim de cessar o conflito entre Moacyr e Mariana, mas ela se recusa a fazer qualquer tipo de atendimento para falar sobre esse assunto.*

*E. afirma que Moacyr não faz uso compulsivo de crack ou de outra substância, na maioria das vezes em que a equipe do SEAS o encontra ele está dormindo, e sempre fora do fluxo. Ela também falou que até onde se sabe o menino não está envolvido com o crime organizado.” (diário de campo, 17/07/2018)*

É interessante notar que algumas informações que E. relatou são complementares às do CAPSij. Esse elemento também corrobora à tessitura da história do Moacyr e as diferentes perspectivas.

### **3.3 Máquina CAPSij**

Em relação aos equipamentos da Saúde no território da Cracolândia, há presença do Consultório na Rua e do CAPSij-Sé. No entanto, este ano, devido às mudanças de contrato da ONG responsável não foi possível acompanhar intervenções do Consultório na Rua, portanto, o relato aqui apresentado se limitará ao CAPSij-Sé.

A respeito da possibilidade de emergência do próprio sujeito, há no âmbito da Saúde uma política voltada para o campo da infância que tem papel de protagonismo na produção do

cuidado de si: CAPS infanto-juvenil. Esse equipamento é um dos dispositivos forjados pela reforma psiquiátrica brasileira, que há décadas luta principalmente contra a lógica psiquiátrica de normalização da vida e por dispositivos substitutivos ao hospital psiquiátrico. Os CAPS, nas modalidades infantil, adulto e álcool e outras drogas, surgiram no início dos anos 2000 após a promulgação da lei 10.216/2001, nela aprova-se a transição do modo de tratamento às pessoas com transtorno mental, o que anteriormente se restringia ao internamento no hospital psiquiátrico, agora passa a ser centrado na Rede de Atenção Psicossocial e o CAPS como referência dessa rede (Amarante, 1995; 2007; Brasil, 2004; Lobosque, 2003; Palombini, 2003; Silva, 2003; Yasui, 2006).

Nesse sentido, o CAPSi representa uma política pública de saúde mental infanto-juvenil. Em 2012 o Ministério da Saúde lança uma nota técnica que estabelece novos procedimentos aos CAPSi, doravante esse equipamento passa a atender pessoas de 0 a 25 anos e com isso se torna um serviço também destinado a juventude. A partir dessa reorganização, as principais incumbências do CAPSij são:

“Organizar juntamente com a atenção básica, o cuidado em saúde mental à infância e adolescência no seu território. Fazer acolhimento porta aberta, rompendo com o funcionamento ambulatorial desde a porta de entrada. Atender às crianças e adolescentes com diferentes e complexas manifestações de sofrimento psíquico, sejam elas por transtornos mentais, por necessidades decorrentes do uso de substâncias psicoativas e/ou outras situações de vulnerabilidade que requeiram cuidado intensivo. Ter prioridade à atenção em situações de crise, substituindo qualquer modelo de exclusão” (São Paulo, 2016, p.04).

Para tanto, essa instituição se viu lançada, em muitos casos, para além dos muros do próprio estabelecimento, uma vez que inúmeras crianças não “aderiam” ao CAPSij de acordo com aquilo que a equipe considerava ser necessário. Então uma das soluções encontradas foi ampliar as ações do CAPSij, levando-o para a rua, essa intervenção se denominou “CAPS na Rua”, um exemplo pode ser visto no CAPSij da Capela do Socorro, onde a ação na rua é realizada com foco na infância em situação de rua e tem como objetivo estabelecer vínculos com esses usuários “pouco aderentes”; levar atividades do CAPSij até o local onde elas se encontram; desenvolver ações de Redução de Danos. Todos esses aspectos residem sobre a tentativa de estreitar os laços entre CAPSij e crianças e adolescentes em tais circunstâncias (São Paulo, 2016). O CAPSij-Sé também realiza intervenções na rua nos principais pontos de vulnerabilidade de seu território de abrangência.

O CAPSij vai à Cracolândia uma vez por semana, às terças-feiras no período da tarde. A equipe desse serviço se divide para ir a campo em dupla e geralmente são as mesmas pessoas: uma enfermeira e um oficinairo. Eles também percorrem o território do quadrilátero, no entanto, tem flexibilidade de transitar fora dele.

Quando possível, as equipes do CAPSij e do SEAS IV trabalham em conjunto. Trocam informações sobre casos atendidos, articulam atendimentos compartilhados, planejam ações de rede, entre outros. A equipe do SEAS articula acolhimentos no CAPSij, e a equipe deste, articula vagas em SAICAS por meio do SEAS, apesar desse segundo movimento ser mais raro. Sobretudo pelo desenho institucional que os diferentes campos têm, é mais comum a equipe do SEAS articular com o CAPS acolhimento integral visando à UA<sup>20</sup>, para um segundo momento.

Se comparado ao SEAS, o CAPSij funciona de outra forma, pode-se afirmar que um complementa o outro. Mas, este se insere em outros campos, entre eles o campo psicanalítico (Deleuze, 2016). O funcionamento institucional desse CAPSij opera, sobretudo, no sentido do cuidado, principalmente, os de saúde.

A maioria das crianças que circula na Cracolândia são conhecidas do CAPSij, muitas delas por terem sido atendidas e outras devido às discussões de caso com a rede. Entretanto, conhecer as crianças não garante nem qualidade nem quantidade de abordagem, tanto é que nem sempre se consegue atender uma criança no fluxo, nem perto dele. Muitas vezes as equipes circulam sedentariamente e poucos atendimentos são exitosos.

A despeito de toda dificuldade que esse território impõe às equipes de rua, desde a dinâmica dos diferentes usos de drogas até as intervenções policiais. Outro ponto que dificulta a ação em conjunto das equipes é o horário marcado, a chegada do CAPSij coincidindo com a “limpeza-revista” faz com que as crianças desapareçam no meio do fluxo, que nessa hora está aglomerado e compacto. Outro obstáculo é que o CAPSij, assim como toda a Saúde, tem sofrido com o recorrente corte de verbas. Não se tem mais dinheiro para fazer oficinas na rua, realizar atividades no território, então a discurso institucional fica reduzido à fala: “venha para o CAPS”.

Através dessa fala que os trabalhadores do CAPSij tanto repetem, os atendimentos na rua ficam nesse retorno ao CAPS, porém as crianças não querem saber disso, elas estão em movimento, seja de viração seja circulando. Não é essa a demanda, aliás, qual é a demanda delas?

---

<sup>20</sup> Para saber mais sobre o hibridismo das Unidades de Acolhimento, ver: “Os recusados”: uma experiência de moradia transitória infanto-juvenil no campo da saúde mental. Oliveira, 2014.

O retorno ao CAPSi se expressa de diversas formas, seja via UA, acolhimento integral, ou mesmo alguma consulta técnica. Dá a entender que, apenas no retorno ao CAPS, a criança terá de volta o que foi perdido na rua.

Esse retorno ao CAPS talvez possa ser pensado através das três sínteses do tempo postuladas por Deleuze. Para o filósofo, o tempo se constrói a partir de variados tipos de repetição (Lapoujade, 2015). “O tempo só se constitui na síntese originária que incide sobre a repetição dos instantes. Esta síntese contrai uns nos outros os instantes sucessivos independentes.” (Deleuze, 2006, p.112). Dessa forma, passado e futuro não se distinguem enquanto instantes diferentes, à medida que o presente os contrai. “O presente não tem de sair de si para ir do passado ao futuro. O presente vivo vai, pois, do passado ao futuro que ele constitui no tempo” (Deleuze, 2006, p.112). Nesse sentido, “o tempo é ritornelo”, portanto, a “repetição é a potência da diferença” (Lapoujade, 2015, p.69).

Sendo assim, Deleuze distingue três tipos de repetições: as repetições do hábito; repetições da memória; repetições do eterno retorno. A primeira síntese forma territórios, ela contém ordens do biológico, do presente vivo, “à primeira síntese do tempo corresponde um primeiro complexo questão-problema tal como ele aparece no presente vivo (urgência da vida). Este presente vivo e, com ele, toda vida orgânica e psíquica repousam sobre o hábito” (Deleuze, 2006, p.122). Dessa forma, “o hábito constitui um grande presente vivo, uma sensibilidade vital primária que se distribui em hábitos de viver povoando a terra com uma multidão de ritmos distintos” (Lapoujade, 2015, p.71). Assim, cada ritmo compõe uma territorialidade, ou um círculo.

A segunda síntese do tempo diz respeito ao passado puro. Trata-se de um tempo com outro regimento, exterior ao tempo que passa, isto é, “um tempo que não passa, mas que é capaz de dar razão à passagem do tempo.” (Lapoujade, 2015, p.73). O passado é o tempo que não passa, funciona como síntese da memória, no entanto, ele que é capaz de dar passagem ao tempo. “Os presentes passam e se perdem em outra coisa, enquanto que o passado permanece e se conserva em si mesmo. Ele não pertence ao tempo que passa” (Lapoujade, 2015, p.73). Em outras palavras, “o passado é uma espécie de mundo lateral, virtual, paralelo ao presente e que, em vez de passar como este, acolhe em si cada presente, mas como passado – tanto que o passado coexiste inteiro consigo e com cada presente, mas como passado.” (Lapoujade, 2015, p.73). Portanto, se cada presente é acolhido como passado, o presente se torna uma repetição, de modo que “cada presente de nossa vida é uma repetição de nosso passado inteiro, contraído sob este ou aquele aspecto [...] todo presente supõe a preexistência do passado, pois é a

contração deste” (Lapoujade, 2015, p.74). Sendo assim, pode-se conceber que a segunda síntese ocorre de forma passiva, justamente pelo seu funcionamento por contração.

Outra face da segunda síntese se refere a Eros. Pois para Deleuze, Eros produz efeito de duplicar o objeto real em virtual. Assim, “no momento em que, de um lado se forma um objeto real completo, de outro, se cria o objeto virtual sexual, mas sempre como já perdido” (Lapoujade, 2015, p.75). Ao passo que o objeto real se duplica em virtual, Deleuze, introduz a noção de fantasma, de Lacan, então o virtual está ligado às satisfações sexuais. Por exemplo, “a relação real fome/leite própria da pulsão de conservação (necessidade) se duplica com a relação boca/seio própria da pulsão sexual (fantasma).” (Lapoujade, 2015, p.75). Nesse sentido, pode-se afirmar que o presente busca o prazer, além disso, busca reencontrar o objeto virtual. A grande questão dessa segunda síntese diz respeito à circulação de Eros, enquanto fechamento em si mesmo. Pois, essa síntese gira entorno da busca de algo perdido (objeto virtual/Eros/“falo”), de reencontrar um começo ideal (Lapoujade, 2015). Então, outra questão que se apresenta é de como sair dos círculos de Eros?

Isso será a tarefa da terceira síntese, como superar a segunda síntese de modo a “[...] liberar a memória de sua submissão a Eros?” (Lapoujade, 2015, p.80). Em vista disso, o terceiro movimento caminha no sentido oposto da segunda síntese, ele deve se desprender da memória pessoal. “Só a terceira síntese é vazia, vazia de qualquer lembrança, desimpedida até da substancialidade da duração, de seu peso metafísico e de seus ritmos” (Lapoujade, 2015, p. 81). Portanto, trata-se da síntese do porvir, ela não tem relação com o passado, não se pretende retornar a nada. “O porvir não é mais porvir de nenhum passado; rompeu com todo passado pessoal, não se depreende dele.” (Lapoujade, 2015, p.81). Essa mudança, por sua vez, possibilita a abertura de um novo círculo, o do eterno retorno: “o eterno retorno é precisamente o que não faz retornar nada do ego, do Eu, do Uno, pois só faz retornar o que difere; é uma redistribuição permanente das potências do sem-fundo.” (Lapoujade, 2015, p.89).

Tudo isso para dizer do funcionamento da máquina CAPSij no fluxo. Voltando à Cracolândia. O CAPSij opera na maior parte do tempo na segunda síntese, procura-se o objeto perdido (Eros/objeto virtual/ “falo”). “Ei menino, venha cá, vamos para o CAPS?”. Tudo funciona de acordo com o retorno à instituição. Buscam-se fechamentos, jamais o afora, o eterno retorno.

Talvez seja um tanto por isso que, os atendimentos sejam tão dificultosos, evidentemente que existe a questão fundamental de se estar na Cracolândia, no meio do fluxo. Todavia, retornar ao CAPS parece ser uma proposta pouco convidativa. Está certo que o uso

que as crianças da Cracolândia fazem do CAPS é de intervalo, de parada, de contratempo (Deleuze, 2016). Nem por isso deve-se desqualificar esse uso. Enfim, tudo para dizer que, quando as crianças querem ir ao CAPS, elas vão, chegam lá a fim de dar um tempo, e quando diminuem as vulnerabilidades: escapam

Até porque, quando se trata das crianças da Cracolândia, a dinâmica atual é bastante diferente do que aquela relatada pela literatura (Meunier, 1978; Rizzini, 2003; Ferreira, 2001; Rosemberg, 1994; Ortiz, 2010; Silva e Milito, 1995; Ferreira, 1979; Gregori, 2000). Na Cracolândia, as crianças vivem geralmente sozinhas. Não se veem grupos de crianças em meio aos adultos, elas ficam solitárias, ou em pequenos grupos de adultos, mas sem constância. Também elas demonstram ter grande independência em relação ao mundo adulto. Tanto é que fazem pequenos trabalhos para o crime organizado, mas, segundo as equipes de rua, são atividades esporádicas e que não necessariamente remetem a um vínculo.

Se as crianças produzem um modo de vida com certa independência e exogenia, não será qualquer convite de vaga de SAICA ou de consulta no CAPSij que fará com que elas mudem de vida.

*“No Capsij alguns profissionais são referência do Moacyr, em discussão com três deles pôde-se ter acesso ao histórico do menino nessa instituição. Segundo T. Moacyr chega ao CAPS através da UBS por apresentar problemas em casa e no CCA, seu acolhimento foi no ano de 2014, quando ele tinha 7 anos. Quando o menino chega ao CAPS adere ao tratamento, desde o início demonstra liderança de grupo, chegando a expressar voz de mando às outras crianças do grupo. Seu PTS era constituído de grupos de convivência e de saída. Ele também mostrava forte vinculação aos adultos, às vezes mais do que às crianças.*

*A equipe também fala que em alguns momentos de saída, ele pegava bituca de cigarro do chão e tentava fumar, quando perguntado se fumava, ele respondia que sim, e completava dizendo que era escondido da mãe. Nesse período Iracema relatou à equipe toda sua preocupação com seu filho, pois ele começou a sair com adultos do bairro onde mora e isso a preocupava. A partir desse momento ela passou a ter desconfiança de que ele pudesse estar fazendo uso de drogas, no caso, maconha. Ela também demonstra preocupação em relação a falta de respeito de seu filho para com as pessoas, alegando que ele obedece apenas a avó materna. Atualmente, sua avó está doente, tem escara, diabetes, faz uso compulsivo de tabaco e cuida de dois irmãos do Moacyr. Esta, talvez seja a única que não o expulsa, mas devido à sua situação de saúde, ela não consegue cuidar do menino. Esse impedimento devido à incapacidade clínica pareceu nítido, tanto que, Moacyr poucas vezes pediu cuidados à avó, a despeito de demonstrar grande apreço pela mesma. Ainda sobre a composição familiar, a equipe diz que o menino tentou se aproximar algumas vezes de seu pai, mas a companheira dele também não permite que ele more com eles.*

*Segundo o relato de T. mesmo levando uma vida na miséria, Moacyr nunca roubou ou teve conflitos com a lei. Atualmente, há desconfiança de que ele*

esteja trabalhando para o crime organizado e fazendo uso de crack cotidianamente, mas não se sabe ao certo. No entanto, quando vai ao CAPS o menino demonstra grande carência afetiva, por exemplo, nessa última quarta-feira (16/05/2018) “pediu beijo de boa noite”, relata T.. B. conta que, segundo sua óptica, o menino pede limite, dando a entender que faz determinadas coisas, tais como subir no telhado, apenas para ouvir que tem que descer e que isso não se pode fazer. Outra mudança de comportamento de Moacyr tem sido não entrar em grupos e demandar atendimentos individuais.

Ainda no último período de acolhimento integral, a equipe narra uma “cena de cortar o coração”: foi quando seu pai foi lhe visitar. Os profissionais disseram que o menino ficou imensamente feliz com a visita e pediu o tempo todo para que ele ficasse mais e que o visse mais vezes. T. diz que Moacyr demonstrava muito afeto pelo pai e combinaram que ele iria vê-lo mais vezes. Apesar das peripécias, Moacyr reconhece o CAPS como um lugar seguro e produtor de cuidado, tanto que B. diz, “quando ele percebe que a Cracolândia tá meio pesada, ele foge para cá.”. A equipe diz que se angustia com o caso por não saber o que propor além das estratégias de Redução de Danos, além disso, tem se indagado sobre o que seria mais indicado nesse momento: permanecer do que jeito que ele está na Cracolândia ou criar novas estratégias que façam com que ele fique mais tempo no CAPSij. Tanto que T. diz: ‘o Moacyr tem progredido na Cracolândia, ele está se enraizando lá’.

A única possibilidade de contato com Moacyr no CAPSij foi no dia 18 de maio. Enquanto havia uma discussão de caso na sala de equipe, Moacyr ainda dormia no sofá de uma das salas do equipamento. Dado o fim da reunião, a equipe desceu à área comum, o lugar estava repleto de fazeres, pois todos haviam dado início à preparação das atividades da Luta Antimanicomial, nessa altura Moacyr já estava desperto e se negando a tomar a medicação prescrita na sala de enfermagem (foi receitado a ele Diazepam). Ele dizia que queria tomar apenas o xarope para a tosse, enquanto alguns profissionais tentavam convencê-lo a tomar os outros remédios. Essa situação levou certo tempo e ficou restrita aos técnicos que já estavam ali envolvidos.

Voltando do horário do almoço caminhávamos tranquilamente em torno da Praça General Polidoro – uma esquina antes do CAPSij –, quando subitamente, B. começa a correr em direção a um menino, que também corria vigorosamente. Esse menino era Moacyr. B. gritou: “Moacyr, o que você está fazendo? Não fuja, venha cá!”, no momento em que o menino levantou a cabeça e viu B. indo em sua direção – rapidamente – ele inverteu o sentido de sua corrida e descambou para o lado oposto. B. não hesitou e começou a correr atrás dele. Eu não sabia o que fazer, comecei a correr em direção aos dois (mas não com tanta intensidade), pois no momento não sabia se o mais indicado seria correr atrás deles. Nisso veio outra técnica do CAPS correndo também e quando viu que ele tinha fugido gritava para B. “deixa ele, B.”. Logo eu alcancei os dois e a cena era essa: Moacyr deitado na calçada – ofegante – e B. de cócoras fazendo cócegas em sua barriga – nesse instante ele chegou até esboçar um sorriso. Quando me aproximei cumprimentei-o e ele respondeu acenando com a cabeça, parecia que não conseguia falar de tanto correr e por estar tão ofegante. Apresentei-me, falei que queria conhecê-lo, B. reforçou e disse “esse é o Gabriel, aquele que eu te falei, lembra?” e mais uma vez, ele acenou silenciosamente. De repente o menino se levantou e sem expressar qualquer tipo de som voltou a correr e a olhar para trás, a equipe apenas falou: “deixa ele ir, não adianta segurar”. Assim, ele sumiu entre os carros da rua. Depois de alguns dias, ele foi visto novamente na Cracolândia.” (diário de campo, 18/05/2018)

### 3.4 Máquina Criança

A última contagem do SEAS foi de que haveria 26 crianças em trânsito permanente no fluxo (da Cracolândia). Já, segundo a equipe de rua do CAPSij seriam 10 crianças, mas ela diz que esse número provavelmente esteja errado e que o do SEAS talvez seja mais fidedigno. Antes disso, o que permite essas crianças transitarem nesse território?

Ora, a presença de crianças e adolescentes na Cracolândia é um fenômeno relativamente novo. Nos tempos da Boca do Lixo havia poucas narrativas de circulação de crianças no submundo, os relatos, em sua maioria, descreviam dinâmicas do mundo adulto (Joanides, 2003; Raupp e Adorno, 2011).

Historicamente as crianças em situação de rua na cidade de São Paulo são conhecidas pela dinâmica grupal e por habitarem o centro, principalmente a região da Praça da Sé e República (Adorno, 1998). A literatura aponta que o modo de vida delas está entremeado pela viração, pela cultura de rua a fim de produzir recursos à própria sobrevivência (Gregori, 2000; Malfitano, 2008). Por exemplo, Esmeralda Ortiz (2010) em sua autobiografia, relata o processo de ir para a rua, mas não descreve cenas dela na Cracolândia, tampouco, menciona-a. Essa menina esteve em situação de rua durante a década de 90, circulando por inúmeros serviços da rede socioassistencial do centro de São Paulo, e não ia ao menos à Cracolândia para comprar crack. Vale situar que nessa época a Cracolândia se fazia em grupos pequenos ou em duplas, nas imediações das Ruas Vitória e Aurora (Raupp e Adorno, 2011). Ou seja, o universo mencionado por Esmeralda mantinha aquela terra longe de qualquer possibilidade. Às crianças em situação de rua da década de 1990 apresentava-se o fato de que era “proibido” circular e fazer daquele território uma parada, essa norma era mantida tanto pelos traficantes quanto pelos usuários. Há relatos de que a pessoa que levasse uma criança para lá não poderia ficar com ela, teria de levá-la embora.

Outro ponto diz respeito aos circuitos do crack nos bandos de crianças e adolescentes, nesse período os grupos utilizavam a droga em outras localidades, tais como: Praça da Sé e República (Adorno, 1998; Adorno e Raupp, 2011). Então, a ida para a Cracolândia não está diretamente ligada a compra e venda de droga, nem ao uso. Porém, nos últimos anos, talvez a partir da entrada do PCC no quadrilátero, essa regra tenha sucumbido. Tanto é que, hoje em dia, lá estão elas, em 10, 15, 20, ou 26, desempenhando um papel, muitas vezes estratégico e tático, frente à polícia e ao tráfico. As equipes tanto do SEAS quanto do CAPSij apontam para a especificidade do modo de vida das crianças naquele lugar. Lá, elas passam drogas, vendem,

consomem, no entanto, não instituem um bando. Elas vivem sozinhas, utilizam-se dos adultos, assim como eles delas. E, mais do que a questão: “o que as levam para lá”, seja o que as mantém nesse modo de vida.

Como foi dito anteriormente, nos momentos de “limpeza-revista” algumas crianças têm papel específico: de passar com drogas pela polícia; uma vez que elas têm menor probabilidade de serem submetidas a tal processo de maneira minuciosa –considerando que, nesse momento, a fuga não é uma possibilidade. Mas, essa estratégia não é uma garantia, pois se a criança for pega, ela sofrerá a mesma consequência do que a de qualquer adulto, o encarceramento. Contudo, é raro alguma criança sair presa rumo à Fundação CASA por portar pequenas quantidades de droga.

*“Durante algumas idas à Cracolândia, Moacyr, mais uma vez, chamou a atenção das equipes de rua e foi justamente no momento da “limpeza-revista”. Ele teria de passar pela única saída: a revista policial. Os profissionais o chamaram momentos antes de ele passar pelo tal procedimento, pois não se sabia se ele seria revistado ou não – há um medo que paira no ar, mas que nem sempre é dito pelo profissionais, muitos deles têm medo do Moacyr ser preso numa intervenção policial como essa, principalmente por ele ser uma criança delgada, se comparado às outras crianças. Nesse dia, ninguém soube se ele estava portando algum tipo de droga, mas o fato foi que ele não se sensibilizou pelo chamado das equipes e logo foi em direção ao corpo policial com o objetivo de voltar à calçada da Alameda Cleveland.*

*Assim, de uma forma cabisbaixa e dócil, Moacyr se pôs à frente do soldado que realizara a revista. O procedimento todo não levou mais do que alguns segundos e foi totalmente silencioso. Performático e sem olhar nos olhos do policial, o menino levantou a camiseta – na altura do tórax – e rodou na própria circunferência; depois desse movimento o policial apontou para o bolso de trás da bermuda, imediatamente ele o abriu, fazendo questão de evidenciar que ali não havia nada. Dado isso, o soldado fez um gesto com os braços dando a entender que a passagem estava liberada. Por não haver diálogo e ser extremamente rápida, a cena requisita diversas interpretações, por exemplo, sobre o grau disciplinar, em que os atos do ritual estão absolutamente incorporados. A partir do momento em que o menino se põe à frente do policial entra em vigência um acordo tácito de que não é permitido dirigir o olhar ao soldado. Quanto ao guarda, esse é o momento de inspeção minuciosa, principalmente por ser uma criança – ora, os agentes também sabem da estratégia que perpassa por ela. Além disso, a desenvoltura da performance evidencia o quão habitual é esse procedimento – dado que pode ser realizado sem nenhuma voz.*

*Depois de passar pelo guarda, Moacyr foi em direção ao fluxo e não foi mais visto no dia. É importante mencionar que, a despeito do menino estabelecer algumas relações com o crime organizado ele não tem um cargo e tampouco um trabalho fixo, se ele realizar alguma tarefa – até o momento – é por motivos de viração, ou seja, simplesmente para sobreviver. Tanto é que SEAS e CAPSij afirmam que ele não tem relações estreitas com o crime organizado. A situação leva crer que Moacyr não trabalha para alguma organização*

*criminosa, basta ir à sua casa. Como foi dito anteriormente, ele reside em frente a uma loja de sapatos, na Avenida Duque de Caxias, justamente na borda do quadrilátero, e foi lá que ele foi levado ao internamento. Não foi em vão que ele foi capturado sábado de manhã enquanto dormia – e aparentemente sóbrio. A forma como foi feita essa internação evidencia o fechamento do espaço, aliás inclusive a equipe diz que: só foi possível realizar tal manejo por ele residir em determinado ponto, por ter se fixado na borda; caso contrário não teria sido pego dessa forma – quiçá de outra.” (diário de campo, 10/04/2018)*

Atualmente, pode-se dizer que a Cracolândia tem funcionado de um modo mais fechado do que em outros tempos, quando era uma região do centro, com delimitações turvas e itinerantes. O que em outrora fluuava além do quadrilátero, comumente em torno das Ruas Vitória, General Osório, Praça Julio Prestes, Avenida Mauá; hoje – nitidamente – é circunscrito e delimitado, transparecendo interesses da gestão espacial (Adorno e Raupp, 2011; Telles, 2017; Nasser, 2017). Tanto as crianças quanto os adultos estão lá por inúmeros motivos, compondo um campo de forças que pode insurgir contra o Estado, que ainda se desdobra para dissipar o submundo dos indesejáveis ao longo do tecido social.

### **3.5 Cracolândia como um espaço fechado**

Cracolândia, um campo de força gravitacional (Nasser, 2017), que funciona atraindo corpos leves, ao mesmo tempo resistentes. Segundo as equipes que compõem o PIVALE<sup>21</sup>, as crianças que acabam indo para lá têm grande dificuldade de se vincular a outros grupos, inclusive de se reagrupar com o anterior. Posto isso, será possível afirmar que a Cracolândia represente o fim de um começo, e por sua vez, início de um novo modo de vida. Solitário, independente, perigoso, intenso, sem grandes ressalvas e garantias. Um modo de vida escorregadio.

De um lado, parece que há um conglomerado de tempos e contratempos que convivem, nem sempre em harmonia. A polícia desertifica o espaço com cheiro – e silêncio – de disciplina através da primeira síntese do tempo (Deleuze, 2006; Lapoujade, 2015), no sentido de fundá-lo através do presente e fazer dele uma marcação própria de acordo com o próprio interesse

---

<sup>21</sup> Projetos Integrados do Vale do Anhangabaú (PIVALE) é uma ação intersetorial desenvolvida entre Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos. Esse encontro aberto ocorre mensalmente e nele se discutem possíveis ações voltadas às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

policial. Também é por meio do hábito que se impõem as revistas e as vigilâncias, almejando que algum dia esses indesejáveis desapareçam das vistas.

De outro lado, as equipes de Saúde e Assistência – também representantes do aparelho de Estado – cada uma ao seu modo, tentam sensibilizar as pessoas e fazer com que elas entendam que aquilo não é vida que se deva levar, que não é saudável e nem adequada. Há de chegar o dia do “insight”, de que se reconheça que é preciso parar com tudo isso, ir morar numa casa higiênica, com família e filhos, pagando os impostos corretamente; cada um dentro do seu ciclo de docilidade, de mãos dadas com Eros, assistindo à televisão. Agora, a pergunta que permanece em aberto: e a demanda das crianças? Ou antes, *o que elas nos dizem?*<sup>22</sup> Pois, decerto a Cracolândia não é uma fila de espera para os atendimentos dos CREAS e CAPS.

*“Foi num sábado de manhã, por volta das nove horas, Moacyr dormia no ponto de sempre, perto da loja de sapatos e do bar que costuma se virar. De repente o menino foi acordado por três pessoas, uma técnica social e dois orientadores socioeducativos. Mesmo sem estar sob efeito de alguma substância psicoativa, essa equipe de atendimento social considerou que o mais adequado naquele momento era internar o menino. Então, rapidamente a técnica social entrou em contato com José e Cláudia, relatou-lhes o estado de vulnerabilidade em que Moacyr se encontrara e pediu para que os dois viessem encontrá-los para realizar a internação do menino – o que segundo essa equipe seria o mais apropriado naquele momento. Segundo a técnica social – que é da miniequipe de crianças e adolescentes – o trâmite da internação foi rápido, Moacyr foi levado ao Centro de Referência de Álcool Tabaco e Outras Drogas (CRATOD)<sup>23</sup> e mesmo sendo um serviço para adultos foi possível realizar a sua internação compulsória. Nesse hospital Moacyr ficou internado por alguns dias até que surgisse vaga no Hospital Philippe Pinel, onde há uma ala destinada à crianças e adolescentes. Vale mencionar que esse procedimento só pôde ser realizado devido à presença da equipe do SEAS e de dois familiares do Moacyr, caso contrário não haveria essa possibilidade, uma vez que esse fluxo não é preconizado pela rede socioassistencial do município. Isso também mostra que não são apenas meninos e meninas em situação de rua que se viram – esse foi o primeiro internamento do menino. Esse tipo de manobra acontece, em partes, devido as defasagens nas políticas dirigidas a população de rua – sobretudo a infanto-juvenil –, sendo assim, abrem-se vãos para esse tipo de “inovação”, no entanto, nem sempre os operadores do Estado improvisam sob a lógica psicossocial.” (diário de campo, 19/06/2018)*

É justamente sobre esse movimento – corriqueiro – de não se atentar às composições desejanter em que reside a “não-aderência”. Pois, é nítido que as propostas de intervenção dos serviços e os desejos (das crianças em situação de rua) configuram uma disparidade. Ora, o que

<sup>22</sup> Alusão a obra homônima (Deleuze, 2011).

<sup>23</sup> Por ser um Centro de Referência, o CRATOD conta com serviços de internação, com CAPS AD III e outras ações de Saúde.

diz Moacyr? Moacyr, assim como postulam Deleuze e Guattari (2012), tem um funcionamento com maior propensão à lógica geográfica do que a lógica histórica. O menino não se interessa pelos chamados das instituições, inclusive por serem propostas pouco atrativas. Moacyr, assim como outros, sabe (historicamente) que o final da carreira nos equipamentos públicos tem grande possibilidade de culminar numa vida dócil e subalterna, seja via Assistência Social, seja por meio Saúde, ou as duas em conjunto; considerando que ao se ingressar no sistema de bem-estar social se buscará a fixidez da criança – e isso é a derrota para elas. Meunier (1978) já comentara sobre essa dimensão dos moleques de Bogotá: eles se voltam contra o Estado, bem como em São Paulo. Tanto é que um dos elementos que Moacyr expressa através de seus trajetos é a não aderência a um projeto de vida sedentário. O menino a todo custo volta-se contra algo, que vai desde o Estado até a própria Cracolândia – não foi em vão que ele foi pego num sábado de manhã “em casa”. Além disso, esse exercício de voltar-se contra coincide com o nomadismo, ora a árdua postura de voltar-se contra o Estado não é uma composição da máquina de guerra? O nômade não é aquele que trai o pacto social? Em contrapartida, não é o Estado que triunfa sobre os nômades? Qual é um dos preços por voltar-se contra toda essa maquinaria posta a serviço do capitalismo e dos regimes de poder? Uma internação compulsória num sábado de manhã.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS. PARA ALÉM DAS CIRCULAÇÕES, ENTRE LIBERDADES E CONTROLES**

Este trabalho se debruçou sobre a circulação de crianças e adolescentes no centro de São Paulo trazendo dois tipos distintos de modos de vida na rua: o de um menino que vive “sozinho” nas imediações da Cracolândia; e a de um bando de meninos e meninas que vive ao redor da Praça da Sé – na maior parte do tempo.

Quando se fala em circulação de meninos e meninas em situação de rua é possível notar que há, nesse movimento, não uma circulação, mas diferentes circulações. Movimentos que traduzem diferentes tensões, principalmente entre aparelho de Estado e essas pessoas, aliás, esse arranjo resulta numa força propulsora que culmina na circulação. Ao falar de circulação referimo-nos a velocidades e repousos, lentidões, paradas e fugas, mas quais são os motores dessa trama? O Estado e seus representantes. Não foram os braços do Estado que fizeram com que Moacyr fosse internado? Não são os mesmos mecanismos que fazem o bando da Sé migrar de um logradouro a outro? O aparelho de Estado impõe certas velocidades a fim de que essas crianças nunca parem, pois em muitos momentos parar significa nomadizar, isto é, ir contra as forças capitalísticas, portanto deve ser cessado de todas as formas: “o poder é logístico. Bloqueemos tudo!” (Comitê Invisível, 2016). Dinâmica tal que o trânsito dessas pessoas dentro e fora das instituições de Assistência e controle que tem se perpetuado de modo constante (Rui e Mallart, 2015). Assim, o aparelho de Estado impede as paradas, a velocidade zero, a intensidade zero.

No entanto, em relação ao Moacyr, o que se pode concluir a partir do que foi narrado? O que levou Moacyr a ser internado? Segundo as equipes o seu consumo de drogas é insuficiente para conduzir à internação, na prática, isso foi um facilitador. Ou seja, a quantidade de droga não foi o agente produtor da internação, então o que foi? Qual foi a prescrição técnica que embasou essa intervenção? A combinação de Estado, Família, Psiquiatria e o desejo de normalizar. A crença de que se pode corrigir pessoas através de internação psiquiátrica ainda persiste, o tratamento moral ainda pulsa como um hábito fundador. E quem teria coragem de dizer que Moacyr é irracional, o menino foi à Cracolândia e disse para a sua mãe que não queria que ela fosse uma “nóia”, isso não é pouco. Ademais, ele pediu para morar com os pais, mas nenhum o aceitou, a avó não pôde desempenhar tal função, então o que lhe sobrou? Cadê a sua Casa? Então, também não foi a desrazão que o levou ao manicômio. Em suma, o que o conduziu

à internação foi o intuito de colonizá-lo; uma tentativa de introduzir outro regime subjetivo. Moacyr é um condenado da terra<sup>24</sup> (Fanon, 2005).

Portanto, cabe afirmar que nos momentos de repouso meninos e meninas têm a possibilidade de se voltarem contra o Estado, pois “[...] o nômade, é antes *aquele que não se move.*” (Deleuze e Guattari, 2012, p. 55, grifo dos autores), por isso o interesse por parte do aparelho de Estado para que eles se encontrem em constantes movimentos e circulações. No entanto, isso não significa uma revolução, muito pelo contrário. Está certo que os nômades sucumbem às armas do Estado e são negligenciados pela História, e isso também não é de hoje (Deleuze e Guattari, 2012). Mesmo assim eles ainda resistem e vagueiam por aí, e aonde vão? A lugar algum, simplesmente vão, como disse Meunier (1978). Portanto, a traição do pacto social também resvala sobre a inércia, ainda mais em tempos neoliberais da sociedade do cansaço, em que se incita à produtividade até a exaustão (Han, 2017).

Foi visto, também, como os movimentos se produzem de diferentes maneiras, criando traçados distintos nos territórios, assim, qual a duplicidade das circulações? Meninos e meninas fabricam pistas a partir da monotonia e da fixidez das instituições que se propõem a “tratá-los”. Eles dizem a partir da geografia, do sentido da parada. “Falam” sobre o que há além da circulação. Ou seja, suas circulações são discursos, falas silenciosas. Já os equipamentos do Estado circulam de outro modo, portanto, se há duplicidade na circulação, ela consiste entre a dos meninos e meninas e a dos equipamentos, entretanto estes têm de obedecer às prescrições estatais e não ao próprio desejo, por isso estão sempre atrás desses pequenos infames. Mesmo assim, o aparelho de Estado intensifica a velocidade das circulações. Assim, um dos efeitos dessa tração é a imposição de que eles se mantenham em constante movimento. Outro desdobramento desse arranjo são as fugacidades que insurgem, pois é isso que eles possuem, portanto, qual o espanto dos equipamentos quando meninos e meninas se recusam a parar, afinal a parada só é permitida dentro do campo de vista do Estado – nos SAICAs e CAPSij. Aliás, nesses pontos de parada, o que lhe são ofertados? Fixidez. Movimento apenas em direção às instituições sólidas o bastante para docilizar: à Casa, ao Abrigo estatal, à Escola; e dependendo do uso que se fizer dessa fixidez sedentária há possibilidade de se tornar um jovem disciplinado sonhando em ter uma vida de colono (Fanon, 2005).

---

<sup>24</sup> O termo refere-se ao livro de Frantz Fanon (2005) “Os condenados da terra”, nele o autor discute o contexto colonial da seguinte maneira: “A originalidade do contexto colonial é que as realidades econômicas, as desigualdades, a enorme diferença dos modos de vida não conseguem nunca mascarar as realidades humanas” (p.56), e “O que o colonizado viu no seu solo é que se podia impunemente prendê-lo, espancá-lo, esfomeá-lo; e nunca nenhum professor de moral, nunca nenhum padre veio receber as pancadas em seu lugar nem dividir seu pão com ele.” (p.61).

Nesse sentido a oferta do CAPSiij é irrisória, pois tudo que se busca através da rua e na rua tange à sedução estatal e à vida sedentária; será que os traços biopolíticos ainda são incipientes o bastante para não saberem como se dirigir a cada fragmento da população? O modo de vida sedentário e disciplinado está sendo produzido há centenas de anos, não há necessidade de relembrar, aliás, é preciso ir para a rua para se esquecer de todos os protocolos que nos são dirigidos e nos incidem a todo instante. Afinal, quem tem coragem de ir para a rua e não fazer nada? Quem pretende através da rua e de seu modo de vida nomadizar? São pessoas específicas, esses enunciados não passam pela cabeça da classe média ou das elites, quem insurge desses modos são aqueles que carregam a preciosa combinação afro-indígena (Fanon, 2005; Mbembe, 2018; Clastres, 2017; Viveiros de Castro, 2015). Aqueles que se deixam levar pela matilha dos que já viveram aqui e voltaram-se contra o Estado (Clastres, 2017). Não são aqueles que depois de certo “encultramento” neoliberal que decidem ir para a rua, ao contrário, são aqueles que há séculos lutam contra o *modus vivendi* capitalístico moderno. Não é à toa que a literatura mostra que são meninos e meninas específicos que obtêm a rua como possibilidade de vida, de porvir.

Impelidos à miséria e à pauperização da vida como produtos de suas escolhas, meninos e meninas precisam ser cuidados, afinal de contas são crianças e adolescentes que deixam suas casas por motivos forçados, precisamente por ser insuportável a vida dentro de Casa. Então o que resta aos equipamentos públicos incumbidos de cuidar dessa gente? Não há receita. Porém, do que foi visto neste trabalho, da rapidez que se pôde testemunhar, caberia ao CAPSiij se dirigir ao movimento contrário do atual, então ao invés de concentrar suas forças na famosa fala “ei menino venha cá, vamos para o CAPSiij” deveria-se proclamar o auto cuidado, o cuidado de si, o porvir; como produzir e advogar a favor do eterno retorno dessas pessoas (Lapoujade, 2015; 2017; Pelbart, 2016)? Não se sabe, mas não se sabe porque eles são pouco ouvidos, ou não são ouvidos com a devida alteridade. Não devemos cometer o mesmo erro de Freud ao não ouvir o pequeno Hans (Deleuze, 2011). O CAPS deveria se dessubjetivar, ser menos Ego, quiçá, o CAPS teria mais a aprender com os atendidos do que o contrário. O CAPS seria plácido o suficiente para se reinventar? Para se dobrar e desdobrar? Qual seria o terno retorno do CAPS? Ou melhor, quando algum equipamento irá se atrever a produzir a terceira síntese do tempo a partir do que as crianças dizem (Deleuze, 2006; 2011)? Será que alguma Organização Social permitiria unir o caos ao cosmo, ou seja: o eterno retorno? Não há nada perdido, não há trajetória inevitável, evitável é ficar em casa sofrendo numa mesma perspectiva sufocante (Han, 2017). Tanto é que a pergunta persiste: o que os meninos e meninas procuram no CAPS? O que falta

na rua e não o contrário. Quando Moacyr chega no CAPS é para dormir e tomar banho, no entanto, é possível participar de algum grupo que capture sua atenção, mas não mais do que isso. Agora, aonde vão todos os Outros se não puderem mais enlouquecer nos devidos lugares, ou nas instituições imbuídas do objetivo de produzir alteridade? Se o CAPS não puder ser essa brecha – mesmo que institucionalizada – onde se permitirá enlouquecer? Onde a norma se faz – pelo menos na teoria – menos rígida e mais inclusiva? Aonde irão os bandos? A lugar algum, simplesmente vão. Esse é mais um retrato de uma composição que percebe duramente suas fragilidades e restrições.

E quanto ao SEAS e suas articulações? O SEAS foi fabricado com o intuito de auxiliar pessoas nas cenas de uso, de articular serviços e programas da Assistência, no entanto, que propostas são essas? Que ser humano que decidiu ir morar na rua e se deleita com a proposta de sair de seu território – cavado a duras penas – para morar em um SAICA onde se tem horário regado, onde a disciplina faz lembrar os tempos de reformatório; onde a caridade e a superficialidade das composições institucionais lembram o lar dos abandonados? Poucos. Portanto, se o SEAS não tem o quê articular, logo se tornará obsoleto, caso se torne obsoleto perderá a função de produção de cuidado, sendo assim, facilmente há possibilidade de sucumbir ao engodo da caridade. Caridade essa concentrada na Assistência, pois em outros setores do Estado não se vê esse sentimento, por exemplo, na polícia.

A polícia mostrou ter um papel fundamental, tanto na formação e manutenção da Cracolândia, que por sua vez, contém entradas e saídas, fechamentos e aberturas, até gravidade e força próprias (Nasser, 2017). A polícia é quem tenta a todo o momento ditar o ritmo da circulação dos meninos e meninas. De forma repressora e ostensiva, ela procura colocar cada um dentro do espaço destinado a tal sujeito. Com agressões físicas e verbais, os policiais tentam pastorear essa malta de indisciplinados, “anormais”, e se perguntam todos os dias quando tudo isso irá cessar. Sem precisão de fim, a única saída encontrada por eles: o internamento, seja em alguma instituição de saúde, seja no sistema judiciário; assim, onde repousa o corpo sem órgãos da polícia resvala ao de grande parte da população: disciplina, controle e governo de si.

A resultante dessa combinação leva a crer que o fim dessa cartografia seria um subemprego dos que se sujeitam compondo à ralé colonizada (Fanon, 2005; Souza, 2018), num regime assalariado das 8:00 às 17:00 de segunda a sexta-feira, gerenciado pela positividade da produção (Han, 2017). Diz-se fim, não porque o trabalho do cartógrafo chegaria ao seu término, ou que a cartografia teria acabado, chegaria ao seu fim porque o desejo se enclausuraria nas

cafetinagens da vida (Rolnik, 2018), estaria encastrado nas maquinarias das engrenagens do capital. Se assim fosse entraria em curso outro processo...

Afinal, o que dizem as crianças?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, R.C.F. Os imponderáveis circuitos dos vulneráveis cidadãos: trajetórias de crianças e jovens nas classes populares. In: Larner J, (org.) **Cidadania, verso e reverso**. São Paulo: imprensa oficial do Estado: 1997/1998. P.93-109.

AMARANTE, P. **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil** (coord.). Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

\_\_\_\_\_; **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

AUGUSTO, A. **Política e polícia: cuidados, controles e penalizações de jovens**. Rio de Janeiro, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

\_\_\_\_\_; **Política Nacional para a População de Rua**. DF, Maio de 2008.

\_\_\_\_\_; **Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua**. Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_; **Saúde da população em situação de rua**. Brasília, DF, 2014.

CARERI, F. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. Trad: Frederico Bonaldo. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.

COMITÊ INVISÍVEL. **Crise e insurreição**. Trad: edições Antipáticas. São Paulo: n-1 edições, 2016.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política**. Tradução Theo Santiago. São Paulo: Ubu editora, 2017.

DAMATTA, R. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997a.

\_\_\_\_\_; **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997b.

DEL PRIORE, M. **História das crianças no Brasil**. Mary Del Priore (org). São Paulo: Contexto, 2015.

DELEUZE, G. **Espinosa: filosofia prática**. Tradução: Daniel Lins e Fabien Pascal Lins. São Paulo: Escuta, 2002.

\_\_\_\_\_; **Diferença e repetição**. Trad: Luiz Orlandi, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

\_\_\_\_\_; O que as crianças dizem. In: **Clínica e Crítica**. Tradução: Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2011.

\_\_\_\_\_; Quatro proposições sobre a psicanálise. In: **Dois regimes de loucos; edição preparada por David Lapoujade**. Trad: Guilherme Ivo. São Paulo: editora 34, 2016.

\_\_\_\_\_; Tornar audíveis forças não-audíveis por si mesmas. In: **Dois regimes de loucos; edição preparada por David Lapoujade**. Trad: Guilherme Ivo. São Paulo: editora 34, 2016.

\_\_\_\_\_; Desejo e prazer. In: **Dois regimes de loucos; edição preparada por David Lapoujade**. Trad: Guilherme Ivo. São Paulo: editora 34, 2016.

\_\_\_\_\_; GUATTARI, F. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. Trad: Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2011a.

\_\_\_\_\_; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, Vol. 1**. Trad: Ana Lucia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2011b.

\_\_\_\_\_; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 5**. Trad: Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELIGNY, F. **O Aracniano e outros textos**. Tradução: Lara de Malimpensa. São Paulo: N-1 edições, 2015.

DONZELOT, J. **A Polícia das Famílias**. Tradução: M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. In: **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Irene Rizzini, Francisco Pilotti, (orgs.). São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, E. T. S. A criança e o adolescente. Obejtos sem valor no Brasil e no Império. In: **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Irene Rizzini, Francisco Pilotti, (orgs.). São Paulo: Cortez, 2011.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Tradução: Eunice Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

FAUSTO, A.; CERVINI, R. (orgs.). **O trabalho e a rua**: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo: Cortez, 1996.

FERREIRA, T. **Os Meninos e a Rua**: uma interpelação à psicanálise. Belo Horizonte: Autêntica/FUMEC, 2001.

FERREIRA, R. M. S. **Meninos da rua**: expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo. São Paulo: CJP, 1979.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_; A vida dos homens infames. In: **O que um autor?** Tradução: António Fernando Cascais. Lisboa: Nova Veja, 2015.

FREHSE, F. **Ô da rua!**: o transeunte e o advento da modernidade em São Paulo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

FRÚGOLI Jr., H. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. Frúgoli, H. Jr.. São Paulo: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_; SKLAIR, J. **O bairro da Luz em São Paulo**: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. Cuadernos de Antropologia Social, nº30, pp. 119-136, 2009.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução: Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GREGORI, M. F. **Viração**: experiência de meninos nas ruas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HAN, B. **Sociedade do Cansaço**. Tradução: de Ernio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

JOANIDES, H. M. **Boca do Lixo**: São Paulo: Editorial, 2003.

JOIA, J. **As tóxicas tramas da abstinência**: compulsoriedades nas internações psiquiátricas de crianças e adolescentes em situação de Vulnerabilidade social. Dissertação de Mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Defendido em 2014.

LAPOUJADE, D. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. Trad: Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: n-1 edições, 2015.

\_\_\_\_\_; **As existências mínimas**. Tradução: Hortencia Santos Lencastre. São Paulo: n-1 edições, 2017.

LEMKE, R. A. **A itinerância e suas implicações na construção de um *ethos* do cuidado**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Defendida em 2009.

LOBO, L. F. **Os Infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOBOSQUE, A. M. **Clínica em Movimento: por uma sociedade sem manicômios**. Rio de Janeiro, 2003.

LUCCHINI, R. A criança em situação de rua: uma realidade complexa. In: **Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis** (coord.) Irene Rizzini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

MACERATA, I. **Como bruxos maneando ferozes: cuidado, controle e práticas “psi” nas políticas de assistência social para a rua**. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.

MALFITANO, A. P. S; **A Tessitura da Rede: Entre pontos e espaços. Políticas e Programas Sociais de Atenção à Juventude- A Situação de Rua em Campinas, SP**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Defendida em 2008.

MEDEIROS, L. G; LEMOS, F. C. S; **A produção da “circulação de crianças”**: entre capturas e nomadismos. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v.11, n.3, p. 933-947, 2011.

MELO, E. R. **Crianças e Adolescentes em situação de rua: direitos humanos e justiça**. Uma Reflexão Crítica sobre a Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e o Sistema de Justiça no Brasil. São Paulo: Maleiros Editores, 2011.

MEUNIER, J. **Os moleques de Bogotá**. Tradução de Lima Dantas. Rio de Janeiro: 1978.

\_\_\_\_\_; Itinerário de uma criança normanda. In: **A Outra margem do ocidente**. (org.) Adauto Novaes. São Paulo: 1999.

MILITO, C.; SILVA, H. R. S. **Vozes do meio-fio**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Tradução: Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, M. L. **Proteção e negligência**: pacificando a vida de crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015.

NASSER, M. M. S. **Cracolândia como campo de gravitação**: a gestão da circulação de pessoas com acesso precário à moradia. Revista do núcleo de antropologia urbana USP. Nº21, ano 2017.

OLIVEIRA, A. **“Os Recusados” uma experiência de moradia transitória infanto-juvenil no campo da saúde mental**. Dissertação de mestrado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Defendido em 2015.

ORTIZ, E. **Por que não dancei**. (coord.) Gilberto Dimenstein. São Paulo: SENAC, 2010.

PALOMBINI, A. L. A ética nas micropolíticas de atenção à loucura. In: **Loucura, Ética e Política: escritos militantes**. Organização: Conselho Federal de Psicologia. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2003.

PELBART, P. P. **O avesso do nilismo**: cartografias do esgotamento. São Paulo: n-1 edições, 2016.

PASSOS, E; BARROS, R. B. A cartografia como método de pesquisa intervenção. In: **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa intervenção e produção de subjetividade. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (Orgs.). Porto Alegre: Sulina, 2015a.

\_\_\_\_\_; Diário de bordo de uma viagem-intervenção. In: **Pistas do método da cartografia**: Pesquisa intervenção e produção de subjetividade. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia (Orgs.). Porto Alegre: Sulina, 2015b.

PASSETI, E. **O que é menor**. Editora Brasiliense: São Paulo, 1987.

RAGO, M. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAUPP, L; ADORNO, R. C. F. **Circuitos de crack na região central da cidade de São Paulo**. Revista Ciência & Saúde Coletiva, vol. 16, nº 5, 2011, pp. 2613-2622.

RUI, T. **Nas tramas do crack**: etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome, 2014.

\_\_\_\_\_; **Depois da “operação sufoco”**: sobre espetáculo policial, cobertura midiática e direitos na “cracolândia” paulistana. Revista contemporânea, nº3, p. 287-310. Ano, 2013.

\_\_\_\_\_; MALLART, F. **Por uma etnografia das transversalidades urbanas:** entre o mundo e os dispositivos de controle. 39º encontro Anual da ANPOCS, 2015. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt34/9763-por-uma-etnografia-das-transversalidades-urbanas-entre-o-mundao-e-os-dispositivos-de-controle/file>>. último acesso em 17/01/2019>

RIZZINI, I. **Vida nas ruas:** crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis (coord.). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

RIZZINI, I.; BUTLER, U. M. Crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas: revisitando a literatura. In: **Vida nas ruas:** crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis (coord.) Irene Rizzini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_; RIZZINI, I. “menores” institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisas na década de 80. In: **O trabalho e a rua:** crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. FAUSTO e CERVINI (orgs.). São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_; RIZZINI, I. **A institucionalização de Crianças no Brasil:** percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_; RIZZINI, I. **O Século Perdido:** raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_; PILOTTI, F. **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Irene Rizzini, Francisco Pilotti, (orgs.). São Paulo: Cortez, 2011.

ROLNIK, R. São Paulo. São Paulo: Publifolha: 2002.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental:** transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2016.

\_\_\_\_\_; **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

ROSEMBERG, F. **Estimativa de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo.** Caderno de Pesquisa, n.91, p., 30-45, novembro de 1994.

SÃO PAULO. **Secretaria De Assistência e Desenvolvimento Social,** Portaria nº 46/2010/SMADS.

SANTOS, J. G.; MACHADO, L. D. Ensaio sobre um tecido que dizia não. In: **Verve,** 26: 110-122, 2014.

SILVA, M. V. O. O movimento da luta antimanicomial e o movimento dos usuários e familiares. In: **Loucura, Ética e Política: escritos militantes**. Organização: Conselho Federal de Psicologia. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2003.

SOUZA, J. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. São Paulo: Editora contracorrente, 2018.

STOECKLIN, D. Das potencialidades de crianças e adolescentes em situação de rua ao desenvolvimento social. In: **Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis** (coord.) Irene Rizzini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

VICENTIN, M.G.; ASSIS, D. A. D; JOIA, J. H. **O direito de crianças e adolescentes ao cuidado em saúde mental: tensões entre proteção e tutela no caso do uso de drogas**. Revista Dike, v4, n°1, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Metafísicas canibais: Elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

YASUI, S. **Rupturas e encontros: desafios da Reforma Psiquiátrica brasileira**. Tese de Doutorado apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Defendida em 2006.

ZOURABICHVILI, F. **O Vocabulário de Deleuze**. Trad: André Telles. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Sinergia: Ediouro, 2009.

## ANEXOS



(Diário de campo, 12/06/2018)



(Diário de campo, 04/05/2018)



(Diário de campo, 23/03/2018)